



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(PPGRI)**

**A QUARTA ONDA ULTRADIREITISTA GLOBAL: ASCENSÃO DA
EXTREMA DIREITA NO BRASIL E INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE EM
TEMPOS DE CRISE CAPITALISTA (2008-2026)**

RAFAELA IUNOVICH KÖNIG

Foz do Iguaçu/PR
2026



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(PPGRI)**

**A QUARTA ONDA ULTRADIREITISTA GLOBAL: ASCENSÃO DA
EXTREMA DIREITA NO BRASIL E INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE EM
TEMPOS DE CRISE CAPITALISTA (2008-2026)**

RAFAELA IUNOVICH KÖNIG

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero

Foz do Iguaçu/PR

2026

RAFAELA IUNOVICH KÖNIG

**A QUARTA ONDA ULTRADIREITISTA GLOBAL: ASCENSÃO DA
EXTREMA DIREITA NO BRASIL E INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE EM
TEMPOS DE CRISE CAPITALISTA (2008-2026)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero – UNILA

Prof. Dra. Paula Daniela Fernandez - UNILA

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil - UNIOESTE

Foz do Iguaçu/PR

2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

K82

Konig, Rafaela Iunovich.

A quarta onda ultradireitista global: ascensão da extrema direita no Brasil e influência estadunidense em tempos de crise capitalista (2008-2026) / Rafaela Iunovich Konig. - Foz do Iguaçu, 2026.
155 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2026.

Orientador: Fernando Gabriel Romero.

1. Política - Extrema direita. 2. Crise econômica. 3. Tecnologia - Era digital. I. Romero, Fernando Gabriel. II. Título.

CDU 339.9:329.055.1(81:73)

AGRADECIMENTOS

Se eu dissesse que sempre gostei de estudar, começaria esse texto mentindo - e essa pesquisa é, também, em grande medida, sobre desonestidade. Eu não fiz a faculdade que queria e nem conquistei méritos acadêmicos que sempre admirei.

Mesmo às avessas, em idade que julgo precoce - e que, inclusive, limitava minha compreensão de mundo -, as injustiças desse sistema despertavam em mim uma revolta a questões que sequer me eram cotidianas. Embora não tenha crescido em uma redoma, os privilégios são inegáveis. Ao ler isso, pode-se pensar que me refiro àqueles financeiros. Maior do que estes, cresci em um ambiente que sempre esteve atento às desigualdades, financeiras, raciais e de gênero.

Não falo apenas dos meus pais (com extensão ao meu padrasto), que sempre ampliaram minhas perspectivas e foram fonte inesgotável de inspiração intelectual - isso tudo quem me conhece já sabe. Falo, também, da minha avó, que apesar de não ter ensino fundamental completo, me levava ainda criança para entregar sopas em comunidades pobres e remotas nas quais o Estado não chega.

Não é preciso entrar em uma universidade para saber que tudo, inclusive isso, é político. Mas é preciso dela para aprofundar o conhecimento crítico e científico, porque só assim é possível romper com o senso comum que se alastra para justificar o indefensável.

Eu não trilhei uma trajetória acadêmica de referência, porque nem sempre a pouca maturidade me fez valorizar sua importância, mas voltei a ela porque me acomodar sobre aquilo que sempre me instigou era me apeguar diante do mundo e ser desonesta comigo mesma.

Por isso e por tudo, meus agradecimentos se estendem às universidades, aos meus familiares, aos meus professores (o que faço em nome do meu professor orientador Fernando), e à possibilidade de reencontrar-se.

RESUMO

Segundo a definição de Klaus von Beyme (1988) e Mudde (2022), desde 1945 a sociedade internacional é orientada por movimentos de extrema direita, que se reproduzem e se reconfiguram periodicamente. A primeira experiência ocorreu entre 1945 e 1955, a partir dos efeitos do neofascismo; subsequentemente, entre 1955 e 1980, surgiu a segunda onda com o populismo de direita; no período de 1980 e 2000, a extrema direita alinhou-se à direita radical. Cas Mudde (2022) afirma que, com o início do século XXI, está em voga a quarta onda da extrema direita mundial, que possui características particulares de extrema relevância, como a emergência das redes sociais, a transnacionalização da cultura e a crise do neoliberalismo (Harvey, 2017; Brown, 2018). Diante desse cenário, tomando como referência a conjuntura da história política, econômica e social do Brasil, pretérita e recente, torna-se impossível dissociar a influência estadunidense do contexto doméstico brasileiro, considerada sua condição subimperialista (Marini, 1977; Luce, 2018). Para tanto, a pesquisa avalia o papel dos Estados Unidos na formação social brasileira (1945-2024). Busca-se, nesse sentido, avaliar os mecanismos ideológicos, comportamentais e culturais (Gramsci, 1999; Cox, 1991; Sá, 2024), que sustentam a intersecção da extrema direita brasileira e estadunidense, em um projeto que reitera a lógica capitalista fundada no modo de vida, cultural e de produção estadunidense, ainda que em tempos de incipiente transição hegemônica – notadamente pela ascensão da China. Como isso, torna-se possível observar as dimensões econômicas e extraeconômicas que estruturam as relações de poder entre esses dois países, e que culminaram, não à toa, na eleição de dois governantes que reúnem características e simbologias bastante semelhantes, Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, a partir da ascensão do neoconservadorismo e da direita radical populista (Lacerda, 2019). Ao final, valendo-se dos estudos de Rodrigo de Sá Netto (2024), Silvia Federici (2025) e Judith Butler (2024), a pesquisa examina conteúdos audiovisuais divulgados no TikTok por influenciadoras associadas ao universo tradwife (esposa tradicional), fenômeno originado nos Estados Unidos, bem como por perfis de igrejas que adotam estratégias comunicacionais contemporâneas, também importadas do contexto norte-americano, como novas agendas da extrema direita reinventada.

Palavras-chave: Extrema direita; Crise capitalista; Era digital.

ABSTRACT

According to the definition of Klaus von Beyme (1988) and Mudde (2022), since 1945 international society has been guided by far-right movements, which reproduce and reconfigure themselves periodically. The first experience occurred between 1945 and 1955, stemming from the effects of neo-fascism; subsequently, between 1955 and 1980, a second wave emerged with right-wing populism; in the period between 1980 and 2000, the far right aligned itself with the radical right. Cas Mudde (2022) states that, with the beginning of the 21st century, the fourth wave of the global far right is in vogue, possessing particularly relevant characteristics, such as the emergence of social networks, the transnationalization of culture, and the crisis of neoliberalism (Harvey, 2017; Brown, 2018). Given this scenario, and considering the political, economic, and social history of Brazil, both past and recent, it becomes impossible to dissociate US influence from the Brazilian domestic context, considering its sub-imperialist condition (Marini, 1977; Luce, 2018). Therefore, this research evaluates the role of the United States in the social formation of Brazil (1945-2024). In this sense, it seeks to assess the ideological, behavioral, and cultural mechanisms (Gramsci, 1999; Cox, 1991; Sá, 2024) that underpin the intersection of the Brazilian and US far-right, in a project that reiterates the capitalist logic founded on the US way of life, culture, and production, even during times of incipient hegemonic transition – notably due to the rise of China. This makes it possible to observe the economic and extra-economic dimensions that structure the power relations between these two countries, and which culminated, not by chance, in the election of two leaders who share quite similar characteristics and symbolism: Donald Trump in the United States and Jair Bolsonaro in Brazil, based on the rise of neoconservatism and radical populism (Lacerda, 2019). Finally, drawing on the studies of Rodrigo de Sá Netto (2024), Silvia Federici (2025), and Judith Butler (2024), the research examines audiovisual content disseminated on TikTok by influencers associated with the tradwife universe, which appear to originate in the United States, as well as by church profiles that adopt contemporary communication strategies, also imported from the North American context, as new agendas of the reinvented far right.

Keywords: Far right; Capitalist crisis; Digital Era.

RESUMEN

Según la definición de Klaus von Beyme (1988) y Mudde (2022), desde 1945 la sociedad internacional ha estado marcada por movimientos de extrema derecha, que se reproducen y reconfiguran periódicamente. La primera experiencia se produjo entre 1945 y 1955, como consecuencia del neofascismo; posteriormente, entre 1955 y 1980, surgió la segunda ola con el populismo de derecha; y entre 1980 y 2000, la extrema derecha se alineó con la derecha radical. Cas Mudde (2022) afirma que, con el inicio del siglo XXI, la cuarta ola de la extrema derecha global está en auge, con características particulares de extrema relevancia, como el surgimiento de las redes sociales, la transnacionalización de la cultura y la crisis del neoliberalismo (Harvey, 2017; Brown, 2018). Ante este panorama, y considerando la historia política, económica y social de Brasil, tanto pasada como reciente, resulta imposible disociar la influencia estadounidense del contexto interno brasileño, dada su condición subimperialista (Marini, 1977; Luce, 2018). Por lo tanto, esta investigación evalúa el papel de Estados Unidos en la formación social de Brasil (1945-2024). En este sentido, busca analizar los mecanismos ideológicos, conductuales y culturales (Gramsci, 1999; Cox, 1991; Sá, 2024) que sustentan la intersección de la extrema derecha brasileña y estadounidense, en un proyecto que reitera la lógica capitalista basada en el estilo de vida, la cultura y la producción estadounidenses, incluso durante épocas de transición hegemónica incipiente, especialmente debido al auge de China. Esto permite observar las dimensiones económicas y extraeconómicas que estructuran las relaciones de poder entre estos dos países, y que culminaron, no por casualidad, en la elección de dos líderes con características y simbolismos bastante similares: Donald Trump en Estados Unidos y Jair Bolsonaro en Brasil, en el contexto del auge del neoconservadurismo y la derecha radical populista (Lacerda, 2019). Finalmente, a partir de los estudios de Rodrigo de Sá Netto (2024), Silvia Federici (2025) y Judith Butler (2024), la investigación analiza el contenido audiovisual difundido en TikTok por influencers asociados al universo de las "tradwife", un fenómeno originado en Estados Unidos, así como por perfiles eclesiásticos que adoptan estrategias de comunicación contemporáneas, también importadas del contexto norteamericano, como nuevas agendas de la ultraderecha reinventada.

Palabras clave: Ultraderecha; Crisis capitalista; Era digital.

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Vídeos dos movimentos *Tradwives* e Igrejas *Church* extraídos da plataforma Tiktok (Anexo I)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<i>CAPÍTULO 1: Formação social brasileira e a relação com os Estados Unidos enquanto potência econômica (1945-2026)</i>	15
1.1. A dimensão econômica: o Brasil no centro dos debates do capitalismo central, periférico e subimperialista	28
1.2. Dimensões extraeconômicas: política, ideológica, cultural e religiosa	40
<i>CAPÍTULO 2: A quarta onda da extrema direita e a crise capitalista</i>	50
2.1. A relação da extrema direita no eixo Brasil-Estados Unidos	52
2.2. Subjetividades em perspectiva: aspectos religiosos, estéticas, gênero e líderes carismáticos	77
<i>CAPÍTULO 3: Extrema direita no Brasil e as novas agendas como produto capitalista para manutenção do sistema e a reprodução subordinada à hegemonia estadunidense</i>	93
3.1. A religião como produto: modernização das igrejas evangélicas e tradwives	98
3.2. A alt-right (direita alternativa) como subcultura da extrema direita estadunidense e seus efeitos no Brasil	118
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
<i>ANEXO I - TABELA 1 – Vídeos dos movimentos Tradwives e Igrejas Church extraídos da plataforma Tiktok</i>	147
<i>ANEXO II - Transcrição dos vídeos</i>	149

INTRODUÇÃO

No período entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial, a experiência dos regimes fascistas de Adolf Hitler, na Alemanha, e de Benito Mussolini, na Itália, assentaram as bases da origem do que os cientistas políticos Klaus von Beyme (1988) e Cas Mudde (2022) classificaram como a primeira onda mundial da extrema direita, iniciada no pós-Segunda Guerra Mundial. Beyme e Mudde relacionaram as três primeiras ondas do seguinte modo: a primeira experiência ocorreu entre 1945 e 1955, a partir dos efeitos do neofascismo; subsequentemente, entre 1955 e 1980, surgiu a segunda onda com o populismo de direita; no período de 1980 e 2000, a direita radical.

Atualmente, desde o começo do século XXI, Mudde (2022) propõe o início de uma nova era: a quarta onda da extrema direita mundial que, diferentemente das anteriores, foi potencializada pela emergência das redes sociais. Esse fenômeno, de aspectos globais, possui maior relevância em determinadas localidades, dentre elas, três países entre os mais populosos do mundo, Brasil, Estados Unidos e Índia – se alastra, também, por nações como Argentina, Polônia, Hungria, Holanda e El Salvador.

Diante desse cenário, tomando como referência a conjuntura da história política, econômica e social do Brasil, pretérita e recente, torna-se impossível dissociar a influência estadunidense do contexto doméstico brasileiro, principalmente nos eventos associados à instauração da ditadura militar (1964), à redemocratização (1985), aos rearranjos capitalistas sob o imperialismo, e até então, hegemonia dos Estados Unidos, bem como à transnacionalização da extrema direita (Netto, 2024).

A pesquisa busca responder de que forma a extrema direita brasileira está associada à hegemonia estadunidense em um projeto capitalista que reitera a condição de dependência estrutural brasileira e que se propõe a reiterar a lógica capitalista fundada no modo de vida, cultural e de produção estadunidense, ainda que em tempos de incipiente transição hegemônica.

À vista disso, pretende-se compreender de que modo o avanço da extrema direita brasileira, em articulação com a intensificação do modo de produção capitalista em tempos de crise, tem contribuído para a ampliação das desigualdades sociais, a subjugação dos corpos femininos às lógicas de reprodução do capital, a modulação dos comportamentos sociais, a repressão dos direitos civis e mercantilização das estruturas fundamentais à vida humana.

O objetivo geral é analisar como a influência dos Estados Unidos na sociedade brasileira se manifesta não somente nos campos econômicos e políticos, mas, sobretudo, nas dimensões culturais e subjetivas, pavimentando a conformação de comportamentos sociais em uma lógica

de reorganização da base social em período de crise do capitalismo e da própria hegemonia. A partir dessa análise, busca-se compreender como a ascensão da extrema direita dos Estados Unidos se fortalece e reflete em movimentos semelhantes no Brasil. Especificamente, busca-se: (i) discutir a posição do Brasil na dinâmica de dependência e sua articulação com os Estados Unidos, que se reflete nas demais relações que dela se originam; (ii) observar como a crise do capitalismo após 2008 favoreceu a ascensão da extrema direita nestes países, com destaque para as figuras de Trump e Bolsonaro; e (iii) identificar mediações ideológicas e culturais convergentes aliadas à extrema direita.

Dado que, entre as hipóteses analisadas pela pesquisa, a política capitalista doméstica brasileira foi impactada pela construção hegemônica da política estadunidense internacional, conformada por uma relação embrionária de dependência, o período analisado é justificado pela expressão dessa relação face a uma profunda transformação no cenário político e econômico no sistema internacional que ganhou corpo a partir, principalmente, da inserção da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e sua ascensão como segunda potência econômica no decorrer do século XXI (Wimer, 2024).

Entre os principais objetivos da pesquisa, pretende-se avaliar os mecanismos ideológicos, comportamentais e culturais que sustentam essa relação de dominação entre Brasil e Estados Unidos, fortalecendo a inserção da agenda ultradireitista, bem como os impactos dessa articulação nas classes sociais mais vulneráveis, por meio da intensificação das desigualdades, repressão de direitos civis e precarização da vida humana.

Com efeito, examina-se como os tecidos sociais brasileiros permanecem subordinados aos interesses do capitalismo estadunidense em tempos de crise, a despeito do Brasil figurar entre as dez principais economias mundiais (International Monetary Fund, 2025), bem como a ascensão da extrema direita e alianças das elites sociais a serviço da manutenção do sistema capitalista sob a égide estadunidense e relação umbilical com o Brasil.

A importância da pesquisa está evidenciada pela ascensão da extrema direita como um fenômeno de escala global, e, dada a relevância do Brasil enquanto principal economia da América Latina (International Monetary Fund, 2025), é preciso compreender o papel do país como objeto de articulação, reprodução e alicerce para os Estados Unidos frente ao enfraquecimento de sua hegemonia e reconfiguração do capitalismo global em crise.

Com base nas premissas de intersecção entre neoconservadorismo e extrema direita, aborda-se as novas agendas de cooptação por meio das redes sociais, que ora resgatam valores tradicionais, e ora modernizam a estética e se reinventam para atrair novos públicos, principalmente jovens, incorporando-se novos estilos que, apesar de divergirem nas estéticas,

compartilham o mesmo propósito: fomentar o discurso meritocrático capitalista patriarcal, reforçar a divisão de gênero e conduzir os corpos femininos à subserviência ao capital, enquanto reduzidas à corpos reprodutores e redutos de docilidade e submissão (Federici, 2019; Butler, 2024; Pereira e Abrão, 2024). Assim, operam na construção de sentidos que atraem, sobretudo, o público jovem em um contexto de reinvenção da extrema direita – notadamente a direita radical populista.

Os fenômenos das redes sociais abordados incluem as denominadas *trends* nas redes sociais (em tradução livre, tendência), que na prática, correspondem a repetição de vídeos e conteúdos que englobam o mesmo tema e cumprem o mesmo propósito, gerando o compartilhamento massivo de determinado tema. Serão analisados os vídeos de perfis de igrejas modernas no TikTok e de influenciadoras referência no movimento *tradwife* (esposa tradicional, em tradução livre), definidas como “uma mulher casada que opta por um estilo de vida de uma esposa convencional que segue os papéis de gênero nos quais a figura feminina é a principal responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos” (Pereira e Abrão, 2024, p. 3).

A metodologia inclui a análise de conteúdo do *corpus* documental (Bardin, 2021), com objetivo de analisar, principalmente, vídeos e mensagens explícitas e implícitas - portanto, estéticas, discursos e simbologias -, propagados nas plataformas digitais que endossam sintomas associado à extrema direita, de modo a organizar e categorizar os elementos centrais dos vídeos, identificando padrões temáticos recorrentes.

A coleta dos vídeos seguiu critérios objetivos de alcance, engajamento e representatividade discursiva. Foram analisados vídeos publicados no TikTok, tanto de influenciadoras associadas à *trend* das *tradwives* quanto de igrejas evangélicas com estética contemporânea, com números de visualização superiores a um milhão para os vídeos estadunidenses, dada a maior capacidade de viralização, e superiores a quinhentos mil visualizações para os vídeos brasileiros.

Os critérios de seleção adotados foram os seguintes: vídeos com mais de 1 milhão de visualizações; número de seguidores dos perfis (mínimo de 1 milhão de seguidores para as influenciadoras, dado o caráter internacional do conteúdo, e 100 mil para perfis institucionais (igrejas), dado o caráter nacional); relevância temática (conteúdos relacionados à submissão feminina, à valorização do lar/doméstico, associação a valores religiosos e familiares); período (vídeos postados nos últimos 4 anos).

A justificativa da escolha dos vídeos está consubstanciada na relevância dos conteúdos em perspectiva de números de alcance na plataforma, vide visualizações, compartilhamentos e

número de seguidores dos perfis analisados (com base nas métricas apresentadas no parágrafo anterior), bem na representatividade, especificamente, de Nara Smith, Estee Williams e Hannah Neelema enquanto precursoras do movimento das *tradwives* (Abrão e Pereira, 2024).

Com relação à trend das *tradwives*, serão analisados 6 vídeos vinculados à plataforma TikTok, 2 de Nara Smith, 2 de Estee Williams e 2 de Hannah Neelema. Com relação aos vídeos das novas igrejas, serão analisados 6 vídeos de perfis diferentes, incluindo criadores de conteúdo cristão e perfil da igreja We are Reino, vinculados às plataformas Tiktok.

Procedimentalmente, a coleta de dados dos vídeos foi realizada a partir de perfis e *hashtags* populares na plataforma TikTok, com base naqueles que alcançaram mais de 2 milhões de visualizações. Os vídeos foram arquivados com dados complementares (data de postagem, link de origem, número de visualizações e curtidas), conforme tabela do anexo I. A utilização da plataforma TikTok está justificada por se tratar de rede social com especial adesão entre jovens de 13 a 17 anos tanto nos Estados Unidos como no Brasil (CGI.br, 2024; Gottfried; Park, 2025), não se ignorando, todavia, que parte dos conteúdos analisados também foram veiculados em outras redes, como Instagram.

Os vídeos foram baixados, a partir do que foram extraídos os áudios e transcritos com a ferramenta Whisper para evidenciar os elementos discursivos e extradiscursivos que os compõem, a partir de três categorias principais: conteúdo discursivo, elementos visuais e posicionamento ideológico.

As três categorias analíticas estão compreendidas da seguinte forma: i) conteúdo discursivo: palavras ou expressões simbólicas, vinculados à “ideologia de gênero”, religião e família, construção de uma narrativa sobre o “papel da mulher”, “ordem natural”, “fé”; ii) elementos visuais: cenários, roupas, simbologias visuais associadas à religiosidade, tradição, maternidade e feminilidade; iii) posicionamento ideológico.

A partir da consideração das diferentes dimensões estruturais do desenvolvimento capitalista em território brasileiro, no primeiro capítulo avalia-se como as tendências da extrema direita no Brasil, embora mundiais, remanescem fortemente atreladas aos movimentos e narrativas de movimentos importados dos Estados Unidos. Para tanto, a abordagem utilizada é a qualitativa e majoritariamente por meio de revisão bibliográfica, principalmente a partir dos aportes teóricos de Ruy Mauro Marini (1973), Theotônio dos Santos (1970), Mathias Seibel Luce (2018), Panitch e Gindin, 2013, Romero Wimer e Laufer, 2024 para pensar os Estados Unidos como articulador da construção do capitalismo global pós Segunda Guerra Mundial. Sequencialmente, a pesquisa busca localizar o Brasil dentre as teorias do capitalismo dependente e subimperialista (Marini, 1977; Luce, 2018).

No campo extraeconômico, a análise parte das dinâmicas de poder associadas, ou seja, das forças políticas que emergem do campo ideológico, sentimental, religioso, conservador e cultural e associadas ao crescimento da extrema direita, construída a partir de obras de Gramsci (1999), Cox (1991), Adorno (2021), Mudde (2022), Sá (2024) e Paxton (2007).

No segundo capítulo, consideradas tais perspectivas de subordinação, dependência, dominação, imperialismo e exploração no eixo Brasil-Estados Unidos, a pesquisa aborda as ferramentas da quarta onda da extrema direita na relação entre Brasil e Estados Unidos, retomando os conceitos anteriormente abordados para visualizar as manifestações de cunho conservador e de extrema direita que pairam no contexto social analisado: neofascismo, conservadorismo, religiosidade, neopentecostalismo – e formulação das Teologias do Domínio e da Prosperidade – e projeto antigênero adotados pelos governos de Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos.

No terceiro capítulo, aborda-se a interseção entre a quarta onda da extrema direita global e as mídias digitais, com destaque para as novas agendas da extrema direita subordinadas ao imperialismo informal estadunidense na relação com o Brasil e os mecanismos que subsidiam os movimentos conservadores, religiosos, antigênero e neoliberais que reiteram interações comunicativas pautadas na lógica do capital, com base em Federici (2025) e Butler (2024), principalmente. Neste momento, são avaliadas as novas formas de cooptação, manipulação e atomização do pensamento crítico, principalmente de jovens em idade próxima ao início da vida eleitoral, que ora são seduzidos por discursos modernos e ora pelo conservadorismo, ambos assemelhados ao mesmo propósito: a intensificação da extrema direita.

Finalmente, são apresentadas as conclusões finais sobre a interseccionalidade da extrema direita brasileira e estadunidense, avaliando a interferência das tendências norte-americanas que fomentam o discurso conservador no Brasil, no âmbito cultural, político e econômico, também construídas no ambiente digital, em diálogo com a construção do capitalismo brasileiro e o imperialismo informal estadunidense.

CAPÍTULO 1: Formação social brasileira e a relação com os Estados Unidos enquanto potência econômica (1945-2026)

Na última década, parte das principais economias do mundo passou a compartilhar, dentre outros aspectos, uma característica bastante relevante: a guinada à direita. Figuras políticas da ultradireita, como Donald Trump, nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil, Javier Milei na Argentina, Viktor Orbán na Hungria, Narendra Modi na Índia, contribuíram para consolidar o que nos últimos tempos alguns autores denominam de a quarta onda da extrema direita mundial.

Segundo a definição de Klaus von Beyme (1988) e Mudde (2022), desde 1945 a sociedade internacional é orientada por movimentos de extrema direita, que se reproduzem e reconfiguram periodicamente. A primeira experiência ocorreu entre 1945 e 1955, a partir dos efeitos do neofascismo; subsequentemente, entre 1955 e 1980, surgiu a segunda onda com o populismo de direita; no período de 1980 e 2000, a extrema direita alinhou-se à direita radical. Cas Mudde (2022) afirma que, com o início do século XXI, está em voga a quarta onda da extrema direita mundial, que possui características particulares de extrema relevância, como a emergência das redes sociais, a transnacionalização da cultura e a crise do neoliberalismo (Harvey, 2017; Brown, 2018).

As noções de “ondas” aqui utilizadas englobam a compreensão de períodos determinados temporariamente e que, porquanto interligados, compõem uma cronologia de acontecimentos que guardam relação entre si a respeito de determinado movimento social político, embora regidos por particularidades que os diferem.

No caso em análise, o termo onda trata da ascensão da extrema direita a partir de 2008 e 2026, dando conta dos sintomas convergentes e divergentes que variam quando comparados a outros períodos da história (como as três ondas anteriores).

Para situar a quarta onda da extrema direita mundial na contemporaneidade, Cas Mudde lastreia sua tese a partir dos ensaios de Beyme, ao classificar as três primeiras ondas da extrema direita (neofascismo, populismo de direita e direita radical) da seguinte maneira, em ordem cronológica dos parágrafos transcritos:

No período imediatamente posterior à derrota do fascismo, a política de extrema direita demonstrou um caráter retrógrado. Dado que praticamente todos os ativistas e grupos de extrema direita haviam colaborado com os fascistas durante a guerra, a extrema direita foi quase que universalmente rejeitada – em alguns países, como Alemanha e Holanda, todas as formas de nacionalismo eram vistas negativamente. [...] O pequeno grupo de fascistas que se manteve leal à causa e não fora ou não estava aprisionado trabalhou basicamente às margens da política. Esse grupo era descrito como neofascista, mas na verdade não apresentava nada de novo. [...]

Pequenos grupos neofascistas continuaram existindo às margens das sociedades ocidentais, mas as décadas subsequentes testemunharam a ascensão de uma miríade de partidos e políticos populistas de direita, os quais se definiam mais por sua oposição às elites do pós-guerra do que por filiação a uma ideologia ou regime derrotados. Antigos fascistas tiveram um papel importante, mas os partidos não eram neofascistas em termos ideológicos ou de seus quadros. Acima de tudo, esses partidos manifestavam revolta contra a conjuntura política e econômica do pós-guerra, notadamente a marginalização das periferias rurais e o desenvolvimento do Estado de bem-estar social. [...] Mas o movimento decisivo foi a União de Defesa dos Lojistas e Artesãos, também conhecida como Poujadista por conta do nome de seu fundador, Pierre Poujade. O Poujadismo exibia diversas características do fascismo, incluindo um forte personalismo de seu líder e um antiparlamentarismo virulento [...]. Nos Estados Unidos, o populismo de direita manifestou-se, principalmente, como parte do movimento anticomunista, cujos representantes mais infames eram a Sociedade John Birch e o senador Joseph McCarthy. O movimento ganhou força durante a campanha presidencial do senador republicano Barry Goldwater, a qual terminou de forma desastrosa, mas preparou o terreno para o nascimento de uma nova e mais radical subcultura conservadora. Entretanto, o momento mais significativo para a direita radical foi a campanha presidencial do governador do estado do Alabama, George Wallace, em 1968, sob a batuta do Partido Independente Americano. [...]

A primeira onda significativa da extrema direita na Europa ocidental mostrou seus primeiros sinais já no início dos anos 1980, mas ganhou força somente na década seguinte. Alimentados pela imigração em massa e pelo desemprego, e, com uma década de atraso, os partidos de direita radical começaram a ocupar de forma lenta, porém constante, os parlamentos. [...] Após a queda do comunismo em 1989, a extrema direita também emergiu em vários países pós-comunistas, embora inicialmente tenha assumido formas regionalmente específicas. Incluídos nesse momento estavam o Partido Croata dos Direitos (HSP) e o Partido Nacional Eslovaco (SNS), agremiações cujas ideologias e até mesmo seus membros remontavam aos partidos fascistas dos anos 1930 a 1940, bem como alguns partidos que misturavam características de extrema direita com a nostalgia do regime comunista, como o Partido da Grande Romênia (Mudde, 2022, p. 26, 27, 29, 30 e 31).

A quarta onda eclode a partir dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e seguintes, e, principalmente, com a crise do capitalismo global (2008), que desencadeou o ressentimento da classe média, descontentamento político massificado, crise da democracia liberal, intensificação das políticas neoliberais, aparição de figuras autoritárias, advento das redes sociais, acirramento das pautas-identitárias, *fake news* e estratégias comunicacionais digitais (Brown, 2018; Lacerda, 2019; Mudde, 2022; Saad-Filho, 2023).

Apesar do termo onda remeter, em um primeiro momento, a um efeito com início, meio e fim, nesse contexto de estudo sócio-político, representa um efeito perene, não passageiro, sobre o qual há um sobressalto em períodos específicos - assim como são referenciadas as ondas do feminismo, por exemplo; o feminismo não deixou de existir nos períodos intra-ondas, mas classificá-las dessa forma permite entender como essa manifestação coletiva se desenvolveu e se reorganizou ao longo da história considerando períodos de reestruturação e sobressalto - o mesmo se faz aqui sobre a história da extrema direita ao redor do mundo.

Logo, onda, para essa pesquisa, representa um recurso conceitual para dar conta da noção de períodos históricos diferentes que remontam ao mesmo processo social e político, redefinidos periodicamente. A escolha do termo por essa pesquisa se justifica no sentido de sua utilização por cientistas políticos como Klaus von Beyme e Cas Mudde, ressalvado o fato de se tratar de um momento contínuo transmutado ao longo da história da sociedade mundial.

A discussão abordada nesta pesquisa, embora frequentemente rememore momentos pregressos, busca entender o que Cas Mudde (2022) propôs como a *quarta onda*. Surgida no início do século XXI e ainda em curso, Mudde destaca três momentos históricos, traduzidos em crises, a partir dos anos 2000, que impulsionaram o avanço da extrema direita atual: “os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e posteriores, a recessão econômica de 2008 e a crise dos refugiados em 2015” (Mudde, 2022, p. 34). Para Mudde, “todas as democracias ocidentais foram afetadas, ainda que de maneiras diferentes, pelo surgimento de uma onda nunca vista de política islamofóbica e populista” e “quase todos os países – talvez todos – são terreno fértil para os ideais e organizações de direita populista radical” (Mudde, 2022, p. 34 e 120).

Sobre esse último aspecto, Mudde diz que:

Comportamentos nativistas, autoritários e populistas são amplamente difundidos, de maneira que políticas de extrema direita como controle migratório, recrudescimento das leis penais e redução dos benefícios concedidos à classe política recebem o apoio tanto de maioria simples quanto de maiorias absolutas (Mudde, 2022, p. 121).

Inicialmente, para fins de esclarecimento terminológico, com fulcro nos ensinamentos de Mudde, faz-se necessário diferenciar dois subgrupos da extrema direita: a direita radical e a direita ultraradical. Sob sua perspectiva (e também adotada nesta pesquisa), embora ambos os subgrupos compartilhem características ideológicas essenciais, a principal diferença reside na percepção de democracia adotada por cada um destes. Em síntese, enquanto a direita radical populista “apoia a democracia, pelo menos em tese”, contrapondo-se, no entanto, às instituições democráticas, “a direita ultraradical rejeita a própria essência da democracia, a ideia da igualdade política e do governo da maioria” (Mudde, 2022, p. 44).

A controvérsia quanto à nomenclatura entre direita radical, ultraradical e extrema direita parece ter percorrido caminhos sinuosos quando da tradução do inglês para o português. De todo modo, com base nos estudos de Mudde (2022), direita radical não seria necessariamente autocrática porque não negaria a democracia, apesar de concebida em grande medida por ideias que a confrontam. Por outro lado, a ultraradical seria aquela que rejeita a

democracia em sua essência, pois contraria a ideia de alternância de governos, pluralidade de ideias e voto popular - concepções essas que são revisitadas por outros autores sobre o tema.

Mariana Lacerda, assim como Mudde, classifica Donald Trump e Jair Messias Bolsonaro como políticos da direita radical populista, como denota a pesquisa desenvolvida pela autora em 2019. Em ambos os casos, o decurso temporal implicou desconsiderar aspectos cruciais que degingolaram os governos direitistas de Trump e Bolsonaro nos últimos 6 anos.

Assim como outras discussões nos campos da ciência política (estendendo-se para as demais áreas das ciências sociais), o debate não é consensual. Outro ponto que dificulta a análise quando se estuda Trump e Bolsonaro, especificamente, é o fato de que, quando Mudde escreveu *A extrema direita hoje*, os dois presidentes pareciam caminhar ao lado da direita radical (portanto, aquela que não rejeitaria a ideia da democracia) e, frequentemente, permaneceram associados a elas. Por outro lado, alguns episódios (como o atentado ao Capitólio, nos EUA, e o ataque à Praça dos Três Poderes, no Brasil) parecem ter materializado as ideias autoritárias por uma insurreição popular organizada que, por consequência, deixaram o campo das ideias, abrindo espaço para os projetos autoritários e reacionários que outrora eram apenas delírios (Lynch; Cassimiro, 2022).

A história recente implica reavaliar os conceitos de Mudde ao visitar não só os governos Trump e Bolsonaro, mas igualmente as organizações políticas que deles derivaram, de modo a considerar os acontecimentos contemporâneos que aproximam esses atores políticos do alinhamento da direita ultraradical que rejeita a democracia, apesar de valerem-se delas – como quando eleitos democraticamente, por exemplo.

Os fenômenos provocados pelos governos de direita de Trump e Bolsonaro, contudo, permanecem historicamente inconcluso e resultam em uma categoria analítica ainda em formação, com o que parece precipitado classificá-los como direita ultraradical, diante do processo histórico que ainda não se cristalizou.

O que se pode concluir, por ora, é que em grande medida, grande parte do eleitorado de ambos é alimentado por um sentimento reacionário e autoritário que rejeita substancialmente a democracia, mas, registrado o posicionamento conservador adotado nessa pesquisa, não em força suficiente para classificá-los como ultraradical, apesar das tendências autoritárias. Por consequência e cautela, parece adequado permanecer com a concepção de que tanto o governo Trump, como Bolsonaro, estão no espectro da extrema direita em maior conformidade com a direita radical – e populista, como se verá adiante -, ora flertando com a direita ultraradical.

Segundo André Pini (2023, p.2), “a ascensão da ultradireita na segunda década do século XXI é, de fato, um fenômeno de características globais”. O movimento da ultradireita

compartilha aspectos de fundamental importância de maneira universal. Em que pese a extrema direita não seja orientada por uma identidade uníssona, na medida em que as configurações variam de acordo com o contexto cultural e social de cada narrativa, o escopo principiológico converge naquilo que é indispensável para a base conservadora da extrema direita e, deste modo, para a manutenção do capitalismo, com destaque para o populismo, neoconservadorismo, moralismo e ultranacionalismo.

Ignazi (2003), no entanto, propõe interpretar o movimento de maneira distinta. Mais do que um conjunto fixo de características, os movimentos de extrema direita ao redor do mundo podem ser compreendidos a partir de uma gramática comum da negação, fundada em oposições compartilhadas genericamente, como nos posicionamentos anti-igualitários, anticomunistas, anti-iluministas, antimaterialistas, antifeministas, antidemocráticos e antiparlamentares.

Para além destes adjetivos conferidos a esta quarta onda da extrema direita mundial, frequentemente autores utilizam o termo fascismo e derivados, como neofascismo e pós-fascismo, para rotular esse fenômeno político na contemporaneidade.

A definição do fascismo precede a compreensão do que é o neofascismo e pós-fascismo. O conceito de fascismo clássico *per se* corresponde ao regime ditatorial liderado por Benito Mussolini na Itália de 1922, consolidado por um fenômeno contrarrevolucionário (fascismo histórico). Corresponde, nessa perspectiva, a um período histórico delimitado e específico, reconhecido pelo ultranacionalismo, anticomunismo, militarismo e rejeição da democracia. De outro lado, não são raras as vezes em que o termo fascismo é empregado na conjectura presente para caracterizar governos que reúnem, ainda que parcialmente, características semelhantes ao movimento fascista liderado por Mussolini (Boito, 2021; Sousa Júnior, 2020).

A utilização do termo fascismo para a histórica recente não é consensual entre estudiosos e críticos ao movimento; ao contrário, a literatura sugere uma divisão entre duas categorias distintas para definir os movimentos orientados em certo grau pelo fascismo que se alastraram posteriormente pelo mundo: o neofascismo e o pós-fascismo. Para Alvaro Bianchi, “as variantes neofascistas e pós-fascistas reconfiguraram elementos desse repertório ideológico para se adequarem às mudanças das condições históricas, preservando, contudo, continuidades essenciais com seu antecedente” (2025, p. 2).

Segundo Enzo Traverso, neofascismo, que não apenas dá nome à primeira onda da extrema direita mundial, também compreende partidos e movimentos políticos que “reivindicam abertamente uma continuidade ideológica com relação ao fascismo histórico”, enquanto no pós-fascismo, “não reivindicam mais esta filiação, distinguindo-se claramente dos neofascismos”. Utilizar o termo pós-fascismo, para Traverso, é romper com a ideia de um

movimento contínuo, adequando-se a compreensão do fenômeno na atualidade por se tratar de “um regime de historicidade particular – o início do século XXI – que explica seu conteúdo ideológico flutuante, instável, frequentemente contraditório, no qual se combinam filosofias políticas antinômicas” (Traverso, 2017, p. 13 e 14).

Não bastaria, portanto, reunir características elementares do fascismo histórico para assim ser identificado no momento presente, uma vez que necessário considerar o contexto do período analisado, como a própria etapa do capitalismo; enquanto o fascismo histórico de Mussolini atravessava a crise do liberalismo, há pelo menos quarenta anos o capitalismo orienta-se pela doutrina neoliberal.

É nesse sentido que Traverso (2017) rejeita classificar a extrema direita atual como fascista ou neofascista: a primeira, porque o fascismo histórico está circunscrito a um período específico, marcado por condições políticas, sociais e econômicas próprias, que não se reproduzem integralmente no presente; e a segunda, porque pressupõe uma continuidade identitária e ideológica explícita do movimento fascista clássico, o que pode fazer sentido para organizações abertamente fascistas (como neonazistas) e partidos pequenos, mas não para a extrema direita em sentido amplo.

Evidenciadas as limitações históricas e conjecturais da aplicação dos conceitos de fascismo e neofascismo para definir os movimentos da extrema direita na atualidade, parece coerente adotar o termo pós-fascismo fundada na perspectiva crítica de Traverso:

O de pós-fascismo, um termo que distingue entre essa nova realidade e o fascismo histórico, sugerindo tanto uma continuidade quanto uma transformação, parece-me mais pertinente. Não responde a todas as questões em aberto, sem dúvida, mas se corresponde a essa etapa transitória. Para ser frutífera, a análise comparativa não pode se limitar a estabelecer paralelos mecânicos. Determinar se a nova direita radical coincide com um "tipo ideal" fascista — a convergência de nacionalismo, racismo e antissemitismo, oposição à democracia, uso da violência, mobilização em massa, e liderança carismática — é um exercício bastante estéril. Um continente que viveu setenta anos de paz quase ininterrupta não pode dar origem à mesma política “brutalizada” que afetou a Itália, a Alemanha ou a Espanha nas décadas de 1920 e 1930. Procurar Filippo Tommaso Marinetti, Ernst Jünger e Carl Schmitt — estetas da violência e teóricos do Estado totalitário — na Europa de hoje seria tão anacrônico e inútil quanto lamentar a ausência de um filósofo da ação comunicativa como Jürgen Habermas ou de um pensador da justiça como John Rawls na Itália de 1922 ou na Alemanha de 1933. Pensar sobre o fascismo hoje significa vislumbrar, discernir, as possíveis formas de um fascismo do século XXI, e não a reprodução do fascismo do período entre guerras (Traverso, 2016, p. 5)

Adota-se aqui a periodização de Mudde como recorte temporal e descritivo do fenômeno, e a categoria de pós-fascismo, de Traverso, como leitura conceitual do seu conteúdo ideológica.

Feitas essas considerações conceituais, que fundamentam a adesão desta pesquisa ao termo pós-fascismo para empreender as características compartilhadas por amplos setores da extrema direita contemporânea, torna-se possível deslocar a análise do plano conceitual para o exame de suas formas concretas de atuação política.

As crises no capitalismo são periódicas e representam um pretexto essencial para a reorganização cíclica do sistema. O marco inicial da crise capitalista na contemporaneidade é atribuído pelo cientista político Cas Mudde e pelo teórico David Harvey à crise mundial iniciada no ano de 2008¹, ao considerá-la como consequência própria da estrutura do modo de produção e regulação vigente. Para Harvey (2017, p. 13), “o motor econômico do capitalismo está nitidamente passando por dificuldades” e a crise do capitalismo se dá, entre outros motivos, pelas contradições permeadas pelo próprio sistema, em um contexto de ascensão do capitalismo global e neoliberal.

Na visão de um dos principais teóricos da Teoria Marxista da Dependência, Ruy Marini, com base nos aportes marxistas, diz que as crises no capitalismo apontam para a sua destruição, o que, todavia, não pode ser confundida com estagnação, vez que as intensificações das contradições do sistema viabilizam a reconfiguração e reestruturação do próprio desenvolvimento capitalista (Marini, 1978).

Conforme estabelece Harvey (2017), as crises no capitalismo são periódicas e representam um pretexto essencial para a reorganização do sistema com vias de garantir novas formas de exploração e acumulação de capital que, nos últimos anos, estão cada vez mais arraigadas às soluções neoliberais:

Em termos gerais, o mundo está polarizado entre a continuação ou até o aprofundamento das soluções neoliberais, baseada na oferta [supply-side] e o monetaristas, enfatizando a austeridade como remédio apropriado para curar nossos males (caso da Europa e Estados Unidos), e a retomada de uma versão em geral diluída de uma expansão keynesiana baseada na demanda e financiada pela dívida (como na China), ignorando a ênfase de Keynes na redistribuição de renda para as classes mais baixas como um de seus componentes-chave. Não importa qual a política é seguida: o resultado é o favorecimento do clube de bilionários que constitui hoje uma plutocracia cada vez mais poderosa, tanto dentro dos países como no cenário mundial (como Rupert Murdoch). (Harvey, 2017, p. 10).

Não é coincidência a citação de Harvey a Rupert Murdoch, magnata australo-

¹ A crise mundial de 2008, ou crise do *subprime*, foi uma crise financeira principiada nos Estados Unidos pela concessão de créditos com baixas taxa de juros baixa. A concessão de créditos em condições inéditas fortaleceu, em um primeiro momento, principalmente o mercado imobiliário. A aquisição de imóveis iniciava com prestações mensais baixíssimas, que seriam posteriormente elevadas. Com a alta procura de aquisição desses imóveis, o preço deles também aumentou e, gradativamente, os beneficiários não detinham mais condições de pagar as parcelas das propriedades que, agora, também não eram mais suficientes para pagar a dívida junto ao banco credor. Assim, os hipotecários perdiam os imóveis por inadimplência. Os títulos de pagamento (*subprimes*) eram comercializados entre instituições financeiras do mundo todo, o que provocou um efeito cascata da recessão (Harvey, 2017).

americano da comunicação audiovisual e patriarca da família Murdoch, que se tornou símbolo de poder e influência no setor da mídia internacional, acumulando uma expressiva fortuna e influenciando nas disputas políticas mundo afora, a partir da companhia News Corporation Ltd., que inclui o canal de comunicação Fox News, integrante do ecossistema de mídia americano partidária associado à direita e que foi exemplar para a primeira eleição de Donald Trump em 2016 (Benkler; Farias; Robert, 2018). O papel das mídias será melhor analisado no 3º capítulo.

Em tempos de crise, segundo Hartwig Pautz (2011), há um esforço organizacional na medida em que se formam amplas coalizões que objetivam disputar e dar homogeneidade a “concepções de mundo”. Já no século XX, Theodor W. Adorno (2019) alarmou sobre o que considerava uma atmosfera cultural na dinâmica global capitalista que impulsionava a aparição de figuras antidemocráticas de ideologias autoritárias, ainda que não de forma explícita.

Ao reunir as concepções de teóricos como Cas Mudde (2022), Wendy Brown (2019) e David Harvey (2017), no Brasil, a crise mundial de 2008 se revela um marco histórico significativo a aprofundar os sintomas gerados a partir do que se considera um ressentimento provocado pela crise capitalista, sobretudo na classe média, e que fomentou o avanço da extrema direita na medida em que se pretendia resgatar o *status quo* de uma sociedade que havia retrocedido economicamente, na crescente de uma conjuntura favorável ao surgimento de figuras populistas (Brown, 2019; Saad, 2023).

Sob essa perspectiva, Wendy Brown (2019) observa que as democracias liberais nos últimos tempos passaram a ser representadas por forças da extrema direita ao redor do mundo, articuladas pela oposição e resistência a determinados grupos étnicos:

Cada eleição traz um novo choque: neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, o Brexit conduzido pela xenofobia alimentada por tabloides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu e, é claro, o trumpismo. O ódio e a belicosidade racistas, anti-islâmicos e antisemitas crescem nas ruas e na internet (Brown, 2019, p. 9)

A racionalidade neoliberal, afirma Brown, concebeu a expansão do pensamento e das políticas antidemocráticas na segunda década do século XXI, emaranhadas em um conjunto de esferas - lei, cultura política e subjetividade política -, promovidas pelo avanço de políticas nacionalistas autoritárias brancas, que também favoreceram a ascensão de um movimento nacionalista cristão (Brown, 2019, p. 16 e 17).

Campanhas políticas estadunidenses e europeias escancararam o ressentimento provocado pelo declínio no status econômico e social das classes médias e baixas provocado

pelas crises cíclicas do capitalismo. Emerge deste cenário a necessidade de aflorar o nacionalismo, afirmar a superioridade de raças e culpabilizar bodes expiatórios, frequentemente associados a grupos minoritários, como por exemplo, os imigrantes:

“Make America great again”[Faça a América grande de novo] (Trump), “A França para os franceses” (Le Pen e a Frente Nacional) , “Take back control” [Recupere o controle] (Brexit), “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha” (Alternativa para a Alemanha), “Polônia pura, Polônia branca” (Partido Polonês da Lei e da Justiça) , “Mantenha a Suécia sueca” (Democratas Suecos) (Brown, 2019, p. 14)

O processo de consolidação da extrema direita é multifatorial e encontra como denominador comum a reivindicação pelo direito à propriedade privada e fomento econômico desenfreado, pautado na lógica neoliberal, em que são reproduzidos jargões como “conservador nos costumes e liberal na economia”, em meio a um período de crise capitalista e novas agendas a partir da expansão digital.

Embora seja um fenômeno de características globais, na prática, nota-se que a agenda ultradireitista brasileira está estreitamente relacionada à ultradireita estadunidense, principalmente pela sequência e similaridade de eventos que conectam ambos os países e porque compartilham traços bastante influentes, como a religiosidade – característica que não se revela do mesmo modo essencial em outras regiões, como alguns países da Europa.²

Por isso, é necessário rememorar a construção da extrema direita, que não é um movimento recém-concebido; ao contrário, remonta ao período pós-Primeira Guerra Mundial, como ensinam Mudde (2022) e Beyme (1998).

Precisamente sobre a América Latina, os estudos denotam que a interligação entre extrema direita e capitalismo, embora já existente, teve um sobressalto em meados dos anos 1940, com o início da Segunda Guerra Mundial. Na sequência, a região passou a ser fortemente bombardeada por influências norte-americanas do começo ao fim da Guerra Fria. Vitoriosos, os Estados Unidos da América, ainda no combate ideológico e político contra a União Soviética, já haviam estabelecido diretrizes políticas e econômicas aos países latino-americanos sob a pretensa ameaça do “perigo vermelho”, como eram chamados os ideais comunistas à época, oportunidade em que se deu início à intelectualidade neoconservadora baseada no “libertarismo econômico, no tradicionalismo moral e no anticomunismo” (Lacerda, 2019, p. 21; Simon, 2021).

² As eleições de 2024 na França foram marcadas por uma disputa acirrada entre grupos de centro-esquerda e extrema-direita. Em que pese haja uma crescente da extrema direita no parlamento europeu, a França se tornou o primeiro país a garantir o direito ao aborto em sua Constituição – posição que colide frontalmente com os valores cristãos geralmente associados à ultradireita. Por outro lado, em países como a Polônia e Hungria, a extrema direita, inclusive associada às religiões cristãs, encontram forte adesão popular.

Sobretudo pela expressiva força e poder que os Estados Unidos da América representavam, a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pelo país tendo como destinatário os países da América Latina, era o embrião necessário para o nascimento de uma onda autoritária e antidemocrática naquele contexto. Além da própria desavença com a União Soviética, o surgimento da Revolução Cubana e a ascensão do governo comunista de Fidel Castro contribuíram para o fortalecimento dos esforços estadunidenses sobre os países da América Latina (Bemvindo Vieira, 2009).

Nesse mesmo cenário, a Operação Condor deflagrada pelos Estados Unidos junto ao Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) representa a materialização da doutrina anticomunista promovida pelos EUA nesses países, que utilizava como mecanismos repressivos a perseguição, sequestros, torturas e assassinatos em nome de proteger a região das supostas investidas esquerdistas (Dinges, 2004).

Há, por conseguinte, uma ligação estreita e direta entre a ascensão econômica e o poder concentrado dos Estados Unidos - notadamente pela necessidade de aflorar o capitalismo mundo afora, sobretudo em razão do triunfo norte-americano como superpotência a partir da vitória na Segunda Guerra Mundial -, e a instalação em massa das ditaduras de direita na América Latina, a pretexto de os EUA liderarem uma batalha contra o avanço do comunismo (Bemvindo Vieira, 2009).

O Brasil, assim como toda a América Latina, foi palco das influências externas que guiavam a economia e política local, justamente em detrimento da debilidade econômica, política e social deste continente, tornando-o suscetível às transformações elementares para afastar as supostas investidas comunistas e propagar os ditames neoliberais. O decurso temporal, no entanto, não foi suficiente para que o Brasil superasse sua condição de parcial dependência, conforme explorado no tópico na sequência; o plano doméstico, ainda hoje, é rigorosamente afetado pelo plano econômico internacional e, em muito, devido à ingerência estadunidense (Netto, 2024; Luce, 2018; Souza, 2020).

Mesmo com o reestabelecimento da ordem democrática no Brasil a partir da segunda redemocratização, há profundas cicatrizes nos tecidos sociais e políticos que impedem dissociar o cenário doméstico da ascensão da extrema direita nos últimos anos e a influência dos Estados Unidos, mesmo no contexto de transição hegemônica a nível global (Lacerda, 2019; Netto, 2024).

Sobre a limitação da soberania nacional em virtude da subordinação de interesses econômicos, tecnológicos e culturais das elites locais face às potências imperialistas, Fernando Romero Wimer esclarece que, tratando-se de sociedades de classes, as estruturas políticas,

jurídicas e culturais, ainda que possam ser revestidas de uma aparente neutralidade, reproduzem, na prática, a soberania da classe dominante:

A estruturação dependente supõe tanto a subordinação econômica, tecnológica e/ou cultural externa no plano internacional, como também a associação subordinada de importantes frações das classes dominantes locais aos capitais das principais potências imperialistas, o que resulta em ingerência imperialista nas decisões nacionais e, portanto, em uma soberania estatal subalterna e fortemente limitada. Como já assinalamos em outras oportunidades, qualquer sociedade de classes expressa, nas diferentes dimensões da vida social (econômica, política e ideológica), o domínio de sua classe dominante. Os elementos superestruturais, tanto em termos jurídico-políticos quanto culturais, que se auto apresentam como instâncias acima das classes sociais, são, na prática, a materialização dos interesses da classe dominante e contribuem para a sua reprodução. (Romero Wimer, 2024, *Imperialismo, dependência e transição hegemônica diante da ascensão da China*, p. 23, tradução livre)

Na perspectiva de Robert Cox (1983), a história perpassa por rupturas sucessivas pois permanece à deriva de transformações ao longo dos anos, e, por essa razão, a hegemonia não é uma condição imutável. Ao considerar o processo acelerado de transição hegemônica nos últimos 20 anos³ e uma provável redefinição do epicentro da economia mundial, observa-se um fenômeno relativamente recente de perda de força econômica e militar do imperialismo estadunidense frente ao protagonismo liderado pela China.

Esse confronto hegemônico, que se desdobra nos âmbitos econômico, militar, político e ideológico, tem como pano de fundo o fato de que o desafio representado pela China constitui hoje o principal eixo de disputa hegemônica na ordem internacional, intensificando ainda mais a percepção, por parte dos Estados Unidos, de que os aspectos político e ideológico configuram uma batalha inegociável diante da decadência de seu império multifacetado, que, segundo projeções de cenários próximos, pode deixar de ocupar o posto de primeira economia mundial (Laufer; Romero-Wimer, 2024).

Sob a condução dos estudos dos conceitos de estrutura e superestrutura, Karl Marx estabelece que o modo de produção econômico (estrutura) precede os instrumentos de dominação (superestrutura) pelos quais a classe dominante exerce a manutenção de seus interesses, modulando a consciência, ideias e os valores, ao afirmar que “o modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos humanos que determina seu ser, mas o inverso: é seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2024, p. 44), reiterando a lógica de que as condições materiais da vida controlam a visão de mundo:

³ Considerando a inserção da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência (Marx, 2024, p. 44).

Ampliando a aplicação desses conceitos, Antonio Gramsci analisa as relações de poder no cenário internacional por meio de duas principais dimensões, classificadas como subjetiva e objetiva: a primeira está relacionada à capacidade do Estado na construção de consensos a partir de liderança e influência política ou ideológica sobre os outros, portanto, dispositivos de poder que coordenam a racionalidade política e a articulação geopolítica nas dinâmicas econômicas mundiais; a segunda diz respeito à materialidade e/ou uma espécie de coerção física, ou seja, o desenvolvimento econômico e tecnológico, as relações econômicas e comerciais e a capacidade militar estatal. Para Gramsci, seguindo a Marx, há uma relação dialética entre estrutura e superestrutura na medida em que se influenciam mutuamente (Gramsci, 1999).

Os aparatos políticos, sentimentais e ideológicos representam os meios que permitem reafirmar e reacender a importância em outros campos de dominação, não somente material, mas também subjetiva, que possam contribuir para a retomada de prestígio e realocação em escala global, tendo em conta os diferentes graus de forças internacionais, que, de todo modo, permanecem intrinsecamente ligadas à supremacia de um Estado sobre o outro em sentido amplo (Cueva, 1984; Gramsci, 1978; Wimer, 2024).

As forças empregadas por países hierarquicamente privilegiados criam tentáculos nos países adjacentes, isto é, nações como o Brasil, que, em razão da subordinação histórica deliberada, podem internalizar representatividades e significâncias de determinada localidade, conforme se explicará em relação aos Estados Unidos, com o propósito de reproduzir a estrutura capitalista.

Dado o controle que as relações internacionais de poder exercem nas relações sociais econômicas em dimensão global, há formas estratégicas de se inserir uma agenda capitalista para as tomadas de decisão que gerem a economia mundial, a partir do planejamento acerca de orientações de comportamentos que reiteram a percepção capitalista, assim como da extrema direita.

O controle das mídias por pensadores, empresários, políticos, agentes diplomáticos, jornalistas, referências culturais, lobistas, influenciadores da opinião pública de modo geral que reforçam, em uma perspectiva universal, a manutenção do capitalismo, reforçado por países como Estados Unidos e China, pois enquanto principais potências econômicas, incorporam os interesses que atendem a expansão indefinida do capital (Panitch e Gindin, 2012).

O Brasil – que há muito é fortemente influenciado pela política econômica e social estadunidense - permanece sendo impactado pelos movimentos sociais e políticos nascidos nos Estados Unidos, que em pouco tempo passam a ser internalizados pela sociedade brasileira, sobretudo no âmbito político, religioso e cultural (Souza, 2020).

A discussão aqui apresentada se debruça a respeito da assimetria do Brasil no campo internacional, consubstanciada em sua relevância enquanto principal economia da América Latina, mas objeto perene de articulação de forças externas e historicamente vinculadas aos Estados Unidos, partindo, inicialmente, da esfera econômica e, posteriormente, extraeconômica, notadamente por uma convergência ideológica produtiva consolidada pela hegemonia, ideologia, religião e cultura, formulando o consenso que permite a expansão ideológica do modelo capitalista e da extrema direita.

Busca-se, desse modo, aprofundar eventos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais que revestem a relação entre Estados Unidos e Brasil, a fim de que seja possível superar a superficialidade de compreendê-la erroneamente como uma sucessão de coincidências. Trata-se de um plano, inicialmente econômico, que se revelou muito mais intenso e abrangente ao longo dos últimos 60 anos: o Brasil é o reflexo de um projeto político e econômico pungente, que culminou em eventos históricos que determinaram a história do país (vide golpe de 64, redemocratização, implementação do neoliberalismo, crise de 2008, eleição de Trump e Bolsonaro etc.), e, justamente por isso, resultaram em cicatrizes permanentes no tecido social brasileiro que ainda hoje testemunha uma realidade moldada pela economia, política e cultura estadunidense - que, por sua vez, visa fortalecer os interesses do capitalismo central enquanto este se alimenta do periférico.

A construção da análise teórica da formação social brasileira está centrada sob duas dimensões: a econômica e extraeconômica. Com base nos elementos que constituem a formação da sociedade econômica brasileira a partir da consolidação do capitalismo no final do século XX, o aparato teórico da TMD e discussão do capitalismo dependente e subimperialismo subsidiará a análise do papel dos Estados Unidos na arquitetura do capitalismo brasileiro, bem como da interpretação do que se compreende como produção de uma racionalidade política enviesada, calcada em dispositivos ideológicos de poder para

compreender os fenômenos recentes da ascensão da nova direita, dos aspectos religiosos, do pós-fascismo, do conservadorismo, do projeto antigênero como vetores ideológicos de conformação do capitalismo.

Com efeito, ambos os eixos permitem delinear a estrutura e superestrutura pela qual a disputa hegemônica estadunidense perpassa, bem como a instrumentalização de discursos de ressentimento, nacionalismo e moralização da política, arraigada na disparidade de força política e autonomia na relação EUA-Brasil e incorporação das narrativas neste último.

1.1. A dimensão econômica: o Brasil no centro dos debates do capitalismo central, periférico e subimperialista

Para que seja possível dimensionar o papel dos Estados Unidos no Brasil, bem como sua relação com a intensificação da extrema direita brasileira a partir da consolidação do capitalismo periférico latino-americano, a presente pesquisa utiliza como arcabouço teórico a TMD, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento do sistema capitalista nos países latino-americanos, a partir das “relações de dominação, exploração e opressão que conforma as formações sociais dependentes” nesta localidade (Bichir, 2024, p. 214).

A TMD busca compreender a lógica capitalista que tangencia as relações de subordinação entre países centrais e periféricos, bem como analisar o desenvolvimento destes últimos enquanto subterfúgio para expansão das principais potências industriais. Nessa perspectiva, compreende-se como países centrais aqueles industrialmente avançados, e periféricos os pertencentes à América Latina⁴. Sob ótica da TMD de Marini (2000), na formação embrionária da economia dependente capitalista, as estruturas analisadas perpassam a superexploração da classe trabalhadora e a acumulação de capital.

Em seu estágio inicial, a TMD está associada a três fatores determinantes do capitalismo dependente: a relação de intercâmbio desigual concretizada pela produção de bens primários para exportação ao tempo em que importa produtos industrializados; a fuga de capitais e a subordinação da burguesia interna à burguesia internacional (Marini, 1973).

Como exemplo prático das operações entre países centrais e periféricos que pavimentaram a economia dependente, nações da América Latina, como o Brasil, forneciam a matéria-prima, a baixo custo e a partir da superexploração, da qual os países centrais (como

⁴ Para Armando Boito Jr. (2018, p. 15), “O capitalismo dependente tem uma história muito diferente daquela que se verifica no capitalismo central”, de modo que faz-se imprescindível tecer análises a partir da perspectiva de hierarquia e submissão entre os próprios países capitalistas.

Estados Unidos e países da Europa) potencializavam suas indústrias na medida em que a transformavam em produtos manufaturados, posteriormente exportados para demais países, incluindo os periféricos, reproduzindo uma estrutura comercial desigual ao redor do globo:

No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente em sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas, sobretudo, no XVIII, graças à coincidência entre a descoberta do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), só no curso do século XIX e, especificamente, depois de 1840 sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente (Marini, 2000, p.12).

Evidentemente, o exemplo citado de industrialização primária não mais subsiste atualmente, vez que as relações econômicas entre os países ao redor do mundo percorreram profundas transformações a partir do século XIX, “momento em que as economias formalmente independentes da América Latina se interrelacionam com as economias industriais no mercado mundial” (Osório, 2016, p. 500). Contudo, a história não permite desassociá-la do capitalismo dependente que, por décadas, estruturou o continente latino-americano:

Em outras palavras, antes do século XIX existiram processos de acumulação e desacumulação que estabeleceram pontos de partida radicalmente diferentes entre as economias que se inter-relacionam e que participam da divisão internacional do trabalho nesse século. O fato de que esta situação tenha sido propiciada por mecanismos políticos e extra-econômicos não implica que não tiveram consequências econômicas no momento de se iniciarem as relações entre economias “independentes” no século XIX. (Osório, 2016, p. 509).

Celso Furtado (1980) sustenta que a industrialização brasileira foi profundamente definida pela presença do capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos; ainda que se reconheça a urbanização e os avanços econômicos, essa etapa intensificou a dependência externa, afetando, também, as áreas de tecnologia e financeira. Sobre esse aspecto, no Brasil, são as modificações estruturais das economias centrais que remodelam as economias domésticas:

A iniciativa dos Estados no sentido de criação de indústrias de base deu certamente maior espessura à atividade industrial, mas de nenhuma forma modificou qualitativamente o quadro [...] cujas características principais eram as seguintes: a) dependência vis-à-vis da exportação de uns poucos produtos primários; b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando se desenvolvia uma indústria local de equipamento; c) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d) não aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada, em razão da dispersão dos investimentos (Furtado, 1980, p. 131).

A transferência de valor por meio da repatriação de lucros oriundos de investimentos de capitais de economias desenvolvidas naquelas classificadas como dependentes é também,

paradoxalmente, um dos elementos basilares que calcifica a desigualdade vertiginosa entre esses países. A história demonstra que o capital estrangeiro, não raras vezes, extraiu mais riqueza do que contribuiu. Especificamente sobre os Estados Unidos, segundo Theotonio dos Santos, no período de 1946-1968, os dividendos, juros e outros mecanismos ligados a investimentos estrangeiros resultaram na saída de 15 bilhões de dólares da América Latina para os EUA. Em contrapartida, os Estados Unidos investiram apenas 5,5 bilhões de dólares na América Latina no mesmo período (Santos, 1970).

A atuação dos Estados Unidos é central na construção do capitalismo global, desde a queda do império britânico (1983), tendo sido finalmente consolidado como potência unipolar posteriormente à Segunda Guerra Mundial. Na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), bem como o início da dolarização da economia mundial, na Conferência de Bretton Woods (1944), fixou-se os Estados Unidos em dimensão central da economia mundial e projetou-se sua liderança, bem como de suas instituições, em escala global.

Para Harvey, “a reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930” (2005, p. 19), e foi justamente neste período pós-Segunda Guerra que emergiu o subimperialismo como categoria do capitalismo dependente (Luce, 2018), conforme será vera mais adiante.

O processo de transição hegemônica, ou crise de hegemonia, pode ser identificada a partir de três aspectos: o acirramento entre empresas e entre Estados, o aumento dos conflitos sociais e a emergência de novas concentrações de poder. Como defende Arrighi, há uma “crise terminal” com o início do declínio do *status* hegemônico estadunidense após a Guerra Fria, principalmente devido ao endividamento externo e desequilíbrio comercial, a despeito do poder militar e bélico, que pode justificar a necessidade de lançar aos países de todo o globo, em especial aos “subdesenvolvidos”, as reconfigurações econômicas, políticas e sociais que pudessem resgatar a primazia econômica norte-americana e suas prioridades (Arrighi, 2008).

Em um período em meio à crise do modelo desenvolvimentista e à reconfiguração da ordem internacional, o neoliberalismo passou a ser ativamente promovido como parte de estratégia de reafirmação da então premente hegemonia estadunidense. A operacionalização do Consenso de Washington (1989) na América Latina e, portanto, no Brasil, por exemplo, representou uma sistematização de ordens econômicas, políticas e - por quê não sociais -, que visavam a transgressão do Estado como vetor da maximização de lucros, consubstanciada na

supressão dos gastos públicos, privatização, abertura comercial, redução de políticas sociais e flexibilização trabalhista (Trovo e Cardoso, 2023).

A imposição do que Harvey (2017) nomeou “consenso liberal” abrangia, na década de 1970, a ideia “de que o Estado deveria eximir-se da obrigação de provisão pública em áreas tão diversas como habitação, saúde, educação, transporte e abastecimento (água, energia e até mesmo infraestrutura). O objetivo era abrir essas áreas à acumulação de capital privado e à primazia do valor de troca” (Harvey, 2017, p. 33).

Com o fim da guerra mundial e depressão econômica, os Estados Unidos foram responsáveis por relançar a globalização capitalista, notadamente pelo apoio à exportação de capital e expansão das corporações multinacionais, viabilizando condições políticas e jurídicas para a extensão e reprodução do capitalismo internacionalmente. As redes imperiais e as ligações institucionais mais importantes passaram a englobar outros grandes estados capitalistas e os Estados Unidos, ao criar um sistema de coordenação por ele supervisionado. Um dos aspectos cruciais para a ascensão dos EUA como potência econômica tem relação com seu apoio ao renascimento de potenciais concorrentes econômicos mediante empréstimos a juros baixos, subvenções diretas, assistência tecnológica e relações comerciais favoráveis para que, em troca, vendessem seus produtos aos EUA. Esse padrão de integração econômica se estendeu aos principais países capitalistas e é reproduzido ainda hoje, o que contribuiu para a expansão das multinacionais norte-americanas (Gindin e Panitch, 2012).

Gradualmente, o Estado norte-americano criou condições políticas e jurídicas para a reprodução do capitalismo a nível internacional e, especificamente em relação à expansão das multinacionais, o Estado americano baixou tarifas comerciais suas e dos outros Estados, policiou os regimes de comércio e investimento para assegurar a livre circulação e acumulação de capital em todo o globo, com destaque para a interferência de diferentes instituições estadunidenses (Tesouro, Federal Reserve e poder judiciário e executivo) (Gindin e Panitch, 2012).

Para Gindin e Panitch, erroneamente atribuía-se a diminuição do Estado quanto à conversão dos mercados capitalistas em escala global; para eles, a formação do capitalismo global deve ser examinada na perspectiva do Estado em papel central. Isso porque, os Estados nacionais, sobretudo o estadunidense, se revelam indispensáveis para a construção do capitalismo global, na medida em que promovem a “manutenção dos direitos de propriedade, na supervisão dos contratos, na estabilização das moedas, na reprodução das relações de classe e na contenção das crises” (2012, p. 1), justamente ao considerar que a globalização não é

meramente resultado inevitável das tendências estruturais do capitalismo a partir de sua expansão; ao contrário, trata-se de um projeto de agentes humanos e suas instituições.

Ao abordarem a *autonomia relativa* dos Estados capitalistas, tem-se que estes desenvolveram meios de promover a acumulação de capital, antecipar problemas futuros, contê-los aos seus surgimentos e agir em nome do sistema como um todo. No entanto, essa atuação é limitada, pois os Estados se tornam cada vez mais reféns da acumulação de capital com o propósito de garantir receitas fiscais e legitimidade popular. Conforme argumentam Panitch e Gindin (2012), o imperialismo assume uma forma predominantemente informal, na qual os Estados centrais - em especial os Estados Unidos - exercem sua hegemonia não apenas por coerção militar direta, mas por meio da construção e manutenção de uma ordem global que favorece a reprodução ampliada do capital.

As contribuições de Panitch e Gindin são fundamentais para compreender o processo de construção do capitalismo global e sua interdependência com o Estado norte-americano. No entanto, ao passo que autores como Arrighi acreditam que a reformulação do epicentro da economia global em curso revela forte indicativo da crise hegemônica estadunidense, autores como Panitch e Gindin sobrepõem à ascensão chinesa as estruturas capitalistas fincadas pelos EUA: FMI, Federal Reserve, dolarização da economia etc. que, na perspectiva destes últimos, o permitem reestruturar o capitalismo global ao seu modo. A consequência disso, afirmam Panitch e Gindin (2012), é que países como China e Rússia, a despeito do crescimento nas últimas décadas, não constituem ameaça ao imperialismo norte-americano, fortalecido, nessa perspectiva, inclusive diante das crises periódicas do sistema, como a de 2008.

Contrariamente ao que propõem estes dois últimos autores, essa dissertação sugere, no entanto, que não é preciso alcançar a linha de chegada para reconhecer uma importante transformação em andamento: o dólar não precisa deixar de ser a moeda de troca principal no sistema internacional, mas as negociações alternativas da China com outros países baseadas em outras moedas ameaçam a dolarização da economia (Voigtel; Rosendo; Ney, 2025); mesmo que o BRICS não seja o maior ou mais importante bloco econômico, fragiliza a autoridade do Estados Unidos à medida em que as negociações entre os integrantes se dão de maneira descentralizada; a China não precisa ocupar o primeiro lugar entre as maiores economias do mundo para ter sua potencialidade econômica reconhecida, como seu histórico recente denota; a Nova Rota da Seda, apesar de recente, afasta a influência dos EUA e cria novas alianças geopolíticas de desenvolvimento econômico lideradas pela China.

Todos esses cenários contribuem para o que hoje se considera a transição hegemônica ou crise da hegemonia (Harvey, 2005; Arrighi, 2008; Wimer, 2024). Por outro lado, esse estudo

compreende que, de fato, a dimensão do Estado norte-americano mantém estruturas que permanecem vinculadas ao seu domínio, vez que, para além da materialização do poder (dolarização da economia, do FMI, poder bélico etc.), a hegemonia igualmente importa em termos ideológicos, discussão que aqui se pretende fazer entre os países centrais e dependentes.

Recuperando o papel do Estado nas relações de dependência entre países do sistema internacional, percebe-se a inserção internacional dos países latino-americanos, na visão de Marini, “como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, por meio da qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução expandida da dependência” (2000, p. 109).

Ainda na perspectiva de Marini, a compreensão da condição periférica de determinada economia impescinde de uma análise de relação dialética, isto é, do elo entre o subdesenvolvimento da periferia e das economias cêntricas, arraigada na subordinação econômica de países periféricos em relação aos países centrais, eis que "a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial" (Marini, 1977, p. 3).

O paradigma entre o capitalismo central e periférico subsidia a explicação do imperialismo concebida por Marcos Vinícius Pansardi, que inclui as diferenças de classe e relações hierárquicas como força motriz do modo de produção capitalista (2014):

teoria do imperialismo não aborda apenas as relações de exploração dos países periféricos pelos países centrais, mas também os conflitos e as relações hierárquicas que se estabelecem entre as potências capitalistas. Junto à construção de um mercado mundial capitalista, que funciona por cima dos limites das fronteiras nacionais, existe um sistema mundial de Estados nacionais, organizado sobre uma estrutura de classes e de luta de classes que constitui o seu piso fundamental. É nesses dois “níveis” que se estabelece a estrutura orgânica do sistema capitalista (Pansardi, 2014, p. 88)

Para Jaime Osório, importante sociólogo que aborda a TMD na atualidade, tanto o capitalismo dependente como o capitalismo desenvolvido não se estabelecem naturalmente; ao contrário, “são o resultado de processos históricos que ocorrem no âmbito do sistema mundial capitalista, os quais não só permitem mas favorecem que capitalismo com níveis muito distintos de composições orgânicas e de produtividades se necessitem e se reproduzam em suas diferenças” (Osório, 2016, p. 498).

Em que pese os debates acerca da TMD remontam aos anos de 1965 e 1979, a partir dos subsídios teóricos fornecidos por Vânia Bamberira, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, sobretudo a considerar a relevância da contribuição de Jaime Osorio na atualidade, não se pode presumir pela superação ou obsolescência da teoria, mas de sua adaptação à realidade contemporânea.

Com a globalização financeira, as novas potências emergentes, mudanças tecnológicas e transição hegemônica, a compreensão das relações desiguais no capitalismo global exige uma integração de novas abordagens para complementar essas teorias, sem necessariamente substituí-las ou superá-las, mas reinterpretá-las.

A Teoria Marxista da Dependência e a teoria do Novo Imperialismo de David Harvey (2004) convergem ao entender o imperialismo como um fenômeno econômico estrutural que organiza e condiciona o desenvolvimento das economias periféricas, ao passo que ambas destacam como os países centrais mantêm essa dependência por meio da exploração de recursos, da superexploração da força de trabalho e da imposição de políticas econômicas, que não apenas sustentam a hierarquia do sistema capitalista, mas também reforçam a subordinação das economias periféricas aos interesses das potências centrais, garantindo a reprodução de sua dominação. Especificamente para Harvey (2004), a acumulação por espoliação, como os processos de privatização, financeirização e especulação, representam o “novo imperialismo”.

A história do capitalismo é construída por diferentes momentos. O neoliberalismo, fase do imperialismo, corresponde ao modelo político, econômico e social introduzido principalmente após o colapso da União Soviética. No entanto, os aspectos condicionantes na dinâmica global capitalista não são restritos ao neoliberalismo, pois acompanham as diferentes fases do capitalismo, em consequência de serem essencialmente inerentes a ele. Características anteriormente experimentadas em fases pretéritas são herdadas no neoliberalismo, em que o sistema capitalista é remodelado a partir de determinados fenômenos. No neoliberalismo, se destacam a ampliação do setor privado (privatização), precarização do trabalho, corte de gastos públicos, supressão de direitos sociais penosamente conquistados e, em algumas regiões, o aumento do conservadorismo religioso (Lacerda, 2019; Brown, 2018; Lynch, Cassimiro, 2022; Mudde, 2022; Stefanoni, 2021).

No livro *O neoliberalismo*, David Harvey (2005) o conceitua da seguinte maneira:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidade empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (...). Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preço) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar

as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (Harvey, 2005, p. 12).

Brown afirma que os programas neoliberais cumpriam o propósito para “desregulação do capital, no combate ao trabalho organizado, na privatização de bens e serviços públicos, na redução de tributação progressiva e no encolhimento do Estado social”, e que a racionalidade política neoliberal, justamente por ser contrária à justiça social, tem sido cada vez mais efetiva “para edificar o poder corporativo, legitimar a desigualdade e desencadear um novo e desinibido ataque aos membros mais vulneráveis da sociedade” (2018, p. 29 e 54).

O neoliberalismo hayekiano (em referência a Friedrich Hayek), afirma Brown, “é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação” (2018, p. 23).

Segundo Smith (2016), a globalização neoliberal representa uma nova fase do imperialismo no capitalismo, caracterizada fundamentalmente pela exploração econômica dos trabalhadores do Sul Global pelos capitalistas do Norte, com destaque para a reconfiguração formulada pela então hegemonia estadunidense revestida de um caráter legal e de conformação de consensos, portanto, dissociada, a princípio, do poder bélico e coercitivo:

Os Estados Unidos incorporam, ainda que em uma relação não isenta de conflitos com outros centros capitalistas e de maneira basicamente precária, um monopólio da força que atravessa dos Estados singulares e é necessária para a reprodução dos capitais internacionais. Dispõem de meios de violência necessários para assegurar o padrão de desenvolvimento capitalista atual e representar o interesse das burguesias dominantes dos Estados, mesmo naqueles subordinados. Por essa dinâmica, as organizações internacionais constituíram-se em importantes pontos de apoio ao capital internacional, sendo capazes de formular políticas e de impor a vontade dos Estados dominantes pela via do direito (Osório, 2018, p. 131).

É, dessa perspectiva, a incorporação da hegemonia ao imperialismo que cimenta o sistema capitalista. Por isso mesmo, para Robert Cox, um movimento contra hegemônico demandaria a coalizão do Sul Global, ou Terceiro Mundo, como se refere, face aos países centrais e às amarras que garantem a relação antagônica entre os países do globo e que fragmentam o desenvolvimento rumo à independência (Cox, 1996).

Sendo a dinâmica capitalista global um processo de transformação não linear ou estagnado, as expressões do capitalismo brasileiro hoje não necessariamente correspondem a um capitalismo estritamente dependente, mormente em razão da ambivalência e contradições na estruturação do Brasil enquanto mediador subordinado à dominação das economias centrais, mas que, de outra ponta, simboliza um ator de relevante influência regional.

Para uma rediscussão contemporânea sobre o lugar do Brasil na atualidade, faz-se necessário traçar uma discussão em meio às modalidades de capitalismo dependente, retomando a história mais recente para tanto.

Desde a formulação principiológica da TMD, o Brasil enfrentou novos arranjos e ajustes sistêmicos na economia e política, mais especificamente a partir de 1990, com a industrialização e a expansão do capital internacional brasileiro. Fábio Marvulle Bueno e Raphael Lana Seabra atribuem esse processo, em partes, disruptivo, à expansão de multinacionais brasileiras e seus conflitos, bem como a uma “orientação de política externa baseada em concessões unilaterais e alinhamento automático à posição dos EUA” (2009, p. 17), que posteriormente, nos anos 2000, subsidiaram um quadro político favorável ao projeto imperialista estadunidense para a América Latina e desfavorável à classe trabalhadora interna.

Retomando a formulação teórica da TMD, Marini posteriormente complementa seus estudos, cunha o termo “subimperialismo” e transpõe os moldes da dependência no sistema internacional agora readaptado às novas formas de expansão do capital e ao surgimento de centros medianos de acumulação:

Já se foi o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos diante de uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Isto é certo ainda que o capital industrial se amplie e se fortaleça em áreas extrativas e agrícolas; mais ainda, quando consideramos a extensão e a diversificação em escala mundial da indústria manufatureira. O resultado tem sido um reescalamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo (Marini, 2012, p. 43).

Por consequência, a condição de país subimperialista permanece vinculada aos marcos das relações de dependência entre os capitalismo centrais e, agora, dos centros medianos de acumulação, ainda considerados periféricos, reajustada para uma nova realidade de exploração econômica capitalista reverberada em países como o Brasil:

Tanto o imperialismo como o subimperialismo ocorrem em um sistema capitalista organizado entre centros e periferias, numa relação histórica que se modifica no tempo e com base em divisões internacionais do trabalho que também se modificam no tempo (com mudanças nos valores de uso que uns e outros produzem, com novas formas de apropriação do valor e de integração dos sistemas produtivos. (Luce, 2018, p. 17.)

Mathias Seibel Luce, ao recuperar em momento posterior os ensinamentos de Marini, analisa as relações de dominação exercidas pelas potências imperiais em um sistema internacional hierarquicamente estruturado e toma o subimperialismo como a “chegada da economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro, engendrando novas

tendências que esse grau de acumulação coloca” (Luce, 2018, p 51.). Para o autor, o conceito de subimperialismo integra as relações de dependência ao formulá-lo como uma “etapa superior” do capitalismo dependente, do qual emergem contradições próprias à reconfiguração do capitalismo e que confere determinada autonomia relativa, a qual, todavia, não pode “escapar da dinâmica global imposta pelos grandes centros”. (Luce, 2018, p. 48.).

Assim como Luce, Virgínia Fontes (2010) reconhece a teoria de Marini como precursora acerca dos estudos das relações de dependência e capitalismo no sistema internacional, mas incorpora novos elementos e lança luz ao termo capital-imperialismo para refletir a expansão da concentração de capitais em escala mundial:

O conceito forjado por Marini não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais internas ao país, nem das eventuais tensões interimperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital imperialista chinesa. (...) Para dar conta do processo real em curso, é preciso incorporar as formas específicas de interpenetração de capitais no plano internacional, sob o predomínio do capital monetário contemporâneo, que conduziu a um aprofundamento da “união íntima” apontada por Lenin (1975, p. 59), em direção a uma fusão pornográfica de capitais das mais diversas procedências, cuja valorização exige e impõe as mais variadas formas de extração de sobretrabalho e de expropriação. Mais ainda, é preciso compreender as formas específicas da política capital-imperialista. Se identificar os traços que configuram as periferias segue sendo fundamental, estes não são estáveis e se alteram segundo as modalidades de dominação e subordinação em curso, sob uma nova escala de concentração de capitais e de divisão internacional do trabalho. Por essa razão, considero que estamos diante – há já quase meio século – de uma nova fase do imperialismo, que envolve múltiplas dimensões da vida social e à qual denomino capital-imperialismo. O Brasil hoje integra o grupo desigual dos países capital-imperialistas, em posição subalterna. Como o último dos primeiros, em situação tensa e instável, depende de uma corrida alucinada de concentração de capitais que, a cada passo, escancara crises sociais dramáticas (Fontes, 2010, p. 359).

O termo capital-imperialismo pode ser definido, na perspectiva de Fontes, como “expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria” (Fontes, 2010, p. 149). Resumidamente, o conceito de capital-imperialismo resulta da combinação do imperialismo conceituado por Lênin e da hegemonia e luta de classes na compreensão de Gramsci, que se reverbera em um processo de “luta pelo acesso de países retardatários (e de suas burguesias) à condição de países capital-imperialistas”, cujo caminho o Brasil estaria trilhando (Fontes, 2010, p. 14).

No cerne dos países dependentes, há uma relação subalterna própria entre eles face às desigualdades estruturais existentes. O Brasil, por exemplo, remanesce dependente do mercado externo, das tecnologias de ponta e de investimentos estrangeiros, mas, por outro norte, intervém na política e econômica de países ainda mais periféricos para defender seus próprios

interesses, em um processo no qual “algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de cederem ou transferirem valor para os centros imperialistas” (Luce, 2018, p. 46).

A despeito de não ser um “fenômeno especificamente brasileiro” e nem uma “anomalia na evolução do capitalismo dependente”, foi no Brasil que a etapa do capitalismo dependente agora denominada subimperialismo se materializou, segundo Marini (2005, p. 179. e 180):

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada por uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas se mantém também no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo na escala internacional. Colocado nesses termos, nos parece que, independentemente dos esforços da Argentina e outros países para ascender a um grau subimperialista, só o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza. (Marini, 1977, p. 31).

Por haver tal hierarquia no sistema internacional, que dá vazão a diferentes graus de dependência dos Estados, sobretudo os situados na América Latina, o Brasil incorporou diferentes estratégias que o colocaram na posição de único país essencialmente subimperialista, do ponto de vista de Luce e Marini, e que o permitem expandir seu próprio capital em detrimento de outros países periféricos na AL, sob interesses do capitalismo central, particularmente dos Estados Unidos.

Por consequência da aliança entre os capitalismo centrais e periféricos, o capitalismo dependente encontra amparo em dois polos da burguesia, o “interno, representado pelas classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder”; e o outro “externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas” (Fernandes, 1980, p. 113).

É possível citar dois elementos basilares do Estado brasileiro que foram determinantes para seu *status* subimperialista, ao contrário de outros países latino-americanos: os trustes capitalistas nacionais e a penetração da divisão sub-regional do trabalho (superexploração da força de trabalho) que atendia aos interesses da burguesia interna de maneira integralizada, e não fracionada. Sobre a superexploração no subimperialismo, Marini e Luce observam o seguinte, respectivamente:

surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que transfere – desigualmente, vale lembrar – etapas da produção industrial aos países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores;

simultaneamente, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle financeiro e tecnológico dos países avançados sobre o conjunto do sistema. (Marini, 2012, p. 40)

a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extrema a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (Marini, 2012, p. 40)

Quando uma ou mais economias dependentes ascendem a novo grau na hierarquia do capitalismo mundial é para assumirem novo caráter da dependência e para se converterem, também elas, em extratoras de mais-valia, apropriando-se de parcela do valor produzido pelas periferias – mas sem elevar o nível geral da vida da sua classe trabalhadora (Luce, 2018, p. 49).

No entanto, as leis de cooperação antagônica que regem a relação do Brasil enquanto subimperialista impõem que este jamais superará a condição de economia dependente (Luce, 2014), apesar dos avanços do país em termos de classificação no *ranking* da economia mundial e participação em importantes blocos geopolíticos e econômicos, como o Mercosul e o BRICS, contexto que denota a resistente subordinação do país à frente hegemônica, mesmo em tempos de transição, pois “substituir os EUA ou a UE pela China como principal mercado de destino das exportações em nada altera a lógica do imperialismo, que finca raízes em nossas sociedades e segue provocando o despojo dos povos no continente (...)” (Luce, 2018, p. 63).

À vista disso, a presente pesquisa compreende que a TMD formulou a base dos aportes teóricos que definiram a relação econômica e política dos países latino-americanos no início do capitalismo global relançado pelos Estados Unidos com a queda do império britânico e ao final da segunda guerra mundial, entendendo, contudo, que a condição do Brasil enquanto país capitalista estritamente periférico não mais subsiste atualmente, dado aos processos de transformação da dinâmica capitalista global nas últimas décadas, embora as definições formuladas pela TMD guardem relação direta com o processo embrionário de formação econômica do Brasil.

De todo modo, ainda que o Brasil tenha, ao menos parcialmente, superado a condição de uma economia capitalista exclusivamente dependente, a estruturação da sociedade civil brasileira (aqui, incorporando os elementos econômicos e políticos) está arraigada a uma construção pautada em aparatos impostos pelas relações de força exercidas pelos Estados Unidos enquanto potência mundial, desdobrando-se na economia e nos campos sociais, ideológicos, culturais e políticos.

1.2. Dimensões extraeconômicas: política, ideológica, cultural e religiosa

O ano era 1950 e o Brasil havia acabado de ser derrotado pela seleção uruguaia e, por consequência, perdido a disputa pela Copa do Mundo. Um sintoma assolava a sociedade brasileira: o complexo de vira-lata. Nelson Rodrigues (1993)⁵ dizia que a autoestima brasileira estava minada; a autoimagem dos brasileiros era inferiorizada voluntariamente pela própria nação a partir da valorização dos países considerados desenvolvidos.

Apesar de inicialmente concebida por uma insatisfação futebolística, Rodrigues ampliou sua crítica às demais áreas da vida em sociedade, incorporadas posteriormente para construir a ideia de modelo de civilização e superioridade daquilo provindo do exterior, sobretudo da Europa e Estados Unidos. Paralelamente ao debate acerca da problematização na atualidade a respeito do termo cunhado por Rodrigues (precisamente quanto a etimologia da palavra vira-lata), ou ainda, se tal complexo de inferioridade nos termos concebidos preliminarmente é ainda uma realidade no Brasil, fato é que subsiste uma supervalorização daquilo que é importado no país, não apenas materialmente falando, mas também subjetivamente. Filmes, cultura, ideias, o *american way of life*. Seria isso um produto do acaso? Ou consequência da objetificação de um Estado subordinado às alianças políticas e econômicas das elites globais?

Em um primeiro momento, pode parecer haver uma dissonância entre o complexo de vira-lata de Nelson Rodrigues e a Teoria Marxista da Dependência - a primeira refere-se a um fenômeno psicológico, sintomático de uma decepção no futebol brasileiro - ainda que a discussão tenha sido posteriormente ampliada -, enquanto a segunda é uma teoria acadêmica fruto dos estudos das relações de subordinação material, subjetiva e de dependência no contexto do capitalismo internacional e latino-americano. Sem uma perspectiva crítica, há um abismo entre as duas. Mas ao analisar a estrutura de formação política, econômica e social do Brasil, é possível encontrar respostas que conectem ambas as perspectivas, considerando a necessidade da elite capitalista em “minar a autoestima do próprio povo para melhor manipulá-lo, criminalizá-lo e sabotá-lo” (Souza, 2020, p. 39).

⁵ O complexo de vira-lata é um fenômeno social identificado por Nelson Rodrigues para explicar a tendência do brasileiro em se sentir inferior ao estrangeiro – especialmente Europa e Estados Unidos. A designação se originou da análise de Rodrigues sobre o futebol, após a derrota da Copa, mas se estendeu para explicar o comportamento do brasileiro na sociedade como um todo. Essa teoria converge com a ideia de valorização da cultura exterior em detrimento da identidade nacional, que passa a ser percebida como atrasada e inadequada, o que contribui para a importação de modelos culturais internacionais.

O estopim da decepção brasileira em 1950 foi a derrota no jogo de futebol, mas a subalternidade do Brasil em relação ao capitalismo global já constituía raízes anteriormente. Em que pese a formulação teórica da TMD seja datada de 1960-70, o objeto de análise foi justamente a fase de industrialização e construção do capitalismo global em meados de 1930 a 1950, período embrionário da condição objetiva de subordinação econômica que deu azo a uma espécie de internalização de inferioridade também subjetiva.

Não só houve uma internalização de inferioridade subjetiva, como também repressão deliberada de determinadas produções culturais brasileiras. Conforme mencionado anteriormente, as ditaduras militares na América Latina foram parte de um projeto político dos Estados Unidos para fomentar regimes autoritários nessa localidade, visando repreender vertentes políticas que pudessem fazer oposição ao sistema capitalista. Durante esse período no Brasil (1964-1985), havia censura de produções culturais que justamente denunciavam a repressão política e que, inclusive, criticavam indiretamente a alienação e imperialismo norte-americano, como as canções de protesto de nomes como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Elis Regina, Tony Tornado e Gal Costa (Monteiro, 2014).

Dentre os órgãos de repressão criados pela ditadura militar brasileira, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) foi responsável pela censura de centenas de composições musicais. O cantor e escritor Chico Buarque teve ao menos 5 de suas músicas censuradas, entre elas, “Cálice”, com Gilberto Gil, “Jorge Maravilha”, “Apesar de Você”, “É proibido proibir” e “Samba de Orly”, com Toquinho e Vinícius de Moraes. Além destas, outras grandes composições da música popular brasileira foram repreendidas, como a música “O bêbado e a equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco e “Meu novo sapato”, de Paulinho da Viola (Câmara dos Deputados, 2023).

A *americanização* da sociedade brasileira durante e a partir do fim da Segunda Guerra Mundial foi, segundo Antonio Pedro Tota (2020), operacionalizada por uma “fábrica de ideologias”, em muito arraigada à ideia de democracia liberal provinda dos Estados Unidos e massificada pelos “heróis americanos”, calcificadas pela Política de Boa Vizinhança do Governo Roosevelt e a necessidade de domesticar o Brasil a partir da primeira metade do século XX. Tota associa a americanização da América do Sul, precisamente, aos componentes ideológicos de *progressivismo* (trabalhar, produzir, ganhar dinheiro e consumir), radicalmente

alimentado pelo *American Way Of Life*, reproduzido sobretudo pela indústria do cinema à época e principiada pelo Governo Roosevelt (Tota, 2020)⁶.

Se por um lado a produção cultural pode ser deliberadamente censurada, reprimida, excluída, escanteada, minada, por outro, pode ser intencionalmente incutida para reproduzir significâncias, reformular estratégias, reconduzir caminhos e mobilizar massas para alinhá-las a determinado propósito.

Com isso, tem-se que a formulação da sociedade brasileira pautou-se em elementos de repressão e censura, ao passo que pavimentou o caminho para a inserção da hegemonia estadunidense discutida adiante.

A hegemonia do ponto de vista gramsciano pode ser interpretada como uma convergência entre aspectos “nacionais” e “internacionais”, definidos por forças sociais e políticas específicas, alinhadas a uma mesma direção particular ideológica, econômica e política, conjuntamente ou não. Para Gramsci, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação educativa e ocorre não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas no campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais” (1971, p. 350). Nessa perspectiva, uma nação próspera e influente exerce seu poder no cenário internacional através da exportação de ideologias disseminadas em organizações sociais não vinculadas diretamente à administração pública, que remodelam as orientações no âmbito da sociedade civil.

Mudde estabelece que, embora não se identifique a extrema direita como um movimento intelectual, “existem algumas organizações cujas prioridades são o desenvolvimento e a renovação de ideias de extrema direita, bem como a formação de indivíduos e, particularmente, de ativistas de extrema direita” (Mudde, 2022, 67).

⁶ A supervalorização dos Estados Unidos foi fomentada pelo governo de Theodore Roosevelt, ao colocá-lo como lugar de superioridade intelectual e política em detrimento de outros continentes. Nessa perspectiva, os EUA era a fonte e modelo de tolerância política, econômica e religiosa para a sociedade internacional. Pautado nessa premissa, deu-se início a uma espécie de processo “civilizatório”, sob a pretensa necessidade de adequar os países latino-americanos às regras da sociedade internacional, que ocorreram, inclusive, por meio do entretenimento, rádio e mídia. Roosevelt valeu-se de uma divisão do “mundo real de 1900 em dois: uma esfera de civilização (civilização cristã e ocidental, sendo a versão anglófona a de vanguarda) contra uma esfera de barbárie e despotismo, civilização que obviamente se expandia gradualmente. O Império como dominação civilizada mostrou a necessidade histórica de estabelecer a ordem por meio da força na esfera indisciplinada e, assim, permitir que “espaços desperdiçados” fossem usados no interesse da humanidade (Stephanson, 1995, p. 106). Sobre a imperialidade, refere-se a “um direito, privilégio e sentimento de um ser imperial ou à defesa de um modo imperial de vida, no qual a invasão geopolítica do poder ocidental é legitimada ou desejada. Ela se reflete em um ethos imperial de cuidado percebido nas tentativas de levar progresso, civilização e democracia a outras sociedades com certa gratidão ou consentimento. Amparando-se na especificidade já assinalada por marxistas do poder imperial estadunidense, o autor destaca a abertura, o livre-mercado, as intervenções militares, a penetração de capital e a criação de bases militares, como algumas políticas imperiais que se diferem das formas coloniais tradicionais. Isso leva Slater a sugerir que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina são melhores captadas pela noção de imperialidade do poder do que pela de colonialidade do poder” (Ballestrin, 2017, p. 522).

Segundo Mudde, o mais importante movimento intelectual da extrema direita, o *nouvelle droite* (Nova Direita), é constituído por indivíduos que incorporam os estudos de Gramsci ao compreenderem a hegemonia cultural como percurso à vitória política, que, nessa visão, clama por uma significativa mudança do discurso político e, obviamente, vinculado à direita (Mudde, 2022).

É verdade que a direita isoladamente não é uma ideologia, e que dentro desse espectro há diferentes vertentes que podem, inclusive, ser conflitantes. Mas é igualmente verdade que, dentro da direita, há grupos ideológicos. A ideologia nesse contexto deve estar dissociada diametralmente de uma projeção abstrata ou esclarecedora. Do ponto de vista epistemológico, a ideologia está vinculada à realidade material a partir da qual é produzida, isto é, a ideologia rompe com qualquer concepção de neutralidade e é pensada, exprimida e articulada por uma estrutura de dominação e subjetivação socialmente produzida, refletida nas práticas e instituições. Há um componente mobilizador substancial sobre o qual a ideologia se opera socialmente. Sobre o tema, Marilena Chauí discorreu:

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (Chauí, 1980, p. 8 e 9).

Aprimorando a tese da ideologia conformada por um viés negativista de Marx e Engels (no sentido de que a ideologia não tem história), Louis Althusser formula sua própria teoria da ideologia sobre duas teses, uma negativa e outra positiva: “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” e “a ideologia tem uma existência material”, concluindo que “só existe prática através e sob uma ideologia” e que “só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos” (Althusser, 1980, p. 77, 83 e 91).

Louis Althusser contribui para a discussão sobre hegemonia ao introduzir a religião na centralidade dos debates sobre subjetivação e a interpelação dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) como articuladores de reprodução das relações de produção capitalistas. Entre eles, Althusser destaca os seguintes:

- O AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas), - o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), - o AIE familiar, - o AIE jurídico, - o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), - o AIE sindical, - o AIE da informação (imprensa, rádio- televisão, etc.), - o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.). (Althusser, 1980, p. 44).

Não se deve olvidar que a igreja já representava um Aparelho Ideológico de Estado no período pré-capitalista, conforme ensina Althusser, entretanto, o que interessa para este estudo é compreender como as instituições religiosas de origem cristã, posteriormente à transformação da sociedade para o modelo capitalista, implementaram elementos ideológicos para amparar e legitimar a dinâmica capitalista sob fundamentos bíblicos e papéis de gênero revigorados.

Ao ampliar os estudos de Gramsci, Robert Cox (1983) analisa o desempenho do Estado e o compromisso para alinhar-se aos demais. Para tanto, Cox estabelece três dimensões das forças (ideias, capacidades materiais e instituições) - aqui, portanto, novamente retoma-se o Estado, neste contexto, capitalista, em papel central (Panitch e Gindin, 2012), na perspectiva das relações de força exercidas entre os Estados mais fortes e mais fracos (a depender do nível de dependência), a despeito das divergências das teorias de Panitch, Gindin e Cox.

Cox considera que o poder de cada Estado está atrelado à relação hierárquica estabelecida entre os Estados no sistema internacional e ao propósito a que se vinculam:

Hegemonia no nível internacional não é, apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem dentro de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra em todos os países e vincula-se a outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais que conecta as classes sociais de diferentes países. A hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser apenas uma dessas coisas, mas todas as três. A hegemonia mundial é, ainda mais, expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e essas forças da sociedade civil que agem através das fronteiras nacionais, regras que sustentam o modo de produção dominante (Cox, 1983, p. 137).

Arrighi também veicula o poder do Estado e as relações de subordinação para compreender o conceito de hegemonia, que, na sua visão, é reorganizado a cada deslocamento do centro da economia política global:

[...] refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído em um dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema (Arrighi, 2013, p. 27)

A hegemonia estadunidense não opera apenas pela coerção econômica e militar, mas se sustenta também pela construção de um modelo civilizatório e regulatório apresentado como universal, ao qual os países periféricos seriam convocados a aderir. Esse processo, que Gramsci nomeia como articulação entre direção e dominação supõe uma aliança orgânica entre frações da classe dominante econômica, do aparato estatal e dos meios de comunicação, capaz de produzir um consenso ativo em torno do modelo proposto. Como observa Luce a partir de

Marini, é precisamente nessa articulação entre dependência estrutural e adesão ideológica das elites locais que se conforma a posição subimperialista do Brasil, que reproduz, no plano simbólico e regulatório, a hierarquia que o subordina.

Recapitulando a ideia de que o capitalismo é um projeto do agente estatal e suas instituições (Panitch e Gindin, 2012), em um mundo regido por um sistema capitalista, o poder hegemônico deve estar necessariamente vinculado ao poder estatal, pois, de outra forma, não seria possível permear a estrutura política e econômica da sociedade de modo a atender os anseios do capital, pois “um capitalismo sem Estado é impensável”, “mas a forma como o Estado intervém depende de controles de classe e influência sobre o aparelho estatal” (Harvey, 2017, p. 75).

São, portanto, os aparatos estatais, bem como as organizações sociais – dentre as quais destacam-se as *think tanks*, ONG’s, redes sociais, igrejas -, alinhados sob a égide do capitalismo, que estabelecerão o consenso e a conformação de sujeitos passivos e subservientes ao modo de produção capitalista, a ponto de a classe subalterna convalidar os interesses da burguesia como seus próprios.

Sem desconsiderar a militarização como termômetro de força no sistema internacional, a classe dominante deve construir, no entanto, as referências de um modelo civilizatório ao cativar as demais classes sociais, precedido por uma cultura organizacional vinculada às instituições do capitalismo, regimentada por igrejas, sistema educacional, imprensa, cultura e mídia, por exemplo. Com efeito, Michelle Alves Lima pondera que

é patente a necessidade cada vez maior de produzir consenso para que as classes dominantes possam construir imaginários econômicos que justifiquem as crises, desigualdades e garantir a exploração pacífica das classes trabalhadoras mundiais, além de massificar “pautas e agendas econômicas, políticas e sociais em sintonia com os interesses do grande capital transnacional, no entanto, sob um verniz de “neutralidade” e “cientificidade” (Fernandes, 2022, p. 37)” (Lima, 2024, p. 26).

Ou seja, é fundamental para o capitalismo desvirtuar e mascarar as raízes dos problemas criados por ele próprio (entre eles, desigualdade social, mercantilização da saúde, sucateamento da educação, precarização do trabalho, destruição ambiental, insegurança alimentar, crises habitacionais etc.), dos quais o sistema provoca e se apropria para sua expansão indefinida. Inobstante, de outra ponta, precisa estabelecer concessões ao grupo subordinado para consolidar a legitimidade da classe dominante em um processo de conformação de sujeitos. Essa realidade material pode ser compreendida à luz da teoria das forças sociais pautadas nas relações de produção, que, segundo Robert Cox, são indispensáveis para estudar a economia

política global de maneira não abstrata e interpretar os movimentos sociais que emergem dessa dinâmica (Cox, 1996).

Se, portanto, as forças sociais (Cox, 1996) representam as relações originadas no modo de produção capitalista, a extrema direita, por exemplo, representa uma expressão política de determinadas forças sociais remodeladas nesta quarta onda, que, conforme será explorado nos próximos capítulos, promove uma ideologia fortalecedora da aliança entre elites econômicas globais, dentre elas, Brasil e Estados Unidos.

O projeto político deve ser amparado por uma estrutura de comando político cercada por aparatos que reprimam interesses antagônicos e inconciliáveis ao capitalismo e que, na melhor das hipóteses, conservem o pensamento acrítico, a despeito dos esforços acadêmicos:

Contudo, uma vez que sabem ler, existe o perigo de que os trabalhadores leiam, sonhem e até ajam de acordo com ideias recolhidas de uma imensa variedade de fontes. Por essa razão, é essencial que haja controle ideológico sobre o fluxo de conhecimento e informação, além do ensino de ideias corretas que apoiem o capital e seus requisitos de reprodução. Mas é difícil, e talvez impossível, que o indivíduo educado e plenamente desenvolvido não questione a natureza da totalidade de uma sociedade humana da qual sua própria atividade laboral é apenas uma parte minúscula, ou o que significa ser humano num mundo tão fragmentado que torna difícil extrair um sentido direto do significado da vida (Harvey, 2017, p. 123)

Com as transformações da sociedade internacional, o imperialismo formal, amparado principalmente pelo domínio bélico, capacidade militar e ocupação de territórios, fragilizou-se para dar lugar ao imperialismo informal, que sustentou as relações capitalistas do globo ao longo dos séculos XX e XXI. Nessa etapa do capitalismo global, os Estados particulares assumem a responsabilidade pelas condições políticas e jurídicas que viabilizam a reprodução do capitalismo mundialmente, subjugados pelo Estado norte-americano (Panitch e Gindin, 2012) e, portanto, à expansão do capital estadunidense, que passa a exercer uma dominação simbólica. Essa compreensão se complementa pelas palavras de Jessé Souza, ao conduzir as noções práticas do imperialismo informal e as expressões simbólicas que o validam:

O imperialismo americano, inclusive, só pode ser “informal”, ou seja, abdicar, na maioria dos casos, dos custos de uma intervenção militar direta, se conseguir produzir uma visão de mundo também compartilhada pelas elites dos Estados satélites que ele coloniza. Esse domínio simbólico tem que abranger desde a hierarquia mais alta das produções do espírito, como as artes e a ciência, até o senso comum dominado pela indústria cultural. A “ciência americana” tem que ser, nesse sentido, um falso “novo paradigma” nas ciências sociais (...)
Se ela é bem-sucedida, ou seja, se é uma violência simbólica bem perpetrada, a dominação imperialista pode abdicar da força física e militar como meio mais importante de produzir conformidade e obediência (Souza, 2020, p. 46 e 55).

Ao contrário do poder representado pela ideia de imperialismo formal, muitas vezes representados pelo poder bélico, Frantinesco Ballerini discorre sobre o conceito de *soft power*

aplicado pelos Estados Unidos em face dos países latino-americanos, segundo o qual a influência passa a ser exercida por meio da exportação de valores, práticas políticas e econômicas e meios de comunicação que resultarão na conformação dos sujeitos:

Poder suave é a capacidade de conseguir um resultado desejado porque os outros querem o que você quer. Trata-se de atingir objetivos por meio da atração e não da coerção. Por meio do poder suave, é possível convencer os outros a seguir regras ou concordar com elas, produzindo um comportamento desejado [...]. Ele se estabelece por meio das ideias e da cultura, sobretudo se o estado ou a organização consegue fazer seu poder parecer legítimo aos olhos dos outros [...]. Se isso é bem-feito, o estado ou a organização não precisa utilizar os custosos recursos tradicionais de poder duro (econômico ou militar) [...] A sutil, mas bem-sucedida propagação da cultura popular americana (produtos, tecnologia, comida, música, moda, filmes etc.) aumentou consideravelmente o conhecimento global sobre o país e também a receptividade dos ideais e valores americanos. A influência do poder suave americano não foi intencional, mas um subproduto inadvertido de seu sucesso cultural e econômico. É importante notar que o poder suave precisa ser crível para ser eficiente (Ballerini, 2017, p. 17).

Jessé Souza, por outro lado, entende que essa dominação americana moderna está longe de ser “suave”, pois ela “domina o oprimido pelo espírito, escravizando sua capacidade de julgamento e, conseqüentemente, de ação. Ela o convence de sua própria inferioridade e faz dele um escravo que se imagina livre” (2020, p. 50). Sobre as expressões simbólicas concebidas pela dominação norte-americana moderna na indústria cultural, Souza discorre:

Os filmes icônicos, os livros mais vendidos, as séries vistas por todos, os heróis da infância e da juventude são aqueles que defendem esses mesmos valores e tradições, ganhando também o inconsciente coletivo global na indústria do entretenimento, na moda e na cultura de massas. A partir de então, essas ideias deixam de ser apenas ideias e passam a ser também emoções automáticas e pré-reflexivas, frente às quais nenhuma defesa racional é mais possível (Souza, 2020, p. 33).

Em razão de terem se originado no Ocidente, a superioridade da indústria cultural equivocadamente permanece vinculada aos países europeus e norte-americanos:

Não é por acaso que o sistema da indústria cultural surgiu nos países industriais mais liberais, nos quais triunfaram todos os seus meios característicos: o cinema, o rádio, o jazz e as revistas. É verdade que o seu desenvolvimento progressivo fluía necessariamente das leis gerais do capital (Adorno, 2024, p. 22).

O espelhamento da produção cultural no seio da sociedade gera a expectativa de se reproduzir aquilo veiculado nas telas, não se esquecendo que a “pretensão da arte é, de fato, sempre ideologia” (Adorno, 2024, p. 20):

O mundo inteiro é forçado a passar pelo crivo da indústria cultural. A velha experiência do espectador cinematográfico, para quem a rua lá de fora parece a continuação do espetáculo que acabou de ver – pois esse quer precisamente reproduzir de modo exato o mundo percebido cotidianamente – tornou-se o critério da produção. Quanto mais densa e integral a duplicação dos objetos empíricos por parte de suas técnicas, tanto mais fácil fazer crer que o mundo de fora é o simples prolongamento daquele que se acaba de ver no cinema (Adorno, 2024, p. 15).

Segundo Carlos Eduardo Martins (2011), a TMD foi intencionalmente sufocada no Brasil por três principais motivos. O primeiro, em razão do golpe de 1964, que levou o principal fundador, Ruy Mauro Marini, a ser exilado do país; o segundo, pela derrota dos movimentos revolucionários na América Latina em 1970; e o terceiro, pela difusão da Fundação Ford em solo brasileiro, que se revelou uma “estratégia burguesa de redemocratização” que “articulou um novo consenso ideológico e encontrou campo de atuação específico nas ciências sociais”.

Com ênfase no terceiro tópico, Martins (2011) correlaciona o papel de Fernando Henrique Cardoso e a Fundação Ford⁷ na condensação do pensamento homogêneo brasileiro, inclusive e sobretudo no seio acadêmico, de cunho liberal e subordinado à hegemonia estadunidense:

Substituiu-se o enfoque transdisciplinar que havia caracterizado o pensamento latino-americano dos anos 1950, 1960 e 1970 pelo analítico, que fragmentou as ciências sociais em disciplinas autônomas e desautorizou intervenções globais nas sociedades, limitando-se a gerenciar e acomodar dimensões sistêmicas específicas. Economia, política, história, sociologia, antropologia e relações internacionais tornaram-se “proprietárias” de dimensões determinadas da realidade, rechaçando a socialização de seus objetos de conhecimento. Fernando Henrique Cardoso foi pioneiro na articulação do papel que a Fundação Ford exerceu no Brasil e na América Latina. O resultado foi a formação de uma comunidade acadêmica liberal, comprometida com a dominação burguesa e subordinada à hegemonia estadunidense, mas que rechaçava a ditadura e, em menor grau, o imperialismo enquanto formas políticas de exercício do poder. Essa comunidade consolidou posições na universidade brasileira e nos meios de comunicação de massa e se opôs à reintegração do enfoque latino-americano à cultura política brasileira (Martins, 2011, p. 127).

O compromisso norte-americano na exportação de ideologias traduz, em partes, o conceito de um novo tipo de imperialismo concebido por Rodrigo de Sá Netto (2024), apoiado no pensamento da historiadora Virgínia Fontes, em que se assume a vertente religiosa, bem como a partidarização da fé, como poderosa ferramenta de conversão política no capitalismo nessa fase de novos arranjos políticos e econômicos:

A reflexão quase secular parece resistir ao levarmos em conta a vertiginosa marcha de organizações cristãs estadunidenses para a América Latina, onde a multidão de adeptos é crescente, sobretudo entre a população mais pobre. Fenômeno ligado, conforme veremos, à execução de uma guerra psicológica e de propaganda, pensada por intelectuais e agentes governamentais norte-americanos, que, no contexto da

⁷ A Fundação Ford é uma organização privada, sediada nos Estados Unidos, que visa promover uma agenda cultural e política ao propagar o “bem-estar social” e “valores democráticos” mundo afora. Por volta de 1960, a FF iniciou suas doações de recursos às universidades públicas e instituições do governo brasileiro (Fundação Ford, 2002), o que provocou um financiamento das Ciências Sociais a partir da reconstrução de um campo de estudo enviesado e subalterno aos interesses hegemônicos estadunidenses. Tratou-se de uma estratégia de cooptação da esquerda e intelectuais para rechaçar potenciais investidas socialistas, sob a pretensa necessidade de alinhar-se aos princípios democráticos norte-americanos no contexto da Guerra Fria. Entre os principais focos de intervenção norte-americana estava a América Latina, que representava “um foco especial de pobreza e resistência ao estilo de vida norte-americano” (Chaves, 2016).

Guerra Fria, procurou incluir a religião em um rol de empreendimentos ideológicos para disputar com os soviéticos a simpatia global (Netto, p. 31, 2022).

Os projetos liderados pelos Estados Unidos para consolidação de sua hegemonia mundial, conforme aponta Michelle Alves Lima, “possuem ligação com os princípios que fundamentaram a criação da nação estadunidense, em que a religião, a democracia e o comércio estão na raiz de sua vocação messiânica, de resgatar um mundo degradado” (2024, p. 44).

No livro *The Making of Global Capitalism*, Panitch e Gindin mostram que a difusão dos mercados, valores e relações sociais capitalistas globalmente está “longe de ser um resultado inevitável de tendências econômicas inerentemente expansionistas”, pois “tem dependido da agência dos Estados – e de um Estado em particular: a América”, que “desenvolveu o interesse e a capacidade de supervisionar a construção do capitalismo global” (prefácio, 2012).

Devido a condição de maior potência econômica atual (2026) dos Estados Unidos, para além da questão histórica, há uma supervalorização da produção de conhecimento norte-americano em detrimento das demais nacionalidades, o que acaba por impactar em como se pensa, age e teoriza nas demais localidades do globo (Lohaus; Vogelaar, 2020).

Ao discorrer sobre o poder imperial dos Estados Unidos, Harvey diz que “a hegemonia do país no sistema mundial é amplamente sustentada pelo controle que exerce sobre a moeda mundial” (2017, p. 53). Logo, ao considerar a hegemonia financeira estadunidense no sistema internacional, torna-se impossível desatrear o papel dos Estados Unidos também sobre os demais mecanismos adotados para exercer o controle no sistema internacional, nos campos ideológicos, culturais e religiosos.

Como se vê, especificamente na relação Brasil-Estados Unidos, há uma tendência de perpetuação das diretrizes políticas, econômicas, sociais e culturais estabelecidas a partir da hegemonia estadunidense. A condição de economia dependente do Brasil tolhe a sua autonomia internacional e doméstica e o coloca em posição de subserviência aos interesses da elite capitalista internacional, em um intercâmbio de influências e aliança entre a elite dominante de ambos os países, na medida em que “capitais e Estados de economias desenvolvidas exploram os trabalhadores das economias dependentes com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas” (Osório, 2016, p. 509), retomando a ideia do Estado em papel central (Panitch e Gindin, 2012).

O “pensamento único” – expressão concebida por Ignacio Ramonet (1999) – traduz a concomitante imposição material do neoliberalismo enquanto se produz o discurso em que o propaga como consequência inevitável e cobiçada. A narrativa é explorada por instituições como o Banco Mundial, Comissão Europeia e FMI, em que posteriormente se formará o consenso das massas e refletirá nas demais formas de interação humana, como nas agendas de mídia e entretenimento.

Rodrigo de Sá Netto (2024, p. 43) relaciona “a partidarização religiosa com a consolidação de um novo tipo de imperialismo, calcado na pressão dos interesses urgentes e mundiais do capital, demandando um reforço nas ações voltadas para o consenso social”, refletidas em ações de organizações diversas, inclusive religiosas, que operam nas diferentes camadas sociais.

Considerando o Brasil como produto da especulação capitalista de países centrais, sobretudo dos Estados Unidos, os poderes *extraeconômicos*, ou seja, aqueles que não se relacionam estritamente à exploração econômica, são igualmente substanciais para a manutenção da dominação imperialista e perpetuação da dependência (mesmo que parcial), os quais emergem de projetos políticos e diplomáticos de cunho militar, cultural e ideológico.

CAPÍTULO 2: A quarta onda da extrema direita e a crise capitalista

Desde a transformação do regime político-econômico do feudalismo, o capitalismo permanece sujeito às crises cíclicas provocadas por seus regimes de expansão capitalista reconfigurados ciclicamente, que, a um só tempo, constituem brechas para a reorientação do sistema e novas modalidades de acumulação (Harvey, 2017).

O caráter global da quarta onda da extrema direita é justificado, na perspectiva de Mudde, pois:

(...) quase todos os países – talvez todos – são terreno fértil para os ideais e organizações de direita populista radical. Comportamentos nativistas, autoritários e populistas são amplamente difundidos, de maneira que políticas de extrema direita como controle migratório, recrudescimento das leis penais e redução dos benefícios concedidos à classe política recebem o apoio tanto de maiorias simples quanto de maiorias absolutas (Mudde, 2022, p. 121)

De acordo com Mudde (2022), a quarta onda da extrema direita global está relacionada aos períodos de crise ao longo das últimas duas décadas. Segundo o que já foi previamente exposto, desde a crise hipotecária de 2008, a crise dos refugiados de 2015 e os reflexos do

período de pandemia ocasionada pela COVID-19, o capitalismo vem a suportar, periodicamente, instabilidades estruturais que, todavia, não resultam em seu colapso, mas exigem fôlego para reconfigurações das normas e ideias vigentes.

Mudde também incorpora como fator principiológico os ataques terroristas de 2001 e, embora perceba um caráter universal decorrente destes eventos, pode-se inferir que o Brasil sofreu as consequências de um ponto de vista mínimo, a princípio. Por outro lado, foi a partir da necessidade de ascensão de uma sociedade fragilizada por estes acontecimentos – no caso, a estadunidense –, que as investidas econômicas, sobretudo de concessão de crédito a baixos juros, levaram à crise de 2008 e a recessão global que indubitavelmente provocaram efeitos globalmente.

Ainda que as crises possibilitem a reorganização do sistema, também demandam um grau de inventividade por parte dos aparatos do capital, que precisam alinhar o sistema internacional, isto é, as economias centrais e dependentes, para compor uma agenda geopolítica que favoreça as estruturas de dominação do capitalismo em sua nova configuração.

Somada essa condição à relação de dependência do Brasil em um capitalismo até então dominado pelo imperialismo estadunidense, a guinada à direita nesta quarta onda global permite analisar de que modo o caráter tecnológico, educacional, artístico, político, cultural e econômico manipulado pelo EUA nos últimos anos contribui não só para a perpetuação da dependência do Estado brasileiro, mas igualmente para a ratificação do capitalismo estadunidense e a uma crise da democracia liberal brasileira.

Isso porque, como afirma Brown (2018; 2019) o sistema político que ignora deliberadamente a justiça social e que exclui sistematicamente minorias étnicas, raciais, econômicas e de gênero, não pode ser considerado democrático, já que se distancia diametralmente da igualdade política que sustenta uma democracia.

Brown também diz que, diferentemente da política, “o político identifica um teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada” (...); portanto, “ele não é autônomo em relação a outros domínios ou poderes; ao contrário, poroso, impuro e sem amarras, ele é saturado de forças e valores econômicos, sociais, culturais e religiosos” (2019, p. 68 e 69).

Na fase atual do capitalismo, o crescimento da ultradireita no século XXI estabelece conexões com fenômenos globais, em que há uma intersecção bastante significativa entre a conjuntura política e religiosa nacional e fatores internacionais, em um cenário global de expansão de atores políticos ancorados em pautas ideológicas da ultradireita e, por vezes,

conservadorismo religioso. Em determinados países, como os Estados Unidos e Brasil, a convergência de sintomas da extrema direita opera, para além do movimento econômico de fundo neoliberal, na reprodução do discurso fundamentalista religioso e conservador, apoiado na oposição ao sistema de cotas e programas sociais, repressão de gênero, patriarcalismo, negacionismo e políticas discriminatórias (Lacerda, 2019; Brown, 2019; Harvey, 2017).

Como atores principais desse quadro, o capítulo aborda uma análise comparativa entre as atuações dos políticos Jair Bolsonaro (2018-2022) e Donald Trump (2017-2021 e 2025-atual), com base na incorporação de elementos discursivos e extra discursivos de uma agenda de direita populista, reacionário e capitalista, cujos ingredientes simbólicos e imaginários são indispensáveis (Martín-Barbero, 2002).

2.1. A relação da extrema direita no eixo Brasil-Estados Unidos

Historicamente, tanto no Brasil como nos Estados Unidos os movimentos políticos totalitários resplandeceram da premissa contrária ao comunismo. Mudde (2022) estabelece uma conexão intrínseca entre a consolidação do populismo de direita nos Estados Unidos e o movimento anticomunista:

Nos Estados Unidos, o populismo de direita manifestou-se, principalmente, como parte do movimento anticomunista, cujos representantes mais infames eram a Sociedade John Birch e o senador Jose McCarthy. O movimento ganhou força durante a campanha presidencial do senador republicano Barry Goldwater, a qual terminou de forma desastrosa, mas preparou o terreno para o nascimento de uma nova e mais radical subcultura conservadora. Entretanto, o momento mais significativo para a direita radical foi a campanha presencial do governador do estado do Alabama, George Wallace, em 1968, sob a batuta do Partido Independente Americano. (Mudde, 2022, p. 30)

Já emergente de uma racionalidade política do ideário conservador, notadamente pela pauta da militarização e anticomunista, Lacerda aponta que a eleição de Ronald Reagan representou, na sociedade norte-americana de 1980, a consolidação política do neoconservadorismo⁸ pautado na direita cristã, posteriormente incorporado pelos presidentes subsequentes, com destaque para a atuação de Bush (Lacerda, 2019).

⁸ O neoconservadorismo trata de uma categoria analítica voltada à compreensão contemporânea de atores religiosos inseridos em um movimento conservador mais amplo, cujo termo se origina nos Estados Unidos a partir da segunda metade do Século XX, em reação de intelectuais conservadores contrários aos movimentos de contracultura. O termo representa o movimento conservador atual tensionado à moralidade sexual e à defesa da família heteronormativa, de modo a permitir avaliar as alianças estabelecidas entre religião, neoliberalismo e individualismo liberal pela lógica de mercado – ou seja, os arranjos firmados entre conservadores e neoliberais que identificam na família, casamento e filhos o cerne da crise (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Há quase um século, em 1932, Plínio Salgado implementou no Brasil o movimento político denominado “Integralismo” ou “Ação Integralista Brasileira”, o qual, segundo Robert Paxton, foi “a coisa mais próxima a um partido de massas fascista nativo da América Latina” (2007, p. 314).

A pauta anticomunista não é fator isolado após a Segunda Guerra Mundial, embora tenha sido neste contexto intensificada pelos Estados Unidos. Salgado, já naquela época, ou seja, na guinada autoritária de 1930 no Brasil, frequentemente evocava componentes de cunho religioso e moral em seus discursos, que versavam sobre o anticomunismo, criticavam a diferenciação entre classes concebida pelo marxismo e reproduziam a tensão do discurso maniqueísta de “nós contra eles”:

“Ora, há no discurso dos integralistas algo, já presente na carta de 2 de janeiro de 1931 de Plínio a Schmidt, que não pode ser ignorado: a tônica anticomunista. À primeira vista, esse aspecto pode ser tido como decorrência do caráter mimético da AIB em face dos fascismos europeus, ou como decorrência do espiritualismo católico do Chefe que, naquela carta, afirma que haverá dois blocos opostos: “por Deus e contra Deus”. Se o lema “Deus, Pátria e Família” alimenta o catolicismo dos militantes e explica seu moralismo na crítica da democracia liberal que destrói os valores sagrados, esse lema também sustenta a atitude anticomunista, na medida em que marxismo, socialismo, bolchevismo e comunismo, sendo “materialistas”, são ateus, internacionalistas e destruidores do núcleo familiar”. (Chauí, 2013, p. 60).

Segundo Marilena Chauí, dada a fragilidade de sua organização independente, incapaz de conduzir um projeto político autônomo e disruptivo enquanto essencialmente submetida à classe burguesa e seus interesses, a classe média reveste-se de sintomas não só conservadores, mas também reacionários:

No Brasil, trabalhos recentes têm-se ocupado em demonstrar que, tanto do ponto de vista histórico efetivo quanto do ponto de vista da posição estrutural, a classe média não pode ser portadora de um projeto político autônomo e que, pelo contrário, mesmo quando suas propostas divergem daquelas defendidas pela classe dominante, a divergência não chega a constituir sequer um antagonismo real, de sorte que, bem ou mal, as classes médias estão atreladas à classe dominante ou a reboque dela. Fundamentalmente, mostra-se que a heterogeneidade da composição, a ambiguidade ideológica, a “desposseção” econômica, o medo da proletarização e o desejo de ascensão fazem da classe média não apenas conservadora, mas visceralmente reacionária (Chauí, 2013, p. 46).

Chauí (2013) afirma que os discursos de Plínio Salgado eram dirigidos à classe média urbana, mas acredita que qualquer fosse a dominância política da classe média à época do movimento integralista (que, em que pese derrotado, deu força ao movimento conservador direitista no Brasil), o resultado (ascensão do autoritarismo) permaneceria inalterado, uma vez que a onda do autoritarismo era uma tendência a nível mundial.

Por outro lado, a história recente evidencia o papel imprescindível da classe média como manobra de condensação da política da classe dominante: tanto na crise de 2008, quanto no integralismo, foi através dela que aspectos da extrema direita ganharam força, principalmente pelo ressentimento da classe em muito devido à esperança de poder se reacender economicamente.

A crise internacional de 2008 - compreendida aqui como o ápice do desmonte neoliberal - e suas consequências econômicas, sociais e políticas, revolucionaram o cenário mundial e marcaram profundamente as formas relacionais entre atores políticos e sociedade; os efeitos produzidos impactaram de forma desigual a sociedade internacional, variando a intensidade e o período entre os países. No Brasil, o colapso social foi também precedido de outros aspectos bastante elementares e particulares, tais como escândalos políticos, a exemplo do Mensalão, envolvendo um dos partidos políticos de maior prestígio à época, o Partido dos Trabalhadores (PT) (Fontainha; Lima, 2019).

Segundo Saad Filho, “a crise econômica no neoliberalismo global está intimamente relacionada à escalada da crise da democracia e à tendência (desigual) rumo ao autoritarismo em muitos países”, sendo que “a ascensão de modos de governança abertamente autoritários deriva de uma política neoliberal de gestão de crises centrada na manipulação de ressentimentos setoriais (excludentes)” (Saad, 2023, p. 13 e 14).

Ao analisar a relação entre crise capitalista, neoliberalismo e ascensão da extrema direita, Wendy Brown (2019) considera que a segunda década do século XXI sofreu uma onda avassaladora de movimentos associados à extrema direita no cenário internacional, concluindo que seu avanço decorreu justamente do ressentimento provocado pelo neoliberalismo, cuja racionalidade política (ou antipolítica, para Brown) paradoxalmente acaba sendo difundida como solução para os problemas que são, na realidade, inerentes a este sistema:

Assim, as agendas políticas liberais, as agendas econômicas neoliberais e as agendas culturais cosmopolitas geraram uma crescente experiência de abandono, traição e finalmente raiva por parte dos novos despossuídos, das populações da classe trabalhadora e da classe média brancas do Primeiro Mundo e do Segundo. (Brown, 2019, p. 11)

À medida que esse fenômeno tomava sua forma inicial, prossegue a narrativa, plutocratas conservadores manipulavam-no brilhantemente: os despossuídos eram a cada vez lançados sob o rolo compressor da economia, enquanto se tocava para eles uma sinfonia política de valores familiares cristãos, acompanhados por hinos louvando a branquitude e o sacrifício de seus jovens em guerras intermináveis e sem sentido. (...) Misturar patriotismo com militarismo, cristandade, família, mensagens racistas cifradas e capitalismo desenfreado foi a receita de sucesso dos neoliberais conservadores até a crise financeira de 2008 devastar a renda, a aposentadoria e a casa própria da classe trabalhadora e da classe média branca que constituíam sua base. (Brown, 2019, p. 11 e 12)

Nesse sentido, Mudde associa o fenômeno da crescente extrema direita a um duplo caráter de aflição econômica somada a uma reação culturalista: o primeiro “sustenta que o voto na extrema direita é, acima de tudo, uma resposta ao *stress* econômico provocado pela globalização neoliberal” (2022, p. 114). Já o segundo busca culpabilizar terceiros por suas frustrações, como exemplo, a presença de imigrantes que, na visão daqueles tidos como “perdedores” no jogo neoliberal, são responsáveis pela degradação econômica e aumento da criminalidade:

É a transferência das preocupações socioeconômicas para o campo sociocultural que explica a maior parte do apoio recebido pela extrema direita. Instigados por discursos nativistas nos debates políticos e públicos, narrativas segundo as quais “os imigrantes estão tomando o seu emprego e os seus benefícios”, muitos eleitores de extrema direita associam a imigração aos problemas econômicos, tanto aos seus próprios problemas quanto aqueles enfrentados por suas regiões e países; em consequência, esses eleitores acreditam que limitando a imigração, ou forçando a assimilação dos imigrantes, estarão promovendo uma melhora em suas próprias condições econômicas. (Mudde, 2019, p. 115).

Assim como períodos de autoritarismo pretéritos associados às ondas anteriores da extrema mundial, como o fascismo, não há como analisar o período atual somente a partir de uma racionalidade política; por se tratar de um “sistema político que, na sua essência, não apela às forças racionais do interesse próprio, mas invoca e mobiliza forças diabólicas no homem” (Fromm, 2023 [1941], p. 16); os fatores psicológicos são, portanto, determinantes.

Fromm afirma que a “natureza do homem, as suas paixões e as suas angústias são um produto cultural”, sendo que “as paixões, os desejos e as ansiedades mudam e se desenvolvem como resultado do processo social, mas também com as energias do homem assim moldadas em formas específicas se tornaram, por sua vez, forças produtivas que moldam o processo social” (2023 [1941], p. 20).

Ao analisar o processo que denominou de fascismo eterno, Umberto Eco explica que a origem desse fenômeno deriva da frustração individual ou social. Dentre as características típicas dos fascismos históricos, Eco evidencia o “apelo às classes médias frustradas, desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos” (2020, p. 9).

Nos Estados Unidos, Brown “percebeu um padrão social específico, se tratando de uma população branca, sem ensino superior, cristã e de classe média, imbuída por descontentamento e raiva, que levou Donald Trump à presidência dos EUA em 2016”, enquanto as reivindicações

sociais ocorridas em 2013 no Brasil⁹ “reaqueceram um ressentimento de certa parte da população brasileira, retroalimentando ideias extremistas” (Araújo, Oliveira, Belfi, 2022, p. 14).

A repercussão procedente desse cenário de instabilidade econômica e social - como ressentimento, descontentamento e raiva - revelam questões de cunho psicológico e sentimental, portanto, avessos à racionalidade, que não raramente são determinantes às corridas eleitorais. O projeto político, por si, não conduz à vitória eleitoral, mas a mobilização afetiva sim.

Nesse contexto, a reação conservadora neste período de pós-fascismo representa como o ressentimento é aflorado pela *política dos sentimentos*, que tem por definição:

Uma espécie de reação à expansão de direitos que encontra revolta e ressentimentos em classes médias receosas em perder privilégios específicos. Segundo o autor, essa revolta e esse ressentimento impulsionaram esses grupos a se articularem em torno de líderes e agendas ideologicamente incoerentes, mas que prometem o retorno a um passado ideal e mais compreensível para elas (Cunha et al., 2024, p. 5).

As emoções são canalizadas pelos grupos. Dentre as expressões políticas associadas aos sentimentos humanos estão as manifestações e marchas que, para Fabian Virchow, são eventos político-emocionais que “não somente juntam grupos pequenos e até então desorganizados e os transformam em uma coletividade emocional, mas também servem para organizar, elucidar e doutrinar os seguidores da extrema direita” (2007, p. 147).

A conjuntura política e econômica torna-se ideal ao surgimento de políticos populistas, capazes de transformar as demandas sociais não atendidas das classes ressentidas em promessas políticas, em um contexto político bastante acentuado e polarizado que impulsionou a direita populista radical.

O conceito de populismo, por sua vez, é polissêmico. No contexto analisado, Lynch e Cassimiro descrevem precisamente a significância do populismo, que subsidia o atributo *popular* à direita radical no escopo dessa pesquisa:

Por “populismo” designaremos um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade. Sua legitimidade reside na crença de que a competição eleitoral não visa a criar um consenso, mas revelar a maioria autêntica através de seu intérprete virtuoso, o líder carismático. Esse modelo populista de representação recorre a discursos baseados preferencialmente na

⁹ Em 2013, o primeiro governo de Dilma Rousseff (2011–2014) foi marcado por uma onda de protestos e movimentos sociais que pediam o fim da era petista na presidência. Unidos pelo mantra “O gigante acordou”, diversos cidadãos foram às ruas protestar contra as decisões do governo. O estopim, contudo, foi o aumento da tarifa da passagem de ônibus em R\$ 0,20 (G1, 2018). Para Lacerda, esse evento traduz o início da reação conservadora brasileira: desde meados de 2013 a racionalidade política brasileira foi comentada pelo neoconservadorismo, ou nova direita, que reúne elementos da “família tradicional, do anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto com várias nuances” (Lacerda, 2019, p. 18).

linguagem dos afetos ou nas paixões, apelando a um “povo” concebido como um singular coletivo, não fictício e formado por indivíduos diferentes, mas como uma entidade homogênea dotada de vontade própria. O povo é considerado um agregado social homogêneo e exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. Os populistas se apresentam como intérpretes privilegiados dessa vontade, boa e infalível do povo, que viria, entretanto, sendo negligenciada ou impedida na democracia liberal por uma minoria ou elite, que à sua revelia ou contra a sua vontade, monopolizaria os recursos políticos, sociais e econômicos de poder (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 13).

Dentre as características do populismo, Lynch e Cassimiro elencam três principais: “o apelo “ao povo” contra “a elite”, “o politicamente incorreto” e a percepção de que existiria no mundo uma crise, um risco de ruptura ou uma ameaça iminente” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 13). Os autores afirmam que o populismo pode ser apropriado tanto pela direita como pela esquerda, distinguindo-se, em síntese, pela definição do “povo” e de seu antagonista.

A estruturação do populismo de direita reside na preservação da ordem, da autoridade e dos valores morais tradicionais. O “povo” representa as famílias, empresários e cidadãos “de bem”, supostamente ameaçados por uma minoria subversiva, como elites políticas, intelectuais, minorias identitárias, que atentariam contra a propriedade privada, os costumes e a estabilidade social. O populismo de esquerda, segundo afirmam, orienta-se pelas ideais de redução das desigualdades sociais e econômicas, fortalecimento da justiça social e redistributiva e garantia de direitos às minorias. O “povo” representa o conjunto de trabalhadores e classes exploradas, oprimidas por uma minoria (segundo os autores) de capitalistas ou elites econômicas que controlariam o Estado em benefício próprio (Lynch; Cassimiro, 2022).

Diante do desgaste da direita tradicional e também como resposta à nova esquerda, a direita populista radical, que rejeita a democracia embora teoricamente aceite as eleições, ganha escopo na medida em que se apresenta como alternativa antissistema face à crise de representação dos partidos tradicionais. A figura de um líder surge para resgatar a mobilização de sentimentos e a construção de retóricas de inimigos internos e externos, calcada na “ideia reacionária de “restauração da ordem” que “organiza o mundo entre bons nacionalistas conservadores (o “povo”) e maus cosmopolitas e progressistas (o “antipovo”), e prega uma cruzada apocalíptica para a salvação de uma “civilização judaico cristã ocidental” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 19).

Para a direita populista radical, a criação de novos partidos é secundária pois, mais eficiente do que isso, é colonizar partidos já existentes e utilizar de suas estruturas pré-concebidas (Gerbaudo, 2019; Nobre, 2022). Por isso, inclusive, que o partido acaba sendo coadjuvante, pois é na figura do líder que ocorre a centralização do poder político.

Por consequência, a estrutura descentralizada da direita populista radical permeia, inclusive, partidos tradicionais, como no caso do Partido Liberal (PL) a qual Jair Bolsonaro já foi filiado, além de se fortalecer no meio digital. A isso, Gerbaudo (2019), denomina partido digital, quando as estratégias se voltam à conquista e manutenção de poder pelo algoritmo e produção de conteúdos digitais. O partido digital possui autonomia na coordenação e mobilização política por intermédio dos meios digitais de comunicação.

No Brasil, Marcos Nobre (2025, p. 6) afirma que o bolsonarismo não é apenas um movimento, mas uma organização política que, embora não seja institucionalizada, configura um partido político em essência. O Partido Digital Bolsonarista (PDB), esclarece, se apropria de ferramentas digitais para disputar poder político e atua às margens da institucionalização; por isso, é um partido político *digital*.

Nobre explica que “o Partido Liberal se tornou o principal canal institucional do bolsonarismo, reunindo tanto políticos tradicionais quanto os principais expoentes do Partido Digital Bolsonarista (PDB)” (2025, p. 6). Além de seu próprio líder Bolsonaro, outros parlamentares e influenciadores políticos foram imprescindíveis para a mobilização digital e polarização política do partido digital em ações conjuntas nas redes sociais, como Bia Kicis (DF), Caroline de Tosi (SC), Gustavo Gayer (GO) e Nikolas Ferreira (MG).

Cesarino também define o bolsonarismo como “populismo digital”, que corresponde tanto a “um aparato midiático (digital) quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia” (2020, p. 96).

Tomado o ressentimento moral, político e econômico como consequência do desmonte neoliberal e a crise que dele se origina, o movimento neoconservador de políticos como Jair Bolsonaro e Donald Trump canaliza o projeto público da direita na guerra contra o *outro*, pois “procura preservar a ordem social em um contexto específico de ameaça”, derivadas, em tese, “das políticas de bem-estar social, que reduziam a desigualdade, e também dos movimentos LGBT e feminista, cujas pautas passam a ser recebidas pelo poder público” (Lacerda, 2019, p. 16, 26 e 27).

A virilidade, a agressividade e a dominação abrangem o arquétipo a que se associam Trump e Bolsonaro ao militarismo que os orientam politicamente como representantes de força política no seio de uma sociedade guiada pelo medo e apegada ao tradicionalismo: Trump, entusiasta das forças armadas norte-americanas e dos conflitos armados, principalmente no Oriente Médio, e Bolsonaro, que forjou sua *persona* a partir da sua trajetória militar, iniciada na Escola de Cadetes de Campinas. A semântica de guerra, apresentada em ambos, centraliza a campanha em torno das ideias de ordem, segurança, disciplina e patriotismo.

Dentro do conceito de populismo descrito por Laclau, Cesarino (2019) observa que a mobilização política independe de formas explícitas, convencionais ou faladas, podendo valer-se do imagético e dos simbolismos:

o ressentimento e raiva pelo “inimigo” gerados pelos padrões meméticos circulados digitalmente não precisavam nem ser transmitidos através de palavras. Muitas vezes – na realidade, com muita frequência – o efeito político desejado (no caso da campanha, a escolha eleitoral) era produzido por imagens, músicas, padrões estéticos de beleza e feiura, ou associações muito simples com cores e números. Aqui, como descrito por Mary Douglas (2002), simbologias de pureza e perigo eram mobilizadas para produzir fronteiras rígidas entre grupos, que passavam a ser policiadas por afetos de repugnância e repulsa mútuos. Muitos memes eram explícitos na redução discursiva que pretendiam operar: “fácil decidir”, “simples assim”, “basta olhar”. Por isso, práticas político-eleitorais tradicionais como debates públicos, consulta a especialistas e mesmo um plano de governo detalhado e consistente mostraram-se irrelevantes para o resultado eleitoral (Cesarino, 2019, p. 5).

Concomitantemente ao neoconservadorismo que busca culpabilizar minorias - e por isso mesmo -, a democracia liberal passa a ser ameaçada: grupos marginalizados são progressivamente excluídos por uma minoria quantitativa, isto é, a elite, que mobiliza e orienta as grandes massas pelo discurso. Assim, afirma Brown (2018), o sucateamento da democracia pavimentou o caminho para uma *antipolítica* neoliberal.

Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, o neoconservadorismo se consolida por meio da direita cristã, que ao sobrepor a família tradicional em relação ao Estado, coloca aquela como responsável pelas desordens sociais. O neoconservadorismo brasileiro, para Lacerda, corresponde a “reelaboração do neoconservadorismo norte-americano” que, naquele, vem se consolidando desde 2015, com a presidência de Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados e a inclusão de projetos na pauta pública que privilegiam a família tradicional (Lacerda, 2019, p. 16).

Por consequência, o conservadorismo limitado às pautas econômicas dá lugar ao neoconservadorismo, quando as pautas de justiça social passam a ameaçar o tradicionalismo moral. Contudo, o neoconservadorismo não deve ser atrelado isoladamente ao conservadorismo econômico, mas sim como um projeto político que emerge do próprio neoliberalismo articulado ao moralismo social. Assim, o neoconservadorismo frequentemente opera como complemento ideológico do neoliberalismo, ao deslocar para a família e para o indivíduo responsabilidades anteriormente atribuídas ao Estado.

Há uma correlação substancial entre a política e fatores psicológicos, de ordem sentimental, moral, cultural que moldam as expectativas de camadas médias e inferiores afetadas pela crise capitalista, esta última paradoxalmente incumbida de provocar os maltratos do cenário econômico e também fomentar a esperança por ascensão, liberdade e progresso.

Sobre esse aspecto, o surgimento das redes sociais aparece como importante aliado da direita populista radical (Mudde, 2022), pois propulsiona o discurso capitalista (Harvey, 2017), dá vazão às subculturas, organiza movimentos e fortalece a união entre aliados de um mesmo espectro político:

As transformações revolucionárias nos meios de comunicação são paralelas às transformações ocorridas nos transportes e, nos últimos tempos, ganharam ritmo inacreditável. A informação instantânea e o acesso a notícias se tornaram uma força notável, que afeta as políticas públicas e a própria política. O controle dos meios de comunicação se tornou um aspecto vital para a reprodução de poder da classe capitalista, e as novas tecnologias midiáticas (em especial, as redes sociais) são uma grande oportunidade, e também uma armadilha, para a dinâmica de classes, como vimos nitidamente nas revoltas no Cairo, em Istambul e em outras cidades ao redor do mundo (Harvey, 2017, p. 100)

Com a ampliação do acesso à internet nas últimas duas décadas, as barreiras linguísticas têm se tornado cada vez menos significativas. Ou seja, o idioma não mais é necessariamente um problema; ao contrário, a internet tem facilitado a interação entre diferentes países e culturas, por meio de vídeos, conteúdos escritos e *memes*, conforme demonstra o capítulo 3º.

Essa conectividade favorece a assimilação e a reprodução de interesses veiculados por determinadas elites, inclusive no âmbito das relações entre Brasil e Estados Unidos analisadas nesta pesquisa. Como observa Souza (2022), os Estados Unidos perceberam que poderiam resguardar melhor seus interesses econômicos ao operar em aliança com as elites locais, e não contra elas.

Com efeito, os períodos de crise favorecem a aparição de figuras populistas e demagogas (Saad Filho, 2023), em um ambiente prestigiado pelo fetichismo político durante um quadro polarizado, que surgem sendo, teoricamente, capazes de reconduzir o mundo economicamente em tempos de desordem, em que a insatisfação das classes populares se tornou algoz do que viria a se forjar um movimento da extrema direita para resgatar os sentimentos de liberdades individuais e irrestritas, livre mercado e moralismo (Brown, 2019).

Dado o interesse dos Estados Unidos na manutenção do sistema capitalista, a extrema direita desempenha um papel fundamental em tempos de crise ao reforçar as desigualdades que alimentam esse próprio sistema. Ao se opor à justiça social, aos direitos das comunidades LGBTQIA+ e aos direitos sexuais, além de defender o desmonte de políticas assistenciais e ajudas humanitárias, essa corrente política contribui para a perpetuação da lógica capitalista. Além disso, promove a manutenção de papéis de gênero tradicionais, sustenta políticas de austeridade - com cortes em gastos e funcionalismo

públicos - e reforça o discurso meritocrático, que legitima e reproduz as estruturas de segregação e dominação do capitalismo.

Assim, o neoconservadorismo nos Estados Unidos foi paulatinamente sendo implementado no Brasil. Enquanto Donald Trump surgiu como herói para o ressentimento enfrentado pela sociedade americana, aos poucos no Brasil foi ascendendo a figura de um político endossado pelo mesmo discurso conservador, ambos potencializados pelo engajamento massivo nas plataformas digitais. A seguir, são avaliadas as semelhanças discursivas e ideológicas entre Jair Bolsonaro e Donald Trump.

Jair Messias Bolsonaro importou as pautas polêmicas que já haviam conquistado o eleitorado estadunidense com escopo nas tendências ultraconservadoras e autoritárias, o descrédito às instituições públicas e democráticas, ataques às urnas, política armamentista, anticomunismo e conservadorismo religioso. Sua campanha presidencial, em 2018, foi apoiada por um dos mais relevantes jornais da extrema direita estadunidense, o Wall Street Journal (Mudde, 2022).

A respeito de Trump, apesar das discussões em sentido contrário que consideram a proximidade do presidente com a Rússia e as críticas a guerra no Iraque, Lacerda pontua que o político americano é, de fato, um neoconservador: a URSS, por exemplo, foi extinta há quase 30 anos, e Trump defendeu a intervenção militar da Venezuela bolivariana, reiterando o caráter militarista e anticomunista da pauta política estadunidense sob sua égide (Lacerda, 2019, p. 57).

As semelhanças iniciam pela própria escolha partidária dos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump. Tanto Bolsonaro (Partido Liberal) como Trump (Partido Republicano) foram eleitos presidentes por partidos de direita não radical, embora tenham conquistado seu eleitorado ancorando-se em pautas veementemente conservadoras.

Dado o caráter carismático e polêmico de Bolsonaro e Trump, estes “foram entrevistados inúmeras vezes, mesmo em momentos de suas carreiras nos quais ainda eram irrelevantes em termos eleitorais, pois os veículos de mídia sabiam que essas figuras trariam alguma espécie de espetáculo” (Mudde, 2022, p. 122). Por consequência, esse processo levou à naturalização e à simpatia das ideias de extrema direita, posteriormente convertido em números de eleitores e à vitória destes líderes espetaculares (Saad-Filho, 2023).

O discurso do ódio de Bolsonaro e Trump catalisa sentimentos de repulsa às minorias étnicas, raciais, de gênero, classe, e tudo aquilo que se propõe a constituir política social aos negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+ e outras minorias é enfrentado como ameaça pelas classes médias e baixas, ressentidas e impactadas pelos desmontes

econômicos neoliberais, situação da qual emerge o apego ao tradicionalismo e ao passado, como explica Brown sobre os danos decorrentes do neoliberalismo:

Era a imagem de um passado mítico de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, quando as vizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, a heroína era problema dos negros, o terrorismo não estava em solo pátrio e quando a cristandade e branquitude hegemônicas constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação e do Ocidente (Brown, 2019, p. 13)

Em meio às crises cíclicas do capitalismo que precederam a crise da hegemonia, o Brasil, no governo de Bolsonaro, prometia redenção aos Estados Unidos e desdenhava de eventuais parcerias econômicas com a China, que já orquestrava um projeto que desestabilizaria a centralidade da economia política mundial estadunidense:

O Governo Bolsonaro se articula a este contexto buscando exercer um subimperialismo títere e fiel aos Estados Unidos. Ele representa a ascensão de uma lumpenburguesia que, com o respaldo majoritário da burguesia interna temerosa da organização das classes trabalhadoras, impõe a recessão estrutural, altos níveis de desemprego, a aceleração da desindustrialização e a transição para nova etapa da dependência. O projeto econômico neocolonial, dirigido por Paulo Guedes, Ministro da Economia, é o de internacionalizar o sistema financeiro brasileiro, destruir os bancos públicos e dolarizar o Brasil, amarrando-o à dominação estadunidense, para que arraste junto a América do Sul, bloqueando-a da influência chinesa e russa ou da ressurgência de políticas de integração soberana (Martins, 2020, p. 32).

A ideia de hierarquia entre os países centrais, periféricos e subimperialista, como o Brasil, que transcende o campo econômico, imprime na sociedade a percepção de superioridade de determinadas nações sobre as outras, reproduzida em discursos como o de Bolsonaro, contribuindo para o acirramento ideológico, pela xenofobia e pelo racismo contra migrantes latino-americanos e africanos — venezuelanos, haitianos, bolivianos.

Na busca por culpados pela degradação da conjuntura econômica internacional (ou aflição econômica, como escreveu Mudde), Donald Trump e Jair Bolsonaro trouxeram ao debate político o discurso anti-imigratório e xenofóbico. Embora mais frequente na narrativa de Trump (vide xenofobia contra os imigrantes da AL, deportações em massa e construção do muro no México), Bolsonaro já se referiu aos imigrantes venezuelanos como a “escória do mundo” (Mudde, 2022, p.47) e Trump disse que iria esmagar “ditadura” de Nicolás Maduro, em discurso no State of the Union (Martins, 2020).

Em todo caso, para Jessé Souza, a proximidade na relação entre Brasil e Estados Unidos reside em grande parte ao “ódio à classe dos excluídos e marginalizados, quase todos negros e mestiços”, dado que em ambos os países “a vida social e política é igualmente determinada pelo racismo ‘racial’”, e conclui: “no bolsonarismo, são as ideias e as práticas da extrema direita americana abertamente racista que se tornam operantes no

Brasil” (2020, p. 14 e 15).

A superioridade dos brancos, para Trump, é uma forma de reafirmar a hegemonia dos padrões que ele impõe e representa, fundamentalmente opostos ao seu antecessor, o ex-presidente Barack Obama. Enfrentar Obama como ameaça não foi exclusivo ao governo Trump, embora o presidente tenha se apropriado do mesmo discurso racista oportunamente. No *movimento birther*, políticos republicanos, como Mike Coffman, adotaram a tática de questionar a nacionalidade de Obama como forma de desafiar sua aceitação entre o eleitorado norte-americano. Assim como Coffman, em aparição a um programa televisivo, Trump disse ao Today:

que tinha dúvidas sobre o fato de Obama ser cidadão norte-americano nascido nos Estados Unidos. “Na verdade, eu tenho gente que andou estudando isso”, afirmou Trump, “e eles não conseguem acreditar no que estão descobrindo”. Trump se tornou o birther mais importante do país, aparecendo repetidas vezes em programas de televisão, convocando o presidente a divulgar sua certidão de nascimento. E quando a certidão de nascimento de Obama foi publicada em 2011, Trump sugeriu que era falsificada. Embora Trump tenha optado por não concorrer contra Obama em 2012, seu questionamento ostensivo da nacionalidade do presidente lhe valeu a atenção da mídia e fez com que fosse admirado pela base do Tea Party. A intolerância se mostrava politicamente útil (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 155).

Para Trump e Bolsonaro, a intolerância que se revela útil é toda aquela voltada às minorias, que, segundo afirmam, ameaçam a sociedade tradicional e que levaram o homem médio a retroceder social e economicamente. Em contrapartida, a tolerância com a violência policial, discurso de ódio e discriminação sempre foram muito bem aceitas e estimuladas.

Em 2020, os Estados Unidos foram alavancados por manifestações populares após a morte de George Floyd, um homem negro de 46, assassinado por asfixia sob o joelho de um policial branco. O movimento Black Lives Matters ganhou popularidade ao redor do mundo e foi impulsionado pelas redes sociais com a hashtag #BlackLivesMatter.

O movimento BLM, que unia pautas antirracistas e contrárias à violência policial, foi criticado por Trump reiteradas vezes. Ao contrário de encará-lo como um espaço para o debate público sobre as questões raciais e a brutalidade policial, o presidente declarou que as manifestações representavam um “símbolo de ódio” e que eram “ruim para os negros e para todos” (The Washington Times, 2020; CNN Politics, 2016; CNN Brasil, 2020).

A história de Trump e os embates raciais, no entanto, é anterior. Quando ainda era empresário, aos 27 anos, foi processado pela justiça norte-americana sob a acusação de recusar-se a negociar imóveis destinados à venda e aluguel para pessoas negras (Dunlap, 2015).

Trump fez disso parte do político que ele é. Para os racistas, Trump venceu, entre

outros motivos, por o ser; para os negros, venceu porque, apesar de o ser, mobilizou afetos e ressentimentos de outras maneiras, inclusive culpabilizando outras minorias pelos problemas que regem a sociedade norte-americana, como os imigrantes pela criminalidade e diminuição da oferta de empregos aos nativos.

No Brasil, Bolsonaro foi acusado de racismo em diferentes ocasiões. No Clube Hebraica do Rio de Janeiro, quando criticou os quilombolas, disse: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais.” (Veja, 2017). Apesar da denúncia feita pela Procuradoria Geral da União, a segunda turma do Supremo Tribunal Federal arquivou a queixa.

Nem mesmo seus próprios eleitores foram poupados das falas racistas do ex-presidente. Quando encontrou com um apoiador de *black power* na saída do Palácio da Alvorada, Bolsonaro o chamou de “cabeludo” e questionou se havia piolho ou cloroquina em seu cabelo. Por fim, disse “tô vendo uma barata aqui” (Correio Braziliense, 2021).

No Brasil, a assinatura da Lei Áurea, contudo, não previu uma forma eficiente de reinserção às pessoas que até então viviam como mercadorias e não representou necessariamente a emancipação dos negros. A abolição sem a previsão de regulamentação do Estado para eficácia de direitos sociais que assegurassem a liberdade, dignidade humana e igualdade reproduziu sistematicamente a exclusão dos negros, que viviam sem “estudo, documentos, dinheiro, moradia, emprego, escola e nenhuma outra espécie de assistência social” e, portanto, forçados a viverem uma tentativa de reintegração à margem da sociedade (Monteiro, 2012, p. 360).

Em países como o Brasil e Estados Unidos, em que a sociedade se projetou em longos anos de escravidão, os resquícios deixados por essa época culminam numa realidade social desigual e degradante, cuja dívida história nunca foi devidamente reparada. No Brasil:

De acordo com reportagem do portal de notícias on-line Geledés, esse abismo social e de direitos pode ser observado atualmente mediante dados factuais, tais como: a taxa de analfabetismo entre negros é maior que o dobro da taxa entre brancos (negros: 9,9%; brancos: 4,4%); o rendimento médio dos trabalhadores negros é inferior ao dos brancos (pretos: R\$1570,00; pardos: R\$1606,00; brancos: R\$2814,00); a maioria das crianças em situação de trabalho infantil é negra (63,8% das crianças de 5 a 7 anos encontradas trabalhando, em 2016, eram negras); o desemprego entre brancos é menor (pardos: 14,5%; pretos: 13,6%; brancos: 9,5%). Ratifico, ainda, que esses são apenas alguns números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2018 utilizados como referência na reportagem do portal de notícias on-line Geledés (Tomamaselli, 2020, p. 181)

Mesmo com este cenário, o racismo perpetrado pelo discurso bolsonarista

resplandece, mais uma vez, quando Bolsonaro nega sua existência. Ainda em sua pré-candidatura, Bolsonaro afirmou que não existe racismo no Brasil (Ramos, Uol, 2018).

O reflexo disso na sociedade é a legitimação de discursos racistas que, ao não serem criminalizados, são naturalizados na sociedade, passam a integrar o ideário coletivo e a compor o projeto político, perpetuados por aparelhos ideológicos do Estado que se tornam coniventes.

A pauta antifeminista também se incorpora como elemento substancial desta quarta onda da extrema direita mundial, principalmente porque os direitos das mulheres, bem como sexuais e reprodutivos, são frequentemente interpretados como afronta à moralidade cristã, ao conservadorismo e à família tradicional, como sintetiza Silvia Federeci ao concluir que “enquanto para o homem o sexo é consumo e prazer, para as mulheres é trabalho (daí toda a questão da castidade feminina)” (2025, p. 23).

No Brasil, não coincidentemente com a cidade de sua residência e o ano da corrida eleitoral de Bolsonaro à presidência, em 2018, o Rio de Janeiro sediou o 1º Congresso Antifeminista do Brasil, organizado pela então aliada de Bolsonaro, Sara Winter; segundo reportagens, o evento teve participação majoritariamente masculina, que em grande parcela usava camisas de apoio ao Bolsonaro (Soares; Pereira; Ribeiro, 2019).

Em uma sociedade cíclica de avanços e recuos, como discorre a teoria *corsi e ricorsi*, de Giambattista Vico (Fuentes, 1990), a tônica antifeminista não foi em 2018 uma novidade, assim como não são outros elementos da quarta onda global da extrema direita.

Em sua teoria feminista, Susan Faludi concebe o termo *backlash*, traduzido pela retaliação periódica dos movimentos conservadores e reacionários ao menor sinal de conquista feminista da sociedade, endossados pela mídia, moda e cultura social contra mulheres:

Toda a vez que as mulheres parecem ter algum sucesso na sua marcha rumo a igualdade, surge uma inevitável geada atrapalhando o florescimento do feminismo. ‘O progresso dos direitos da mulher na nossa cultura, ao contrário de outros tipos de ‘progresso’, sempre foi estranhamente reversível’, observou a estudiosa e literatura americana Ann Douglas. [...] ‘Enquanto os homens prosseguem no seu desenvolvimento, construindo sobre tradições herdadas’, escreve a historiadora Dale Spender, ‘as mulheres ficam confinadas em ciclos contínuos de recomeço’. (Faludi, 2001, p.65)

O termo foi originalmente cunhado por Faludi quando a jornalista estudava a sociedade norte-americana de 1980, mas se revela atual e extensível ao contexto brasileiro.

A violência de gênero na trajetória política de Bolsonaro é extensa. Em 2014, quando ainda era deputado, disse que não estupraria a deputada federal Maria do Rosário:

“Ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”. Dessa vez, a punição veio com a condenação por danos morais e indenização de R\$ 10 mil para a deputada, retaliação que não impediu Bolsonaro de reproduzir machismo posteriormente. Na esfera penal, entretanto, o processo foi arquivado por prescrição da pretensão punitiva (Jota, 2023).

Em tom jocoso, em 2017, Bolsonaro referiu-se à sua filha mulher como resultado de uma “fraquejada”: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (Catarinas, 2022).

Como esperado, o desprezo de Bolsonaro às mulheres foi estendido ao seu governo de 2018-2022. Dos 22 ministérios, Bolsonaro nomeou 20 homens e duas mulheres, como afirmou em entrevista à revista Exame, considerando um grande feito: “Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso Governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe, cada uma dessas mulheres que estão aqui equivalem por dez homens”; “A garra dessas duas transmite energia para os demais” (Exame, 2019).

Enquanto presidente, Bolsonaro vetou projetos de lei que visavam a distribuição de absorventes para mulheres carentes e auxílio emergencial reforçado para mães chefes de família, além de cortar 90% de verba destinadas às medidas de enfrentamento à violência contra mulher (Gênero e Número, 2022; Nemer, 2022).

Quando os ataques à imprensa, que eram assíduos durante o governo Bolsonaro, dirigiam-se às jornalistas mulheres, o gênero frequentemente era usado como provação. Sobre Patrícia Campos Mello, da Folha de São Paulo, o ex-presidente disse: “Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”, e contra Vera Magalhães, do Roda Viva, que ouviu de Bolsonaro “Vera, não pude esperar outra coisa de você. Acho que você dorme pensando em mim. Você tem alguma paixão em mim. Não pode tomar partido num debate como esse. Fazer acusações mentirosas a meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro” (Camargo, 2022).

Em ambos os casos, as redes sociais das jornalistas foram inundadas de ataques bolsonaristas, que a pretexto da validação de Bolsonaro contra às jornalistas mulheres, destilavam o ódio, a misoginia, a discriminação e a violência contra as mulheres que sustentam a violência de gênero neoconservadora.

Nos Estados Unidos, mesmo depois de eleito, Donald Trump permaneceu engajado na retórica neoconservadora e reacionária contra o fantasma do gênero (Butler, 2024), se

posicionando veementemente contrário às políticas destinadas às minorias em sentido amplo:

Depois de assumir o cargo, Trump nunca parou de atirar esse eleitorado – quanto ao aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, aceitação de transgêneros, Jerusalém e à expansão do poder das igrejas na vida cívica, educacional e política. Hoje, apenas 17% dos americanos são evangélicos brancos, mas essa população constitui metade da base de Trump (Brown, 2019, p. 116).

Em 2017, Trump revogou parcialmente a Lei do Plano de Saúde Acessível (Affordable Care Act) e retirou a obrigatoriedade de empresas e organizações de fornecerem métodos contraceptivos por motivos religiosos e morais, medida que representou retrocesso à emancipação feminina no país (BBC, 2017).

Trump também revogou a política sobre abortos de emergência nos Estados Unidos, procedimento que era permitido desde 1986 em casos de ameaça à saúde da mulher, inclusive em estados que restringiam a medida, cuja orientação denota o descaso com a vida de mulheres em situação de vulnerabilidade e risco de morte (Veja, 2025).

Outro grupo minoritário notavelmente afetado pela política neoconservadora de Bolsonaro e Trump é o LGBTQIA+. Nos Estados Unidos, o presidente Trump iniciou seu mandato (2025) com a assinatura de determinação que limita o reconhecimento somente dos gêneros masculino e feminino; pouco tempo depois, assinou um decreto para impedir a participação de mulheres trans em esportes femininos e, ao tempo dessa pesquisa, ameaça o encerramento das carreiras de militares transgêneros (G1, 2025; CNN, 2025; BBC, 2025).

Já conhecido por declarações homofóbicas, como quando disse "O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias" (...) "Quem quiser vir aqui fazer sexo com mulher, fique à vontade. Agora não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro" (O Dia, 2019), Bolsonaro "cunhou o termo "kit gay" para se referir ao material do então ministro da Educação Fernando Haddad contra a homofobia nas escolas" (Lacerda, 2019, p. 15).

Com as eleições, a extrema direita dá efetividade prática ao projeto político que visa manter as engrenagens do capitalismo ao mesmo tempo em que apelam ao tradicionalismo, conservadorismo, preconceitos, valores patriarcais, moralismo, religiosidade, discurso anticomunista, punitivismo, retórica nacionalista e negacionismo identitário, ambiental e científico.

O processo penoso de conquista do voto popular - inicialmente restrito aos homens no Brasil e Estados Unidos, neste último, aos brancos - representa atualmente um dos principais pilares da democracia de países como Brasil e Estados Unidos, seja ela

representativa, direta ou semidireta. Sua importância é visceral para manutenção da democracia e valida o exercício da soberania popular, sobretudo em um contexto marcado por disputas políticas de exclusões e lutas sociais de minorias.

É, principalmente, em razão da representatividade do voto popular no cenário democrático, que a ideologia extremista da ultradireita associada à repressão de tentativas de justiça social às minorias, bem como os ataques às instituições democráticas e ao processo eleitoral, todos emaranhados, debilitam a democracia.

O neoliberalismo, para Brown, não está adstrito aos limites econômicos; é uma estrutura que viabiliza ascensão da política antidemocrática, uma (ir)racionalidade política que ressoa nas demais dinâmicas da vida humana. A subversão da democracia pelo autoritarismo, como lembra Mudde (2022), é pilar da extrema direita. O ressentimento da população, aflorado pela descrença generalizada na política, e o surgimento dos heróis que salvariam uma sociedade em frangalhos, perseguindo, para tanto, minorias étnicas, raciais e de gênero, sucedeu sérios ataques ao Estado democrático, primeiramente nos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021, e no Brasil, em 8 de janeiro de 2022.

O triunfo dos opositores de Donald Trump e Jair Bolsonaro - Joe Biden, nos Estados Unidos, e Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil – representou apenas em parte a derrota da extrema direita. Mesmo sem eleger a figura de um presidente de extrema direita, os congressos norte-americano e brasileiro permaneceram majoritariamente de direita, conferindo a manutenção do poder público aos apoiadores de Trump e Bolsonaro orientados pela mesma lógica política. Fora isso, a reação inconformada de seus eleitorados, já familiarizados com o modo autoritário e céticos em relação às instituições democráticas, contribuiu para reaquecer os sentimentos que os levaram a votar na extrema direita em primeiro lugar.

O trumpismo e o bolsonarismo obtiveram apoio incondicional de duas figuras elementares na corrida eleitoral: Steve Bannon, nos Estados Unidos, e Olavo de Carvalho, no Brasil. As táticas discursivas reacionárias e populista da direita radical, incorporadas por Bannon e Carvalho e, claro, por Trump e Bolsonaro, estão descritas no livro *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*, de Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro:

Simular um poder maior do que aquele que você realmente tem;
Falar apenas a linguagem do seu próprio público;
Não jogar no terreno em que seu adversário tenha vantagem, obrigando-o, ao contrário, a jogar no seu, onde ele não tem familiaridade, a fim de causar confusão, temor e retirada;
Ridicularizar o adversário, porque é quase impossível contra-atacar o ridículo;

Desenvolver táticas compreensíveis para seus companheiros;
Manter pressão constante, com táticas e ações diferentes, e utilizando tudo que acontecer para alcançar o seu propósito;
Espalhar boatos catastrofistas para manter o adversário acochado pelo medo;
Pressioná-lo sem trégua, de modo firme e consistente;
Jamais reconhecer seu erro ou fraqueza quando sofrer um revés, respondendo sempre com violência verbal e desmentindo o fracasso;
Polarizar o tempo inteiro, sem se preocupar com discussões racionais em termos de argumentos (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 122).

As técnicas da direita radical foram readaptadas ao ambiente digital repercutindo na forma específica de atuação política descrita por Lynch e Cassimiro como “fascismo *troll*”. A operacionalização da estratégia de mobilização digital percorre a linguagem de entretenimento (*memes*, provocações e ironias), a deslegitimação da mídia tradicional e da ciência, o perenialismo e a radicalização constante - métodos de polarização baseados em forte mobilização afetiva (Lynch; Cassimiro, 2022). A própria produção da hegemonia, conforme sustentam, “passa por tentar desacreditar a imprensa liberal e estabelecer uma comunicação direta entre o líder e seus seguidores nas redes sociais; bem como pela produção e divulgação de informações falsas ou distorcidas” (2022, p 95).

Lynch e Cassimiro afirmam que “o conspiracionismo produtor de *fake news* (...) consome seis vezes mais tempo nas redes do que notícias verdadeiras” (2022, p. 122). No contexto amplo de associação da extrema direita aos variados canais digitais de comunicação, há vetores distintos de disseminação de *fake news* e teorias conspiratórias. Olavo Carvalho utilizou principalmente o Youtube para maximizar o *movimento* do bolsonarismo - que atualmente se reveste de caráter *partidário* -, enquanto o *WhatsApp* contribuiu para a difusão das narrativas apresentadas pela extrema direita.

Cesarino explica que o *WhatsApp* está circunscrito num papel de maior relevância dada sua condição de capilaridade. A autora parte da premissa de que se trata do aplicativo de mídia social com maior adesão na sociedade brasileira, bem como porque proporciona “acesso a conteúdos circulados em mídias sociais como o Facebook ou Twitter a usuários que não se encontram registrados, ou que acessam pouco, essas plataformas” (2019, p. 2), geralmente compartilhados por amigos e parente o que confere confiança àquele que recebe.

Desde 1996 os brasileiros votam por meio da urna eletrônica, e, apesar dos acalorados debates acerca de sua credibilidade, o Brasil é referência de processo eleitoral mundialmente, onde, vale dizer, o sufrágio é universal. Mas a derrota da disputa política pela presidência condensou a insatisfação da direita, que passou a atacar o processo eleitoral brasileiro sem qualquer compromisso com a realidade material (ABRADEP, 2020).

Quando perdeu a eleição, em 2022, Bolsonaro questionou o processo eleitoral consecutivamente, inclusive por vídeos publicados em suas redes sociais. Da mesma forma que Bolsonaro, Trump, anteriormente, indagou a legitimidade das eleições em seu país: “embora sua alegação de “milhões” de eleitores ilegais tenha sido rejeitada por verificadores de fatos, repudiada por políticos de ambos os partidos e descartadas como sem fundamento por cientistas sociais, Trump a repetiu em público e em particular” (Levistky; Ziblatt, 2018, p. 187).

O voto como instrumento político de representatividade do povo contribuiu para a eleição de Barack Obama, em 2008 nos Estados Unidos, quando “a taxa de comparecimento das minorias foi incomumente alta” (Levistky; Ziblatt, 2018, p. 175). Era preciso reagir. Os políticos republicanos se alinharam para dificultar o voto para os cidadãos de baixa renda, sugerindo a criação de leis de identificação do eleitor que incluíam a apresentação de uma carteira de motorista válida ou outra fotografia de identificação emitida pelo governo. Assim, “como a minoria de eleitores pobres é esmagadoramente democrata, medidas que desanimassem o comparecimento entre esses eleitores provavelmente inverteriam o mando de campo em favor dos republicanos” (Levistky; Ziblatt, 2018, p. 175).

De toda sorte, as denúncias aos procedimentos eleitorais “podem minar a confiança pública em eleições - e quando cidadãos não confiam no processo eleitoral, muitas vezes perdem a fé na própria democracia”, pois aquela é indissociável desta (Levistky; Ziblatt, 2018, p. 187).

A sequência de eventos múltiplos estendidos ao tempo retrata a similaridade histórica-política entre Estados Unidos e Brasil, que parece ter se acentuado nos governos de Trump e Bolsonaro. Com respaldo na formulação terminológica de Mudde (2022), denota-se que Trump e Bolsonaro, apesar de essencialmente pertencerem à extrema direita radical, igualmente convergem em questões de ordem ultraradical. É o caso dos ataques ao Capitólio e às estruturas dos Três Poderes no Brasil, sedes representativas da democracia nos respectivos países de origem.

As derrotas na corrida eleitoral de Trump e Bolsonaro não apenas intensificaram o discurso contrário à legitimidade dos sistemas eleitorais de cada país, mas precederam as ofensivas antidemocráticas de eleitores ressentidos às estruturas físicas das sedes representativas da democracia em solo estadunidense e brasileiro. Com a eleição de Joe Biden, em 2021, após discurso de Trump, os eleitores republicanos invadiram o Capitólio, sede do poder legislativo federal dos Estados Unidos, na tentativa de impedir a posse do presidente democrata eleito. O cenário foi marcado por depredação do patrimônio público,

repressão policial e morte de cinco pessoas, além de prisões e uma investigação criminal posteriormente arquivada (CNN, 2025).

Dois anos mais tarde, o Brasil testemunha a infeliz repetição da história internacional recente. A derrota de Bolsonaro e a escolha de Lula para o mandato presidencial com início em 2023 mobilizaram o eleitorado bolsonarista, que na tarde do dia 8 de janeiro daquele ano, invadiu o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF). Mais tarde, as depredações ao patrimônio público revelaram que o plano incluía a retomada do poder presidencial por meio de um golpe, liderado por importantes nomes da política brasileira, incluindo o de Jair Messias Bolsonaro. No processo em que se apurou a responsabilização criminal dos agentes envolvidos perante o Supremo Tribunal Federal, foram condenados o ex-presidente Bolsonaro, o ex-ministro da Defesa Walter Souza Braga Netto, o deputado Alexandre Ramagem, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, pelos crimes de organização criminosa armada (art. 2º, caput, §§ 2º e 4º, II, da Lei n. 12.850/2013), abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do CP), golpe de Estado (art. 359-M do CP), dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima (art. 163, parágrafo único, I, III e IV, do CP), e deterioração de patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998).

É relevante observar que a denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República ressalta a importância dos discursos de Bolsonaro que endossaram a tônica antidemocrática e autoritária durante seu mandato. A instabilidade ofertada por Bolsonaro minou a confiança nas instituições democráticas e mobilizou o eleitorado cada vez mais ordenado pelo medo. Nas eleições de 2022, o ex-presidente resgatou a narrativa de que Lula perseguia cristãos e que iria fechar as igrejas evangélicas e católicas, *fake news* que foi desmentida pelo presidente eleito reiteradamente (Brasil de fato, 2022; Gazeta do Povo, 2022; CNN Brasil, 2022).

O questionamento da integridade do sistema eletrônico de votação brasileiro originou o principal evento que tornou Jair Bolsonaro inelegível por 8 anos, contados a partir de 2022. O Tribunal Superior Eleitoral apurou que a reunião ocorrida em 18/07/2022 no Palácio da Alvorada foi convocada pelo ex-presidente Bolsonaro para reunir embaixadores de países estrangeiros com a finalidade específica de descredibilizar o processo eleitoral brasileiro, incluindo questionamentos sobre o TSE e os Ministros, transmitida pela TV Brasil, ligada à empresa pública. O candidato à vice-presidência de Bolsonaro, Walter Souza Braga Netto, afirmou em discurso que havia “interferência

eleitoral e defesa de “terroristas” por parte de Ministros do STF”. Braga Netto, contudo, foi excluído da sanção e o voto foi proclamado pelo presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes (TSE, relatório, 2023).

Com a globalização e a internacionalização das economias, houve um processo de intensificação da harmonização das políticas públicas no sistema político internacional. Gradualmente os países avançam em tratados que apontam o direito doméstico e o direito internacional para o mesmo caminho, promovendo padrões e facilitando a cooperação internacional nas normativas assumidas a nível internacional, mas que acabam atravessando o plano interno dos Estados integrantes. Alguns especialistas assumem que essa correlação entre os países no sistema internacional acaba por fragilizar a soberania dos países que aderem aos tratados. No entanto, essas interferências nas soberanias dos países, nesse cenário, são consentidas e, em alguma medida, necessárias para a efetividade dos tratados firmados internacionalmente.

No curso da premente crise hegemônica, alianças econômicas firmadas sem a ingerência direta dos Estados Unidos tensionam a relação entre o país e os demais no sistema político internacional, especialmente naqueles cujo país norte-americano classifica como inferiores e subalterno aos seus interesses, por exemplo, o Brasil subimperialista.

Nos primeiros sete meses do segundo governo Trump, o presidente assinalou uma série de ofensivas econômicas direcionadas a diferentes países do Sul Global. No anúncio endereçado ao Brasil, um dia após a conferência dos BRICS, além da imposição de tarifação sobre as importações brasileiras em 50%, Trump revelou preocupação com o cenário político brasileiro; confira-se a íntegra da carta:

Conheci e lidei com o ex-presidente Jair Bolsonaro, e o respeitei muito, assim como a maioria dos outros Líderes de Países. A forma como o Brasil tratou o ex-presidente Bolsonaro, um líder altamente respeitado em todo o mundo durante seu mandato, inclusive pelos Estados Unidos, é uma vergonha internacional. Este julgamento não deveria estar acontecendo. É uma caça às bruxas que deve acabar IMEDIATAMENTE!

Devido em parte aos ataques insidiosos do Brasil às eleições livres e aos direitos fundamentais de liberdade de expressão dos americanos (conforme recentemente ilustrado pela Suprema Corte brasileira, que emitiu centenas de ordens de censura SECRETAS e ILEGAIS às plataformas de mídia social dos EUA, ameaçando-as com milhões de dólares em multas e despejo do mercado de mídia social brasileiro), a partir de 1º de agosto de 2025, cobraremos do Brasil uma tarifa de 50% sobre todo e qualquer Produtos brasileiros enviados para os Estados Unidos, desvinculados de todas as Tarifas Setoriais. As mercadorias transbordadas para fugir desta Tarifa de 50% estarão sujeitas a essa Tarifa mais elevada.

Além disso, tivemos anos para discutir nossa relação comercial com o Brasil e concluímos que devemos nos afastar da relação comercial de longa data e muito injusta gerada pelas políticas tarifárias e não-tarifárias e pelas barreiras comerciais do Brasil. Nosso relacionamento tem estado, infelizmente, longe de ser recíproco.

Por favor, entenda que o número de 50% é muito menor do que o necessário para termos condições de concorrência equitativas que devemos ter com o seu país. E isso é necessário para retificar as graves injustiças do atual regime.

Como você sabe, não haverá tarifa se o Brasil, ou empresas de seu país, decidirem construir ou fabricar produtos dentro dos Estados Unidos e, de fato, faremos todo o possível para obter aprovações de forma rápida, profissional e rotineira, em outras palavras, em questão de semanas.

Se por algum motivo você decidir aumentar suas tarifas, então, qualquer que seja o número que você escolher para aumentá-las, será adicionado aos 50% que cobramos. Por favor, entenda que essas tarifas são necessárias para corrigir os muitos anos de políticas tarifárias e não-tarifárias e barreiras comerciais do Brasil, causando esses déficits comerciais insustentáveis contra os Estados Unidos.

Este déficit é uma grande ameaça à nossa economia e, de fato, à nossa segurança nacional! Além disso, devido aos contínuos ataques do Brasil às atividades de comércio digital de empresas americanas, bem como outras práticas comerciais injustas, estou instruindo o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, a iniciar imediatamente uma investigação da Seção 301.

Se você deseja abrir seus mercados comerciais até então fechados para os Estados Unidos e eliminar suas políticas e barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias, talvez consideremos um ajuste nesta carta.

Estas Tarifas podem ser modificadas, para cima ou para baixo, dependendo da nossa relação com o seu País. Você nunca ficará desapontado com os Estados Unidos da América. Obrigado pela sua atenção a este assunto! (Nakamura, João (CNN), 2025).

A retaliação, na verdade, ao contrário das sanções impostas aos demais países com caráter estritamente econômico, denota duas principais investidas do governo norte-americano: a interrupção das investigações contra Bolsonaro, acusado de tentativa de golpe de Estado, e a tentativa de proteção às *big techs* que enfrentam no STF o julgamento pela responsabilização por conteúdos publicados por usuários, incluindo *fake news* que foram determinantes para a ascensão da extrema direita no Brasil.

O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, deputado licenciado e residente dos Estados Unidos e que esteve presente na posse de Trump em 2025, recorreu aos canais de mídia para afirmar que esteve articulando com o governo norte-americanos a imposição de tarifas ao Brasil em represália aos julgamentos contra Jair Bolsonaro no Brasil (CBN, 2025).

O cerne da questão tarifária, contudo, é que Lula, ao contrário de Bolsonaro, fez da diplomacia internacional parte importante de seu governo, principalmente com a participação ativa nos BRICS e relação com a China especificamente. O protagonismo dos BRICS, que vêm galgando maior independência desde sua criação, representou a Trump ofensa ao poder estadunidense e escalada da crise hegemônica, motivo pelo qual foi preciso reaver o controle das narrativas midiáticas.

Na semana anterior ao envio da carta de tarifação, a dinâmica entre os países do BRICS intensificou as investidas de criação de uma moeda própria e China e Brasil anunciaram a criação de uma ferroviária continental, parceria firmada entre o Ministério

dos Transportes brasileiro e com o Instituto de Planejamento e Pesquisa Econômica da China State Railway Group, aliado à maior empresa pública ferroviária a nível global (Gov, 2025).

Consequentemente, a motivação de Trump ao interferir na soberania brasileira a pretexto de Bolsonaro foi reafirmar sua posição de principal potência mundial. Em entrevista coletiva, Trump declarou que o BRICS foi criado para prejudicar os Estados Unidos com a tentativa de substituir o dólar como moeda global, e anunciou a imposição de tarifa de 10% aos países integrantes (G1, 2025).

O cenário político e as tensões entre Bolsonaro e o judiciário brasileiro foram apenas convenientes para que Trump sinalizasse seu incômodo com a autonomia que vem sendo conquistada paulatinamente entre os países do BRICS, e se revelando, primeiramente, nas trocas comerciais (como com a troca entre real e renmimbi), e, em seguida, com a diversificação das reservas internacionais, ainda que o dólar seja estruturalmente dominante para o comércio entre esse grupo geopolítico.

Ser um extremista de direita e um articulador da maximização do lucro não exige Trump de cometer erros na gestão econômica de seu país, pois, assim como o próprio sistema capitalista, ensina Harvey (2017), está eivado de contradições que são inclusive agravadas em determinadas épocas da história do capitalismo.

As sanções tarifárias impostas pelo Trump e a tentativa de fragilizar a soberania brasileira podem, noutro ponto, fortalecer Lula e reerguer sua popularidade, inclusive com setores de pouca articulação do mandato atual do presidente brasileiro, a exemplo, os setores empresarial e agrário, que devem conjuntamente planejar respostas às tarifas. Ainda que não se atinja a base mais radicalizada do bolsonarismo, ao cogitar manifestamente a aplicação de tarifas recíprocas, por exemplo, Lula atrai simpatia de diferentes grupos da sociedade civil, paradoxalmente com a mesma premissa de nacionalismo que pretensiosamente se diz tão custosa à extrema direita. É como explica o efeito *rally 'round the flag*, nas relações internacionais, quando um político utiliza da crise internacional como estratégia para aumentar a popularidade, angariar apoio de opositores, dispersar problemas internos e culpabilizar terceiros.

O viés predominantemente econômico da tarifa não invalida, contudo, o teor político do anúncio feito por Trump ao Brasil. Atribuir as sanções econômicas a uma insatisfação de cunho político, com imposição de tarifas com finalidades não apenas econômicas, mas também políticas, é mais um sinal de como opera a extrema direita para corromper os frangalhos de uma democracia naquilo que não interessa: as veias abertas em

que subsiste a luta política por maior igualdade, justiça social e emancipação de sujeitos.

Quando assume que Bolsonaro está sendo alvo de perseguição política pelo judiciário brasileiro, Trump descredibiliza as instituições de poder do estado brasileiro que sustentam a democracia e busca interferir nas eleições do país ao apoiar abertamente o principal adversário político do presidente vigente.

Mas não foram apenas os processos eleitorais e as instituições democráticas em sua abstração que foram deslegitimados por Bolsonaro e Trump. As figuras representativas de outros poderes, como Legislativo e Judiciário, foram alvo de críticas por parte dos então presidentes, enquanto outros eram seduzidos. Segundo Daniel Ziblatt e Steven Levitsky,

Trump demonstrou uma hostilidade impressionante contra os árbitros - policiais, serviços de inteligência, agências éticas e tribunais. Logo depois de sua posse, ele buscou garantir que os chefes das agências de inteligência dos Estados Unidos, inclusive o FBI, a CIA e a Agência de Segurança Nacional, tivessem com ele uma lealdade pessoal, evidentemente para usar esses órgãos como um escudo contra investigações sobre os vínculos de sua campanha com a Rússia. Durante as suas primeiras semanas de mandato, Trump convocou o diretor do FBI James Comey para um jantar na Casa Branca, no qual, segundo Comey, solicitou garantias de lealdade. Depois, segundo consta, ele pressionou Comey a encerrar a investigação sobre seu recém-demitido conselheiro de Segurança Nacional, Michael Flynn, instou o diretor de Inteligência Nacional, Daniel Costa, e o diretor da Cia, Mike Pompeo, a intervirem na investigação de Comey e pediu pessoalmente a Costa e ao chefe da NSA, Michael Rogers, que dessem declarações negando a existência de qualquer conluio com a Rússia (o que ambos recusaram) (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 170).

Os EUA são formalmente constituídos por um sistema de freios e contrapesos (*check and balances*), cuja função é garantir a separação dos poderes e viabilizar sua fiscalização mútua de forma autônoma. Ao recorrer sornateiramente à proteção de outros órgãos e submetê-los aos seus interesses, Trump reafirma seu compromisso antidemocrático sobrepondo interesses da elite em detrimento da soberania da estrutura administrativa que mantém, mesmo que minimamente, o funcionamento da democracia.

Em sociedades pregressas ordenadas pelo direito penal primitivo, como na Idade Média, a punição exemplar dos condenados, sempre subsidiada pela desproporcionalidade e crueldade, era exibida em praça pública sob os mais diversos olhares amedrontados da população. A intenção era escandalizar a sociedade e intimidá-la coletivamente; não havia interesse na ressocialização dos indivíduos ou caráter educativo, mas unicamente na punição e vingança – essa última, segmentada por fases distintas de acordo com o período histórico, da vingança divina à vingança privada, até alcançar a vingança pública (Ferreira do Vale, 2014).

Na realidade contemporânea, com os avanços dos mecanismos de defesa, promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e inovações tecnológicas, a

punição exemplar não se reveste dos mesmos parâmetros interpelados preteritamente. Sobretudo pelo alcance e rapidez que se espalham as notícias no mundo conectado pela internet, há novas formas, menos sanguinárias, de dissuadir a opinião pública e coagir a sociedade.

No Brasil, figura importante no embate entre Jair Bolsonaro e o judiciário brasileiro, o ministro do STF Alexandre de Moraes, foi igualmente alvo de represálias pelo presidente norte-americano Trump. Em meio ao curso do julgamento que apurou a responsabilização criminal de Bolsonaro e demais integrantes da trama golpista dos atos de 8 de janeiro, em que Alexandre de Moraes foi relator, Trump revogou o visto do ministro e dos demais integrantes da corte, com exceção do ministro Luiz Fux, André Mendonça e Nunes Marques, esses dois últimos indicados por Bolsonaro (G1, 2025).

Além de presidir as investigações contra Bolsonaro pela tentativa de golpe de Estado no STF e ter presidido o TSE quando da condenação de Bolsonaro por crime eleitoral que o tornou inelegível por 8 anos, o ministro Alexandre de Moraes é relator do processo que apura a regulamentação de mídias sociais e *Big Techs* americanas, que poderão ser responsabilizadas por conteúdos criminosos publicados pelos usuários, com base no Marco Civil da Internet.

Desde o primeiro semestre de 2025, o governo Trump ameaçou publicamente penalizar Alexandre de Moraes com a Lei Magnitsky. A lei americana permite, com a decisão do presidente norte-americano, a aplicação de sanções econômicas em face de estrangeiros acusados de corrupção ou violação grave dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos (Estados Unidos, 2016).

Alexandre de Moraes tornou-se bode expiatório da punição exemplar que o governo autoritário e antidemocrático de Trump pretende atingir a quem ameaçar os interesses empresariais norte-americanos. Ao contrário da invasão ao Capitólio que resultou apenas na condenação de civis, com arquivamento da ação em relação à Trump em razão de sua posse, no Brasil, Moraes determinou uma série de medidas cautelares ao próprio ex-presidente Bolsonaro, incluindo o uso de tornozeleira eletrônica e proibição de acesso às redes sociais, durante o trâmite processual até sua condenação (Notícias STF, 2025).

Outra vez, o medo é utilizado como instrumento de controle para disciplinar comportamentos. Mesmo que a ameaça de aplicação da Lei *Magnitsky* ao ministro Alexandre de Moraes não atinja, em primeiro momento, a sociedade brasileira como um todo, o cenário repressivo desperta a instabilidade política e democrática, a intimidação e a coação de um Estado que depende economicamente, ainda que parcialmente, dos Estados

Unidos.

Assim, a ideologia subversiva, psicológica e afetiva que coopta indivíduos insatisfeitos, amedrontados e ressentidos moral e economicamente, desencorajados a exercer o pensamento crítico, busca justificativas mascaradas a uma crise provocada por um modo de vida capitalista insustentável - sem considerá-lo, é claro.

Somado a isso, o sucateamento deliberado da educação, com cortes de verbas e represálias públicas às universidades, acentua a crise democrática face ao descrédito ao conhecimento científico e aos programas educacionais que emancipam politicamente os sujeitos, vez que “o não acesso à educação e à crítica consciente implica a reprodução inconsciente dessas falsas percepções do mundo, os quais, por seu conteúdo afetivo, provocam sempre forte reação quando contestadas” (Souza, 2022, p. 69).

Finalmente, para além das pautas raciais, antifeministas e homofóbicas – principais pontos de reflexão dessa pesquisa -, os governos Trump e Bolsonaro foram igualmente sustentados pelo negacionismo ambiental e científico e disseminação de *fake News*.

Em todo o caso, o acesso à internet favorece a expansão do discurso preconceituoso, de ódio e discriminação através das câmaras de eco. O algoritmo contribui para que o ambiente virtual do usuário seja programado a repetir conteúdos semelhantes de ódio, reprimindo a individualidade crítica e criando bolhas sociais virtuais sobre determinados assuntos, que “tendem a ser direcionados contra minorias e grupos vulneráveis, negando a efetividade de direitos fundamentais desses grupos, como discursos de racismo, transfobia, LGBT+fobia”, utilizadas “para condução do comportamento humano, o aumento dos discursos de ódio e da polarização de ideias” (Siqueira e Vieira, 2022, p. 165 e 166), conforme se verá mais detalhadamente no último capítulo.

2.2. Subjetividades em perspectiva: aspectos religiosos, estéticas, gênero e líderes carismáticos

As subjetividades são moduladas pelas relações de produção. Em uma sociedade capitalista, é importante que as elites econômicas e políticas estabeleçam comportamentos, ideologias, sentimentos, culturas e estéticas que alinhem as massas aos seus próprios interesses.

As simbologias abordadas neste capítulo, conforme indicado em seu subtítulo, dizem respeito a categorias distintas. Entretanto, por estarem frequentemente associadas, serão exploradas mutuamente, tomando a religião como ponto de partida.

Fromm discorre que “a personalidade é basicamente moldada pelo modo de vida particular”, esse último, por sua vez, regido por um sistema econômico específico que obriga o indivíduo a aceitar as condições de vida impostas por aquele (2023 [1941], p. 25). Mas além de aceitá-lo, é preciso assumi-lo como correto; o indivíduo não se torna apenas permissivo, mas torna-se ativo ao incorporar essencialmente as ideias que materializam a realidade econômica capitalista.

Fromm propõe que o processo de emancipação do homem em relação às estruturas tradicionais de autoridade, como o Estado absolutista e a Igreja, não resultou necessariamente em maior liberdade. Nesse mesmo contexto, em uma sociedade ressentida e amedrontada, a religiosidade se destaca em tempos de crise por ser frequentemente meio de mobilização das classes frustradas que anseiam por pertencimento, ordem moral e sentido.

Na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber (2009) atribui a solidificação do capitalismo moderno aos papéis desempenhados pelas doutrinas protestantes, protoforma que viria a se ramificar nas demais vertentes cristãs estadunidenses e brasileiras - com destaque para as igrejas neopentecostais:

A ideia do dever de um homem quanto às suas posses, ao qual ele subordina a si próprio como um servo obediente, ou mesmo como uma máquina aquisitiva, é carregada como um peso sobre sua vida. Quanto maiores as posses, caso a atitude ascética perante a vida se mantenha, maior a perspectiva de responsabilidade em relação a elas, para mantê-las intactas para a glória de Deus, e aumentando-as por meio de um esforço incansável. A origem desse tipo de vida também remete a certas raízes, como muitos aspectos do espírito do capitalismo, na Idade Média. Entretanto foi na ética do protestantismo que ela primeiro encontrou um fundamento ético consistente. A sua significação para o desenvolvimento do capitalismo é óbvia. Esse ascetismo secular protestante, tal como foi recapitulado até aqui, agiu poderosamente contra o desfrute espontâneo das riquezas; restringiu o consumo, em especial o supérfluo. Por outro lado, teve o efeito psicológico de liberar a aquisição de bens de inibições da ética tradicional. Quebrou as amarras do impulso para a aquisição, não apenas legalizando-o, mas, no sentido exposto, enfocando-o como desejado diretamente por Deus (Weber, 2009, p. 132 e 133).

Weber (2009) correlacionou a ética protestante à formação do espírito do capitalismo, na medida em que o protestantismo amparou a consolidação de um *ethos* racional atrelado ao trabalho, à acumulação e à disciplina de comportamentos, ou seja, aos valores religiosos que teriam contribuído para a formação de uma conduta social compatível ao capitalismo.

Formulado no criticismo de Lutero à Igreja Católica, foi a partir da reforma protestante que a doutrina religiosa a serviço do capitalismo se rearticulou para valorizar “o trabalho sistemático e incansável através uma profissão mundana (...), introduzindo neles uma conduta moral favorável ao que Weber chamou de espírito do capitalismo” (Menezes, 2021, p. 56).

Na corrente marxista (Marx, 1969, 2013), por outro lado, a religião é compreendida como parte da superestrutura social, enquanto atua na legitimação das relações de dominação e exploração próprias do modo de produção capitalista.

Embora partam de pressupostos distintos, ambas as perspectivas permitem compreender a relação entre religião e capitalismo, seja como elemento formador de uma ética econômica. (Weber), seja como mecanismo de legitimação e reprodução das relações sociais preexistentes (Marx).

Karl Marx (1969) evidencia a importância da religião para a reprodução desse sistema, na medida em que torna-se o ópio do povo, pois encontra-se nela um bálsamo em meio ao caos capitalista. A partir do sofrimento causado pelas mazelas do sistema capitalista, são necessários recursos de fuga espiritual e mental para os indivíduos que lhes dê algum sentido de existência; e com a internet, a religião também se torna instrumento de mobilização nas redes sociais, ressignificando e potencializando os meios de articulação social e política.

Rodrigo de Sá Netto (2024) propõe, em *O Partido da Fé Capitalista*, a existência de uma estratégia mundial e religiosa concebida pelo imperialismo estadunidense, calcada pela aliança de movimentos religiosos de origem heterogênea, que defende os interesses capitalistas ideologicamente readaptados periodicamente:

O Partido da Fé Capitalista não é monolítico, mas um conjunto de organizações que se transformam e se sucedem, adquirindo novos traços ideológicos e métodos, mas sempre representando um projeto de dominação capitalista arquitetado sobretudo nos Estados Unidos. Suas linhas gerais são o anticomunismo e a apologia ao livre mercado, através da aproximação retórica entre a democracia burguesa e as liberdades de empreendimento e de culto - negadas pelo planejamento econômico socialista e sua cultura ateuista -, e o ocultamento da exploração do trabalho como origem das mazelas sociais, para elas prescrevendo soluções espirituais e caritativas (Netto, 2024, p. 158).

A intersecção religiosa entre os Estados Unidos e Brasil se fortaleceu a partir dos anos 1950, quando missionários e religiosos estrangeiros vieram em massa para a América Latina em ações coordenadas por órgãos públicos, com financiamento de agências norte-americanas e apoio, principalmente, dos Republicanos. O intuito não era difundir apenas a palavra de deus, mas confrontar a tônica anticomunista e fortalecer o discurso pró-capitalista (Sá Netto, 2024). Há, portanto, uma questão propriamente embrionária dessa intersecção religiosa estadunidense pró-capitalista que veio ao Brasil com intenções claras e bem definidas.

Netto estabelece o golpe de 1964 como evento que fortaleceu o arranjo das alianças político-econômicas entre Brasil e Estados Unidos, este último na qualidade de executor da expansão do capital controlado por países centrais em detrimento dos demais. A exportação de

orientações religiosas no eixo Brasil-Estados Unidos, segundo Netto, tem destaque a partir de 1950, com a “renovação do interesse estadunidense pela região, procurando integrar subalternamente as economias do mundo periférico e afastá-las do bloco socialista”, dinâmica essa relacionada ao capital-imperialismo que propulsou a fase inicial da crescente evangélica em território brasileiro (Netto, 2024, p. 86).

Com a redemocratização brasileira (1985) e instalação do capitalismo monopolista no país, o movimento evangélico teve um sobressalto com o surgimento das Teologias do Domínio e da Prosperidade, quando os “grêmios pentecostais brasileiros continuaram a estimular a desarticulação da classe trabalhadora (...); fazendo avançar pautas econômicas de interesse de um capitalismo multinacionalizado, porém hegemônico pelos Estados Unidos” (Netto, 2024, p. 87).

Neste período de transição democrática brasileira, “os mecanismos de convencimento têm importância revigorada, com a redução da coerção estatal, e avançam sobre todo o espaço social, manifestando-se a partir de variadas organizações, como sindicatos, escolas, órgãos de mídias e igrejas” (Netto, 2024, p. 85). Desde então, a intersecção da religião e política parece se acentuar gradativamente, mesmo que não explicitamente em todo o caso.

Na Europa, embora o fim da Idade Média tenha rompido os laços até então estreitos entre política, religião e Estado, com a transição do feudalismo para o capitalismo, ao refletir sobre a estruturação da sociedade e do sistema jurídico, torna-se evidente a herança da influência religiosa ainda presente no ordenamento jurídico e político brasileiro (Monteiro et al., 2020).

Assim, a religião tem sido ministrada como instrumento de domínio, disciplinamento e massificação ao longo da história e, embora se note o avanço da sociedade com a formação de um Estado laico no Brasil e Estados Unidos e o respeito mútuo entre as diferentes práticas religiosas, na realidade, observa-se uma crescente influência dos movimentos religiosos específicos na pauta pública, que impõem diretrizes que ditam o comportamento da sociedade e regem o ordenamento jurídico (Lacerda, 2019; Netto, 2024).

A pensar pela etimologia das palavras, a “confissão” que liberta o pecador católico e o garante um lugar ao céu, no campo jurídico, concede ao réu uma diminuição de pena; enquanto o primeiro receberá uma “penitência” determinada pelo pároco a fim de alcançar o paraíso, o segundo será, a princípio, encaminhado à prisão, formalmente intitulada de “penitenciária”.

No campo do fundamentalismo religioso em que se operam os recursos discursivos, a irracionalidade (assim como as paixões) prevalece em detrimento da razão, sobre o que Adriana Brito argumentou:

As guerras santas, tanto cristãs como muçulmanas, encontraram na crise de dominação seu fundamento material e no irracionalismo sua forma de consciência. Religião e irracionalismo partem do solo comum da transcendência como princípio regulador da vida. Ou seja, um princípio incognoscível que, portanto, escapa aos domínios da razão. (Brito, 2014, p. 417).

No livro *Reflexões sobre a Revolução em França*, o filósofo Edmund Burke encabeçou o que viria a ser considerado o início do movimento conservador, ao tecer críticas à Revolução Francesa e ao reafirmar a importância da religiosidade e moralidade na organização civil-política da sociedade:

Todos os outros povos estabeleceram a liberdade civil sobre costumes mais severos, sobre uma moralidade mais austera e mais viril; a França, ao contrário, quando destruiu os impositivos da autoridade real, redobrou a licença de costumes totalmente dissolutos, de opiniões e práticas insolentemente irreligiosas, e estendeu a todas as classes da sociedade, como se ela lhes comunicasse algum privilégio ou lhes permitisse o acesso (Burke, 1982, p. 73).

Para Mudde (2022), a intersecção entre o avanço da ultradireita, religião e o populismo não é um movimento necessariamente novo, mas amoldado a partir do contexto em que se avalia.

Na atualidade, um dos movimentos religiosos mais relevantes internacionalmente é o neopentecostalismo (Pini, 2023; Netto, 2024). Especialmente por meio da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio, promoveu uma ressignificação do pentecostalismo tradicional ao deslocar o foco da salvação pós-vida para a prosperidade material e a atuação no mundo presente, conforme melhor explorado no terceiro capítulo.

Na sociedade pregressa ao capitalismo, portanto, no feudalismo, a terra era concebida como uma dádiva e ratificava as relações de poder amoldadas às particularidades da época; com a conversão do sistema feudal para o capitalismo, a ideia é reformulada para pensar a riqueza, o dinheiro, o capital, como dádiva.

Com efeito, reproduz-se a retórica do sonho neoliberal na sociedade capitalista a partir da possibilidade de se prosperar financeiramente, materializada pela ideia irrestritamente difundida de meritocracia – a recompensa pelo mérito baseada somente na capacidade individual e/ou de retribuição divina.

Tanto o discurso meritocrático quanto o discurso de bênção divina incutem o sonho capitalista de prosperidade e ascensão social, suprimindo, no entanto, questões basilares que regem o *status* social, como herança, sobrenome, privilégios, cor de pele, gênero, entre outros.

A respeito da concepção de meritocracia, em que são desconsideradas barreiras históricas e socioculturais, a visão de Allen (2012, p. 15) é contributiva:

[...] meritocracia é agora altamente individualizada sob a forma de uma lógica orientadora que condiciona e direciona nossas vidas diárias. Regula muito mais profundamente hoje do que tinha feito antes, buscando guiar movimentos solitários, ao invés de controlar o eventual resultado que nestes movimentos vão entregar. Meritocracia, não é hoje nenhum princípio de Justiça, se realmente já foi. Representa um sistema de coerção que pretende governar-nos através da manipulação das nossas esperanças.

Ao aplicar as premissas de crescimento econômico calcadas nas Teologias do Domínio e da Prosperidade à estrutura da sociedade capitalista, nota-se que há um ciclo vicioso e intencional, que permite que haja um controle social eficiente no que diz respeito à força de trabalho produtiva. De um lado, é incutido o sonho neoliberal de prosperidade baseado somente na força de vontade do indivíduo ou, então, pela meritocracia divina. Justamente pela teoria meritocrática desconsiderar diversos aspectos - sobretudo a disparidade de oportunidades -, esse projeto se torna falho quando olhado sob a ótica da classe trabalhadora, uma vez que não a consagra como vencedora.

Em contrapartida, é eficaz em torná-la refém de uma luta incessante e inglória pelo sucesso financeiro, porquanto “as massas enganadas de hoje são mais submissas ao mito do sucesso do que os próprios afortunados” e “a totalidade das instituições existentes os aprisiona de corpo e alma a ponto de sem resistência sucumbirem diante de tudo o que lhes é oferecido” (Adorno, 2024, p. 23 e 24). No fim, os interesses capitalistas são mais uma vez atendidos e sustentados pela ilusão do proletário de um dia pertencer à elite, por meio exclusivo de sua força laboral e determinação, ou então pelo reconhecimento divino que pressupõe a fidelidade financeira desses fiéis às igrejas.

A própria ideia de recompensa divina está assentada no discurso meritocrático, pois as igrejas estimulam o trabalho como meio de se obtê-la. A noção de esforço laboral convence de que quanto maior o for, mais próximo o sujeito estará de Deus e de alcançar seus objetivos pessoais – os quais, na sociedade capitalista, se orientam em boa parte pela noção de riqueza material.

Por isso, inclusive, a extrema direita é contrária aos programas sociais quando institucionalizados pelo governo, pois são vistos como incentivos ao desemprego e premia àqueles que não cumprem sua função elementar na sociedade, ou seja, trabalhar para garantir o lucro de uma elite que incessantemente os explora; mas são favoráveis quando instituídos pelas igrejas e voluntários, porque alimenta o ego e fortalece a moral cristã.

Assim como no Brasil, a ligação entre extrema direita e cristianismo no país é antiga: “políticos desde Pat Buchanan até Sarah Palin já definiram os Estados Unidos como “uma nação cristã” e enfatizaram a importância do cristianismo na política” (Mudde, p. 57, 2022).

Donald Trump e Jair Bolsonaro se aproveitaram deste cenário e das características de confiabilidade que um sistema desigual lhes conferem – tratam-se de homens brancos, cisgêneros, ricos e heterossexuais.

Mesmo que Trump tenha apelado de maneira menos explícita aos preceitos religiosos como aparato de campanha em relação a Jair Bolsonaro, nem por isso deve-se desconsiderar o fato de que o presidente estadunidense se consagrou eleito a partir de um conjunto de narrativas e características de alinhamento conservador e moral tensionado ao cristianismo. A vitória da extrema direita por meio da eleição de Donald Trump em 2016 se justificou pela agenda reacionária e conservadora, associada aos discursos xenofóbicos, conspiracionistas, racistas, armamentistas, autoritários, antidemocráticos, nacionalistas e fundamentalistas (Brown, 2018; Mudde, 2022; Lacerda, 2019).

Trump¹⁰ se declara cristão e conquista a simpatia dos religiosos que enxergam o progressismo social como afronta aos costumes, valores, princípios e moral cristã. Isso porque,

(...) embora católico, Trump “está muito próximo dos evangélicos que acreditam que apoiar a expansão de Israel ajudará a acelerar a segunda vinda de Cristo” (UTLEY, 2016) – e a mudança da embaixada dos EUA para Jerusalém foi lida inclusive como uma medida para atender sobretudo à direita cristã (LANGER, 2017). Trump é pelo “casamento tradicional” (CAMA, 2015) e apresenta posturas antifeministas (LUSHE, 2016). Promove uma gestão neoliberal, embora tenha acenado, em sua campanha, para um modelo de política econômica progressista (BESSNER; SPARKE, 2017; FRASER, 2017) (Lacerda, 2019, p. 57).

No Brasil, a personificação da ultradireita no ápice do capitalismo mundial se materializou na figura de Bolsonaro, em 2018, que alicerçou uma forte base eleitoral ao adotar influências do neopentecostalismo em sua campanha política com o lema “Deus, pátria e família” e recitando versículos bíblicos em comícios. Essa vertente teológica, reforçada por uma figura reacionária, engendrou um cenário político em que Estado, política e religião passaram a, novamente, convergir gradativamente.

Plínio Salgado, ao conceber o movimento denominado “Integralismo” ou “Ação Integralista Brasileira”, deu origem ao *slogan* “Deus, pátria e família”, simbolismo elementar do movimento autoritário por ele protagonizado e que mais tarde viria a ser reproduzido por Jair Bolsonaro. Crítico ao marxismo, Plínio Salgado constantemente evocava elementos discursivos contra as teorias marxistas e a luta de classes, mais uma vez reforçando o recrudescimento do combate a uma suposta ameaça comunista, em uma luta entre “nós” contra “eles”, o “bem” e o “mal”, “deus” e “diabo” (Salgado, s.d.):

¹⁰ Embora a fonte original (Lacerda, 2019) caracterize Trump como católico, registros públicos indicam filiação presbiteriana até 2020, quando passou a se declarar cristão não-denominacional.

Assim foi o marxismo. Trouxe consigo a brutalidade do “struggle for life” de Darwin e a violência dos conflitos hegelianos das ideias; imaginou o ser humano apenas sob o aspecto econômico da nutrição e da reprodução; porém, como aceitou de Hegel a dinâmica da dialética, aplicou-a no que se referia à ação das massas na história e desencadeou a revolução materialista [...] o marxismo desencadeou o ódio na terra; aceitou os princípios do capitalismo absorvente, deflagrou a luta entre as classes; provocou distúrbios; revoltas; guerras sangrentas e obscureceu a humanidade na confusão, no desespero e na loucura.

A recuperação do lema “Deus, pátria e família” por Bolsonaro reforça a tônica religiosa e moralista ao rechaçar a deturpação dos valores sagrados, mas também ao veicular o discurso anticomunista, “na medida em que marxismo, socialismo, bolchevismo e comunismo, sendo “materialistas”, são ateus, internacionalistas e destruidores do núcleo familiar” (Chaui, 2013, p. 60).

Tamanho êxito no apelo religioso resultou em uma base eleitoral heterogênea e inusitada. Jair Bolsonaro foi capaz de unir duas classes até então antagônicas no campo religioso: católicos e evangélicos convergiram em uma onda de moralidade cristã, personificados na figura do “cidadão de bem”, em uma guerra contra a suposta “depravação” da esquerda e declínio da economia assentada no mercado liberal, como argumenta Butler:

Em 2013, católicos e evangélicos deram seguimento à superação de suas diferenças para forjar uma aliança visando derrubar a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) e eliminar qualquer referência a gênero na educação. Daí em diante, foram aprovadas centenas de leis municipais e estaduais contra gênero na educação. O discurso de posse de Bolsonaro, no início de janeiro de 2019, continha o compromisso de erradicar a ‘ideologia de gênero’ nas escolas, e ele prometeu resistir à ‘submissão ideológica’ (Butler, 2024, p. 51).

Embora fosse assumidamente católico no início da fama (posteriormente, Bolsonaro batizou-se no rio Jordão em 2016, em um gesto político de aproximação com a comunidade evangélica), o apoio dos evangélicos neopentecostais foi fundamental para garantir a eleição, “uma vez que, de acordo com a pesquisa realizada pelo Datafolha (2018) (G1 2020), Bolsonaro teria cerca de mais de 11 milhões de votos do que seu principal adversário, Fernando Haddad, entre os evangélicos” (Pini, 2023); ou seja, no Brasil, houve uma aliança de conveniência entre catolicismo e neopentecostalismo para que o “bem” vencesse o “mal”, em uma nação gradualmente acirrada pela polarização entre progressistas e conservadores.

Concomitantemente, Trump e Bolsonaro provocam a guerra cultural estabelecida pelos conflitos ideológicos entre conservadores e progressistas, enquanto se apresentam como autoridades aguerridas e incumbidas de fazer frente ao sistema, ante a necessidade de reestabelecer a ordem moral com o apoio dos “cidadãos de bem”.

Da união da nova direita e da direita cristã, Lacerda aponta como principais pontos de convergência a defesa da família patriarcal, o sionismo, o militarismo, o idealismo punitivo e o neoliberalismo, cujos elementos são em sua totalidade representativos dos governos Trump e Bolsonaro (Lacerda, 2019).

Em um período marcado por crises econômicas e políticas, a identidade de Bolsonaro foi forjada a partir de características religiosas e moralistas, mediante uma tática discursiva idealizadora de um imaginário coletivo que o colocaria como herói em um contexto cada vez mais marcado por narrativas dicotômicas. Em função da crise capitalista que intensifica os problemas sociais relacionados à saúde, moradia, educação, desemprego e violência urbana, “as respostas baseadas em autoridade, na família e em princípios religiosos dá conforto”, enquanto “as ideias de pulso forte e de hierarquia” se apresentam como solução (Lacerda, 2019, p. 197), sobretudo em uma sociedade organizada burocraticamente pela obediência e coagida pelo medo.

A gramática binária que reforça a polarização política populista em discursos que categorizam atores políticos como heróis e vilões também guarda relação com a dicotomia de simbologias religiosas entre bem e mal, inimigo e aliado, deus e diabo, pecado e salvação, provindos da bíblia. Esses elementos discursivos vão sendo gradativamente implementados no imaginário social, principalmente em um projeto político que consagra esses atores políticos como combativos e antissistema – apesar de serem a própria personificação do sistema. A propósito, para Mudde, o arquétipo do líder da extrema direita se representa pela figura de Jean-Marie Le Pen (1928), ex-membro do Parlamento Europeu: “homem branco – ou pertencente à maioria étnica ou racial – heterossexual, de idade avançada, autoritário, carismático, cruel, violento, e de passado militar” (Mudde, 2022, p. 85).

Um grande pensador das origens da esquerda e direita, Norberto Bobbio, compreende a bifurcação da vida política em perspectiva dualista não como, necessariamente, superficial, mas sim uma constatação factual derivada do jogo político que emerge das oposições e disputas entre polos distintos definidos - a esquerda e a direita:

É precisamente a ativação desse jogo que continua a manter viva – numa vida em contínuo movimento – a distinção. Num universo conflituoso como o da política, que exige continuamente a ideia do jogo das partes e do empenho para derrotar o adversário, a divisão do universo em dois hemisférios não é uma simplificação, mas uma fiel representação da realidade (Bobbio, 2011, p. 11).

Ao tecer uma analogia entre a política e o futebol, bem como ao destacar a alternância de vencedores como elemento constitutivo do campo democrático, Bobbio parece insistir em assimilar a política a um jogo. Vencer no contexto político, no entanto, parece distanciar-se da

lógica estritamente competitiva, na medida em que aquele que é eleito deve governar não apenas para seus eleitores, mas para toda a sociedade.

Mas o acirramento nas disputas eleitorais recentes protagonizadas por Trump e Bolsonaro parece ir além do jogo político democrático, porque potencializam as tensões entre os grupos ao excluir, suprimir direitos e declarar guerra deliberadamente a grupos minoritários e desafetos políticos, demonstrando um método beligerante no qual o adversário vira, portanto, inimigo, enquanto a crise da democracia liberal é escalonada por essa dinâmica quase infantil.

A estratégia do discurso pautada na repetição de palavras-chave sensacionalistas, como inimigo, aliado, ameaça, estimula a espetacularização da política, cria consensos para controlar a opinião pública, condensa pensamentos, modula comportamentos e justifica ações do governo para adaptar a sociedade aos interesses políticos e econômicos representados por aquele governante (Ramonet, 1999).

Segundo Fromm, por séculos os homens romperam com as forças que minavam a liberdade da sociedade, como se deu com a queda do Estado absolutista e o rompimento da relação institucional entre o Estado e a Igreja. Paradoxalmente, essa mesma sociedade passou a ansiar por uma figura governante autoritária (Fromm, [1941] 2023).

Reinterpretando a lógica de Fromm, o neoconservadorismo está assentado na psicologia do medo sobre a mudança, característica também abordada por Eco quando elencou o apego à tradição como um dos pontos principais que conduzem a sociedade a um “fascismo eterno” (Fromm, [1941] 2023; Eco, 2018).

Em sociedades ressentidas, amedrontadas e em crise, a religião se torna meio de mobilização das classes frustradas que anseiam por pertencimento, ordem moral e sentido. Desse modo, permite-se que o medo seja transformado em instrumento eficiente de controle e dominação, porque as subjetividades que retomam o fôlego do sistema capitalista demandam a disciplina dos comportamentos. Nesse sentido, Butler conclui que “à medida que o pânico aumenta, dá-se carta branca ao Estado para negar a vida daquelas pessoas que passaram a representar, por meio da sintaxe do fantasma, uma ameaça à nação” (Butler, 2024, p. 18)

As emoções, afirma Crawford, “nunca são totalmente privadas – elas são socialmente compartilhadas e construídas, profundamente relacionadas à maneira como entendemos o mundo social e como interagimos por meio de nossas instituições sociais” (Crawford, 2014, p. 546); assim, as narrativas contra inimigos são socialmente aceitas e internalizadas de maneira institucionalizada. O medo geralmente está vinculado a uma realidade material – por exemplo, o atentado de 11 de setembro ou o aumento da criminalidade -, mas as justificativas difundidas,

como por exemplo as políticas que favorecem imigrantes – corrompem a essência dos problemas e desconsideram fatores preexistentes.

Dentro da estrutura neoliberal, discorre Judith Butler, as origens do medo se ramificam nos diferentes aspectos da vida social, ocasionadas pela mesma ira do capitalismo que busca a extração de valor monetário em toda e qualquer fissura do tecido sociopolítico a partir da supressão de direitos e condições para existência humana, perspectiva essa que também aparece nos estudos de Brown:

É claro que há muitas razões completamente legítimas para temer nosso mundo atual. O desastre climático, a migração forçada, as vidas ameaçadas e perdidas na guerra. As economias neoliberais, que privam as pessoas dos serviços sociais básicos de que necessitam para viver e prosperar. O racismo sistêmico, que tira a vida de tantas pessoas por meio de formas de violência tanto lentas quanto rápidas. Mulheres, pessoas queer e trans, especialmente as negras, são assassinadas em índices estarrecedores (Brown, 2018, p. 16).

Os medos, no entanto, são percebidos de maneira heterogênea pela sociedade e alternam entre os espectros políticos. É como explica Butler ao dizer que:

Na direita, contudo, a lista de medos é diferente: contestações ao poder patriarcal e às estruturas sociais no interior do Estado, da sociedade civil e da unidade familiar heteronormativa; ondas de migração que ameaçam noções tradicionais de nacionalidade, supremacia branca e nacionalismo cristão (Butler, 2024, p. 16)

Os discursos inflamados adotados tanto por Trump e por Bolsonaro guardam semelhança nos aspectos que os tangenciam para o mesmo espectro político e que os consolidaram como figuras políticas heroicas cristãs, reacionárias, destemidas, audaciosas e valentes, reproduzindo o estereótipo de masculinidade viril (hipermasculinidade da narrativa ultradireitista). Segundo Diego Santos Vieira de Jesus, “as masculinidades no contexto da segurança internacional são em geral associadas à força, à dureza e à heterossexualidade agressiva” (2014, p. 310), em um contexto de predomínio da validação e do poder do gênero masculino em detrimento do feminino.

Sem surpresas, os “líderes espetaculares”, segundo Saad-Filho (2023), são, na maioria das vezes, homens. Apesar de frequentemente induzirem ao discurso de lutarem contra o sistema (a retórica antissistema), esses líderes são, em verdade, a personificação do que o sistema representa. Donald Trump e Jair Bolsonaro se aproveitaram deste cenário e das características de confiabilidade que um sistema desigual lhes conferem – tratam-se de homens brancos, cisgêneros, ricos e heterossexuais.

Imbuídos deste privilégio, não raramente a persuasão de seus discursos se sobrepõe ao próprio conteúdo da mensagem transmitida, cuja dinâmica estabelece diálogo com a análise de Hannah Arendt sobre a sedução dos discursos políticos:

O discurso político tem por finalidade a persuasão do outro, quer para que a sua opinião se imponha, quer para que os outros o admirem. Para isso, necessita da argumentação, que envolve o raciocínio, e da eloquência da oratória, que procura seduzir recorrendo a afetos e sentimentos (Arendt, 1958, p. 58).

O papel performático das mulheres frente a essa hipermasculinidade da narrativa ultradireitista integra a reflexão proposta por Butler. A performance se reveste das ações específicas do sujeito, ou seja, o que faz, como age e o que representa, não por uma essência natural, mas por um conjunto de comportamentos que determina como a pessoa é reconhecida em uma sociedade de normas sociais binárias e patriarcais:

Que configurações de poder constroem o sujeito e o outro, essa relação binária entre ‘homens’ e ‘mulheres’, e a estabilidade interna desses termos? Que restrições estariam operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação de sexo e do desejo? Como questionar um sistema epistemológico/ontológico? Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustenta a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? (Butler, 2018, p. 8)

A essência da teoria de Butler encontra amparo nos estudos de Tina Chanter, que reafirmam a ideia de que a sociabilidade dos corpos femininos não é determinada biologicamente, mas sim pelas construções sociais:

[...] não era a identidade sexual das mulheres – não os seus corpos, sexo ou capacidades reprodutivas – que determinava sua natureza, mas a convenção, a sociedade, o hábito e a tradição. Essa é uma versão do argumento natureza/educação (meio). A natureza não impõe que as mulheres devam confinar-se à maternidade, mas a educação (a cultura), sim. A mudança crucial que ocorre aqui é a de que a identidade das mulheres não é fixada pelo destino, pela anatomia, pelos genes, pela biologia ou pelo DNA. Ao contrário, essa identidade pode mudar, ser fluida e maleável. Uma vez que se admita que a natureza física, material e biológica das mulheres não as determina, mas sim que as tendências, costumes, crenças e preconceitos sociais limitam e prescrevem seus papéis, a porta então se abre para a reeducação, para a transformação e para a mudança social (Chanter, 2011, p. 22).

Por isso mesmo, pensar o gênero – e até mesmo o sexo - como propõe Butler demanda compreendê-lo afora de um viés determinista biológico ou científico, reconhecendo que as deturpações acerca das definições de gênero também podem ser veiculadas em espaços laicos ou acadêmicos; é preciso pensá-lo, sobretudo, pela ótica do social, sem desprezar a materialidade do corpo, mas concebendo, prioritariamente, as experiências identitárias do sujeito.

A performance a que Butler e Chanter se referem é esclarecida por Ann Murphy:

O desempenho ou performance pressupõe um sujeito, enquanto a ideia de performatividade pretende combater a própria noção do sujeito, enfatizando, em vez disso, os modos como a subjetividade é constituída em momentos históricos específicos como efeito de certos atos [...] a ‘feminilidade’ não deve ser entendida como a exteriorização de alguma essência inata e inerente; em vez disso, a feminilidade é produzida como efeito de determinados desempenhos com marca de gênero que são culturalmente codificados como femininos. A ‘feminilidade’ é uma construção cultural, maleável e impermanente; ela não pode ser entendida como algum tipo de essência preexistente que é exteriorizada como gênero [...] Se a identidade de gênero é definida como um efeito de múltiplas práticas culturalmente significativas, também a performatividade, como um modelo para a realização do gênero, está muito afastada de um modelo em que haja um forte senso de volição e agência separado de preconceitos e influências culturais” (Murphy, 2012, p. 447-448).

Tomada a construção do gênero amparada nas tendências, costumes, crenças e preconceitos sociais (Chanter, 2011), as expectativas sociais constitutivas do papel social do homem e, conseqüentemente, da mulher, não se desvinculam da orientação capitalista e cristã da sociedade. Assim, às mulheres são atribuídas as características secundárias, já que fundamentalmente instituídas a partir daquilo que é primordialmente reservado ao homem, a partir da divisão sexual do trabalho, que historicamente atribuiu aos homens a esfera pública, associada ao trabalho produtivo, aos maiores salários e aos espaços de poder e decisão, enquanto às mulheres foi relegada a esfera privada, vinculada à maternidade, ao cuidado, às ocupações de menor prestígio e à dupla jornada de trabalho (Aguiar e Pereira, 2019).

A expectativa da performance das mulheres na sociedade capitalista busca amparo por vias difusas. Recentemente, expressões como “energia feminina” e “energia masculina” vêm ganhando espaço no imaginário coletivo, sobretudo nas redes sociais. Quando em entrevista Zuckerberg diz que empresas precisam de mais energia masculina (Brennand, Lacerda e Freitas, 2025), se ignora o conhecimento científico para privilegiar premissas equivocadas de construção social em uma sociedade patriarcal que subjuga as mulheres.

A partir dessa ideia, por exemplo, mulheres foram ostensivamente impedidas de votar, em sociedades que acreditavam que as mulheres seriam menos racionais em comparação aos homens. Associar mulheres ao “sexo frágil” é mais uma forma de controlar ideologicamente os corpos femininos e alinhá-los à performance que engaja o capitalismo.

Para atender às convenções sociais dos papéis de gênero, as expressões simbólicas são igualmente assentadas por trejeitos, manifestações corporais e vestimentas desempenhadas por cada um deles. Logo, a comunicação não visual adotada não só pelos políticos homens, como também por suas companheiras, revela uma postura intencionalmente pensada para transmitir uma mensagem específica, eis que “a ideia do estilo como coerência puramente estética é uma fantasia retrospectiva dos românticos” (Adorno, 2024, p. 19).

Nos Estados Unidos, assume Butler, “o gênero tornou-se um fantasma com poderes destrutivos, uma forma de reunir e exacerbar a multiplicidade de pânicos modernos” (2024, p. 16), cujo intuito é alavancar uma ordem patriarcal enquanto as retóricas autoritárias sobre o “gênero” tornam-se pretexto político para justificar um Estado forte:

“(…) fazer circular a ideia dos poderes destrutivos do gênero é uma maneira de produzir um medo existencial que possa ser explorado por quem deseja ampliar os poderes estatais na esperança de retornar a uma ordem patriarcal "segura". O medo é alimentado de modo que aqueles que prometem aliviá-lo possam emergir como forças de redenção e restauração. Ele é produzido e explorado para mobilizar as pessoas a apoiar a destruição de vários movimentos sociais e de políticas públicas entendidas como organizadas pelo gênero (Butler, 2024, p. 18)

No Brasil, embora articulada para referir-se à Marcela Temer, esposa do ex-presidente Michel Temer, a expressão “bela, recatada e do lar” sintetiza a feminilidade, docilidade e submissão do ideário feminino da extrema direita. Sucessoras de Temer, as primeiras-damas Michelle Bolsonaro e Rosângela Lula da Silva (Janja), também fomentaram discussões na mídia tradicional e digital.

Mais uma vez, a imagem da mulher enquanto primeira-dama sujeita-se secundariamente ao protagonismo do homem, que dita as aspirações – limitadas e geralmente vinculadas às causas sociais e ao assistencialismo - desta mulher na pauta pública:

(…) o surgimento do que estamos chamando de “primeiro-damismo” aponta em duas direções ao mesmo tempo contraditórias e complementares. Se de um lado, podemos perceber um avanço, à medida que as mulheres passam a ter um certo reconhecimento social e deixam de se limitar ao espaço da casa, a espera do privado, e vão para o espaço público, para a esfera do político, por outro, a elas é conferido um lugar marginal. A posição que ocupam não está relacionada com sua competência, mas com a sua vinculação a uma figura masculina e com ações extensivas às atividades domésticas, tidas como de mulheres. A LBA, portanto, era um complemento do lar. Um espaço em que o cuidado com o outro, o amor ao próximo e a manutenção da família e da moral patriarcal eram considerados tarefas femininas (Russo; Cisne; Brettas, 2008, p. 137)

Incorporando elementos do estudo de Winfield e Alvarez-Monsiváis, Marques e Sarmiento sistematizam de que modo as primeiras-damas são incluídas no cenário político:

(a) acompanhante das missões oficiais do marido; como (b) “cerimonialista” ou “líder de protocolo oficial” na organização dos compromissos; como (c) “benfeitora”, diante de programas ou obras voltadas aos mais necessitados; e a partir de sua (d) função política (policy role), na elaboração ou atuação mais direta em políticas públicas. (...) e) “celebridades” (Marques; Sarmiento, 2023).

A comparação e a rivalidade entre mulheres são estimuladas socialmente. Com a última eleição de Lula (2022), tornou-se frequente comparar a primeira-dama anterior e atual (Michelle Bolsonaro e Janja Lula da Silva, respectivamente), inclusive pelas vestimentas de cada uma, como faz esta reportagem do O Globo:

Enquanto Michelle Bolsonaro se aproxima do público cristão, mantém a coerência visual de seu discurso tradicionalista com vestimentas formais e recatadas. Já Rosângela "Janja" da Silva abusa do vermelho, cor que se tornou uma associação instantânea ao Partido dos Trabalhadores (...) Para a consultora de moda Marina Naves, uma primeira-dama tem um papel político. Ela pode ter ligação com instituições de caridade, participar de almoços, de eventos e comícios no período eleitoral (O Globo, 2022).

Além das vestimentas, as críticas à Janja incluem seus gostos pessoais e comportamentos, como analisam Marques e Sarmento a partir de duas reportagens do O Globo, especificamente sobre os seguintes trechos “De calça azul-marinho, camiseta estampada com o rosto de Lula, tênis *All Star* branco e revezando entre óculos de sol e de grau, Janja esbanjava simpatia” e “Vestia calça de paetês preta, *All Star* branco e uma camiseta vermelha com a imagem de Lula como o personagem Luke Skywalker, de *Star Wars*. Enquanto rolava o show de Djavan, ao qual não assistiu, Janja deixou o setor dos do "vipões" para se servir no bufê. Fez um prato com salpicão, grão-de-bico, ceviche de banana e pão italiano. E comeu de pé, segurando o prato. Bebeu cerveja”:

Em dois momentos distintos, durante uma agenda de campanha nas ruas e em um festival de música, as notícias descreveram com detalhes como a socióloga estava vestida. No segundo evento, além da roupa, a alimentação e a ingestão de cerveja também foram assuntos da notícia, conforme trechos abaixo (Marques e Sarmento, 2023, p. 12).

Associando as simbologias religiosas e de representação de gênero anteriormente articuladas, sem surpresas, o enfoque da cobertura midiática sobre Michelle Bolsonaro, por sua vez, é a religião e a representatividade dela em seu cotidiano:

As notícias sobre Michelle Bolsonaro no corpus selecionado também são focadas em seu engajamento público da campanha. Ela é descrita como “primeira-dama”, “mulher de Bolsonaro” e “evangélica”. Sua profissão não foi mencionada em nenhum dos textos. Além da matéria analisada anteriormente sobre seu estilo pessoal, não há diretamente notícias sobre sua vida particular ou doméstica. O foco das notícias na sua agenda junto do esposo ou em compromissos próprios está atrelado diretamente à religião. Nesse sentido, é a partir do seu engajamento mais direto com a comunidade evangélica que as noções interdiscursivas de família ou de gênero emergem. São recorrentes citações diretas com uso de termos e expressões religiosas na defesa da candidatura de Bolsonaro e, especialmente, nas críticas ao adversário. No dia anterior ao primeiro turno, já impedida de pedir votos explicitamente pela legislação eleitoral, a notícia informa de um ato em Brasília, no qual a então primeira-dama afirmara: “As portas do inferno não prevalecerão contra as nossas famílias. As portas do inferno não prevalecerão contra a nossa nação brasileira. Aleluia. Glória a Deus” (Marques e Sarmento, 2023, p. 14).

Se, para Michelle Bolsonaro, as vestimentas e comportamentos voltados à religião, docilidade e submissão reafirmam os papéis tradicionais de gênero, Janja, bebendo cerveja e vestida de calça de paetês preta, tênis *all star* e camiseta vermelha com a imagem de Lula como personagem de Luke Skywalker, rompe abruptamente com a expectativa social de performance

da mulher idealizada pela extrema direita: contida, recatada, retraída, discreta, formal, obediente e devota.

A encarnação da figura de esposa silenciosa, passiva e subserviente por Melania Trump, primeira-dama que dificilmente está envolvida nas discussões políticas públicas, reforça, mais uma vez, a representação simbólica desejada para essas mulheres. Na posse de Trump, em 2025, mesmo calada, Melania chamou atenção pela escolha de sua roupa, modesta e sóbria, com pouca pele à mostra e olhos praticamente cobertos.

Não demorou para que a aparição de Melania fosse comparada ao Conto da Aia, de Margaret Atwood, produção artística literária e televisiva que retrata um mundo regido por um Estado totalitário e teocrático, em meio ao declínio da reprodução humana e no qual as mulheres estão divididas em castas e codificadas pelas vestimentas. Na história, as aias, atomizadas em castas que surrupiam a individualidade, têm os corpos controlados pelo Estado e cobertos em uniformes padronizados vermelhos, enquanto as mulheres da alta classe usam vestidos azuis.

Melania Trump e Michelle Bolsonaro reúnem características congêneres: são mulheres brancas, discretas, mais jovens que seus companheiros e que atendem aos ideais estéticos hegemônicos. Ao lado de ambas, estão exemplares da personificação política: homens brancos, poderosos, considerados bem-sucedidos e combativos.

O estilo conservador dos trajes e comportamentos sociais de Michelle Bolsonaro e Melania Trump, principalmente com a moda modesta e feminina, passam a ser incorporados por movimentos sociais da direita cristã, como se verá mais cuidadosamente no próximo capítulo em relação às *tradwives*.

O poder da comunicação, visual e verbal, é, portanto, “um campo primordial de batalha política”, sendo necessário “que a política recupere a sua dimensão simbólica e a sua capacidade de representar o vínculo entre o cidadão e o sentimento de pertencer a uma comunidade”, não subestimando, portanto, os elementos simbólicos e imaginários reforçados pelo discurso enunciado (Martín-Barbero, 2002, p. 226).

Não obstante a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 para o presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), nota-se ainda um importante movimento coordenado para a massificação da extrema direita no Brasil, que passou a compor o *mainstream*. Entre as diferentes formas estratégicas de se inserir a agenda neoliberal para a reiteração de comportamentos que endossam a percepção capitalista na economia global, a agenda religiosa, sobretudo no Brasil e Estados Unidos, integra os recursos discursivos e extra discursivos que apontam para o crescimento da extrema direita (Lacerda, 2019; Brown, 2018).

A disseminação política da religião e o descrédito às universidades podem ser vinculadas à manipulação cultural pois, ao reprimir o pensamento crítico, facilita-se a homogeneização das camadas proletárias da sociedade e a cooptação desses indivíduos.

A forma explícita se estabelece por meio de campanhas políticas, em que a religião é utilizada escancaradamente como apelo político para ganho de votos e, por consequência, viabiliza a projeção de pautas políticas de orientação moral-cristã no seio da vida pública, inclusive com formação de bancadas religiosas, como a bancada evangélica no Brasil. Contudo, por vezes, a inserção das narrativas dogmáticas pode se dar de maneira dissimulada, mas não menos perigosa.

CAPÍTULO 3: Extrema direita no Brasil e as novas agendas como produto capitalista para manutenção do sistema e a reprodução subordinada à hegemonia estadunidense

Como visto, as subjetividades são manipuladas em uma sociedade que visa corresponder a um modo de vida estabelecido por um sistema econômico e político de divisão de classes e desigualdade social intencionalmente provocadas pela hegemonia, apesar da crise.

Este capítulo propõe que os movimentos digitais analisados — evangelismo digital, *tradwives* e *alt-right* — geralmente abordados de maneira individual pela literatura, são sintomas convergentes de um mesmo projeto de extrema direita transnacional, sob hegemonia estadunidense.

Como concluído por Mudde (2022), a quarta onda da extrema direita mundial se distingue das anteriores, entre outros aspectos, pela intervenção da internet e, principalmente, das mídias sociais. Nesse capítulo, a pesquisa analisa mobilizações sociais de grupos heterogêneos por meio da organização de mídias digitais que reforçam as subjetividades e estéticas alinhadas ao discurso conservador, alinhado à extrema direita capitalista.

Segundo Byung-Chul Han (2022), vivemos hoje um regime de informação nas redes em que o algoritmo molda coletivamente os sujeitos e os conduz a uma despolitização por um processo que gera a percepção de liberdade, enquanto aqueles são, em verdade, vigiados a todo tempo. Essa percepção equivocada de liberdade, afirma Byung-Chul Han, é justamente o que assegura a efetividade da dominação. A escalada exponencial do uso das redes e as conexões que dela derivam tornam o regime de informação mais e mais eficaz, cuja dinâmica é descrita da seguinte maneira:

Chamamos regime de informação a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e político. (...) O regime de informação está acoplado

ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo da vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em animais de consumo e dados (Han, 2022, p. 7).

A representação do fascismo como ocorre nessa quarta onda da extrema direita (do pós-fascismo, precisamente), não se limita a um conjunto de elementos reacionários que identificam um grupo social por uma (ir)racionalidade política em consenso, mas é, indispensavelmente, a mobilização das massas resultante daquela.

A persuasão psicopolítica pode se dar de maneira explícita e implícita, no que é dito ou não dito. Além do discurso falado, a criação de um imaginário coletivo valorativo que corresponda ao prognóstico do fascismo é elementar. Han diz que os influenciadores digitais “são adorados como modelos. Tudo assume, desse modo, uma dimensão religiosa”, em que “mídias sociais se assemelham a uma igreja: like é amém. Compartilhar é comunicação. Consumo é redenção” (2022, p. 18)

O modo de vida capitalista priva cada vez mais o acesso das massas a diferentes tipos de entretenimento e arte. O que sobra como fonte de subterfúgio da rotina impiedosa de trabalho é o ato de *scrollar* as telas e consumir conteúdos de fácil absorção, rápidos, que não demandam atenção plena, e, a princípio, parecem inofensivos. Dada a facilidade de acesso, esses conteúdos penetram o cotidiano a cada tempo: na ida ao trabalho, no intervalo intrajornada, no horário de almoço, antes de dormir e em qualquer fração de tempo que reste em cada 24 horas. Nas telas, vídeos de 30 segundos ou um minuto já cumprem a transmissão da mensagem, pois tudo neles é veiculado a um propósito: discurso, estéticas e ideologia.

Apesar da desigualdade social, o advento da internet facilita o consumo dos outros aparatos da indústria cultural tradicional (Adorno, 2024) pelas mais diversas classes, ao incutir novos formatos e padrões de consumo de conteúdos – que por sua vez são cada vez mais produzidos por interlocutores comuns, ou seja, que não são necessariamente veiculados por famosos, artistas, atores etc. já consolidados na indústria.

Para além das necessidades fisiológicas, como se alimentar e dormir, Fromm diz que “a necessidade de se relacionar com o mundo exterior a si mesmo, a necessidade de evitar a solidão” é igualmente essencial à vida humana. A solidão moral, para Fromm, é tão cruel quanto a solidão física. Em espaços digitais, o indivíduo pode encontrar este senso de coletividade à qual Fromm atribui valor inestimável, ao “relacionar-se com ideias, valores ou, pelo menos, padrões sociais que lhe dão um sentimento de comunhão e de pertença” - que independem do relacionamento físico - como meio de evitar o isolamento moral (Fromm, 2023[1941], p. 25).

A coletividade das subjetividades por meio da arte e entretenimento não está mais distante, como poderia ser no início da indústria cultural. Não obstante ainda parte dela ser restritas à sociedade elitizada (museus, concertos etc.), a massificação da cultura está cada vez mais atrelada ao cotidiano, calcada pelas mídias sociais, que agem como facilitadoras da construção de consensos, aderência ao discurso capitalista e naturalização das relações de exploração. Em grande medida, a repercussão massiva dos temas está associada às tendências de conteúdo (as *trends*), que podem ser reproduzidas por *hashtags*, desafios, *memes* ou vídeos que ganham popularidade em determinado período e geram engajamento entre os usuários.

Esse entretenimento passivo, exponenciado por redes como *Instagram* e *TikTok*, reproduz padrões de consumo sem propor qualquer pensamento crítico e freiam a emancipação dos sujeitos, atenuado pela escassez da educação básica em países do Sul Global, como o Brasil, e das religiosidades que atrofiam o raciocínio questionador ao proporem obediência absoluta, consolo e conforto nas explicações espirituais e transcendentais para problemas reais e das condições materiais da vida humana no capitalismo.

A despeito da religião produzir sujeitos atomizados politicamente quando associados a um contexto de déficit educacional, não se desconsidera que religiosos alcancem um nível intelectual e escolar significativo, mas sim que esses indivíduos geralmente pertencem a uma elite cultural, intelectual e econômica desigual na sociedade. Dessa forma, a religião como dogma de obediência e subserviência tende a conformar as grandes massas, atingindo sobretudo as classes mais baixas e mais sucateadas por um sistema econômico que as negligência. Elas precisam de apoio e encontram isso nas igrejas que, em contrapartida, quando frequentemente subvertidas por figuras messiânicas e espetaculares, tornam-nas facilmente manipuladas e doutrinadas.

De todo modo, as orientações valorativas produzidas ao longo de 2 milênios pela Igreja Católica enquanto proeminente instituição do Estado ocasionou a internalização da ética e moral cristã tão profundamente a ponto de conformar o sujeito a ela submetido, que passa a incorporá-las de modo quase instintivo, segundo Jessé Souza:

O trabalho cotidiano e milenar da instituição mais importante do Ocidente, a igreja Católica, passou a ser o exemplo e o modelo de todas as instituições – inclusive do Estado moderno. Isso explica a força da perspectiva cristã hoje em dia. O resultado de 2 mil anos de pregação e trabalho cotidiano é o que explica a incorporação, ou seja, o “tornar-se corpo”, o reflexo automático e não mais refletido, de uma certa forma de avaliar moralmente o mundo em todas as dimensões da vida (Souza, 2022, p. 23 e 24).

Mudde (2022) acredita que as redes sociais são interdependentes das mídias tradicionais, como jornais e rádios, principalmente, de modo que as redes sociais se tornam

uma extensão das mídias tradicionais, que se ramificam na internet e alcançam diferentes grupos e operações (subculturas, *trends*, movimentos, organizações de pensamento). Nos Estados Unidos, a Fox News alimentou o teor de direita em programas de rádio e mídias sociais, “enquanto um *pot-pourri* de movimentos antes isolados – nacionalistas, brancos, libertarianos, contrários ao governo e fascistas – conectava-se pela internet” (Brown, 2019, p. 13).

Para Mudde:

A quarta onda caracteriza-se pela consolidação e normalização da extrema direita, o que se mostra particularmente nítido na mídia. Mais e mais veículos tradicionais não apenas promovem a agenda política da direita radical, mas também se mostram muito mais abertos em seu apoio a políticos e partidos de extrema direita. Para todos os efeitos, o tabloide britânico Daily Express foi o jornal oficial do UKIP entre 2003 e 2018, enquanto a rede televisiva Fox News tem operado como uma espécie de animadora de torcida de Donald Trump desde que ele ascendeu ao poder em janeiro de 2017. Mas mesmo os veículos de alta qualidade têm mudado de forma significativa, normalizando políticos islamofóbicos e de direita populista radical ao contratá-los como colunistas e eventuais autores de editoriais, e melhorando suas imagens por meio de artigos favoráveis ou entrevistas amigáveis (Mudde, 2022, p. 123).

Mesmo com as limitações financeiras de conexão à internet, tornou-se mais cômodo consumir o conteúdo que está a palma de nossas mãos ou a nossa frente do que ir a um concerto, show, peça de teatro ou museu, geralmente restritos aos grandes centros urbanos e às elites, por meio da manipulação do inconsciente, dos medos e ansiedades a partir de conteúdos afetivos que fragmentam a individualidade e propõem o domínio do pensamento.

Diferentemente de manifestações políticas pós-fascistas coordenadas pela violência e coação física, conforme se observa na invasão ao Capitólio nos Estados Unidos e no ataque à Praça de Três Poderes, no Brasil, os vídeos que enaltecem as igrejas modernizadas e aqueles produzidos pelo movimento das *tradwives* não reproduzem comportamentos violentos ou agressivos. Ao contrário, naturalizam relações de poder e hierarquias entre gênero contados de maneira sublime e descontraída, em realidades fragmentadas que contribuem para as condições da reprodução da exploração capitalista.

Mas o fato de a manipulação e mobilização das massas não possuir como fio condutor a violência e coação física não os tornam menos eficazes. Inclusive para Han (2022) a manipulação é até mais eficiente porque travestida de uma suposta liberdade; assim, a influência sobre o comportamento das massas pelo algoritmo desenvolve uma ordem psicopolítica invisível preconcebida frente a um conteúdo estético bem-produzido, que soa inofensivo e opera nas subjetividades.

A potencialidade dessas orientações valorativas ganha corpo a partir da coexistência de movimentos heterogêneos aliados a um propósito simultaneamente, como a *alt-right*, que

impacta os homens, as *tradwives*, que seduzem as mulheres em idade adulta, e a estetização/modernização das igrejas que conquista os jovens, todos articuladores das forças sociais guinadas ao neoconservadorismo que dá azo à extrema direita.

Assim, as redes sociais são ferramentas de distração e reprodução ideológica, que incorporam os sentidos da mídia tradicional e viabilizam a radicalização do discurso político atual tensionado à direita.

Tomado esse sentido, os dogmas cristãos, a educação tradicional e a burocracia do Estado de Direito (ou os Aparelhos Ideológicos de Estado, de Althusser (1980) impõem como ordem à sociedade a obediência, seja ela física, moral ou associadas.

Mesmo com a alteração da sociedade disciplinar, de Foucault, à sociedade do cansaço, de Byung-Chul Han, a evolução do controle social no capitalismo tardio permanece calcada a um propósito: a reconfiguração dos mecanismos de exploração adaptados às transformações da sociedade. A necessidade de produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis (Foucault) permanece, mas a força motriz, isto é, as formas de controle, agora não mais são exercidas estritamente pelas instituições (escolas, prisões, fábricas), mas também pelo poder de autoexploração e culto à produtividade, alimentados pelas narrativas de *coaches* e movimento das *tradwives*¹¹:

O capitalismo da informação se apropria das técnicas de poder neoliberais. Em oposição às técnicas do poder do regime disciplinar, não trabalham com coação e interdições, mas com estímulos positivos. Exploram a liberdade, em vez de a reprimir. Conduzem nossa vontade a âmbitos inconscientes, em vez de romper com ela com violência. O poder disciplinar repressivo dá lugar a um poder smart, que não dá ordens, mas sussurra, que não comanda, mas que nudge, quer dizer, que dá um toque com meios sutis para controlar o comportamento (Byung-Chul Han, 2022, p. 17).

Este último movimento, conforme abordado na sequência, não só alimenta um estilo de vida inviável à maioria da população, já que elitizado, e que busca simbolicamente romper com a modernidade, mas também apresenta o desejo pelo resgate dos costumes tradicionais, dos papéis de gênero, da rejeição ao novo e um estilo de configuração familiar bíblico, de submissão da mulher e de conformação do capitalismo, em uma sociedade de classes em que a elite busca “expandir suas formas de encapsulamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que expandem suas fontes de extração de mais-valor” (Fontes, 2010, p. 11).

A construção de uma sociedade historicamente formulada para obedecer sem questionar mitiga as veias da emancipação política, do questionamento, da reflexão, do pensamento crítico

11 Byung-Chul Han explica que “o sujeito submisso do regime de informação não é nem dócil, nem obediente. Ao contrário, põe-se livre, autêntico e criativo. Produz-se e se performa” (2022, p. 9).

e do debate. É uma sociedade disciplinada, acrítica, e, por isso mesmo, subserviente. Esse capítulo aborda a modulação da sociabilidade capitalista operacionalizada pelos algoritmos nas redes sociais.

Os vídeos que sintetizam o cerne da pesquisa e embasam as conclusões aqui lançadas estão listados na tabela do Anexo I e transcritos no Anexo II. Alguns vídeos não possuem conteúdo falado (como os vídeos 2 e 3), mas são igualmente relevantes para a proposta delineada: os recursos extradiscursivos e as simbologias associadas.

É importante esclarecer que a pesquisa não pretende demonstrar a existência de um processo de mimetização entre os dois países, entendido como reprodução literal de padrões comportamentais ou de conteúdos audiovisuais por perfis brasileiros e estadunidenses. Não se verifica correspondência direta entre os materiais analisados. O escopo investigativo limita-se à identificação de convergências discursivas, estéticas e morais, compreendidas como indícios de circulação transnacional de repertórios simbólicos e enquadramentos ideológicos.

3.1. A religião como produto: modernização das igrejas evangélicas e *tradwives*

A construção e difusão de agendas não se restringem ao escopo econômico; envolvem também a promoção de valores, comportamentos e formas de organização social compatíveis com a racionalidade capitalista. A religião, nesse contexto, assume papel determinante na sociabilidade capitalista.

Segundo Pini (2023), uma evolução importante da base neopentecostal reformulada a partir do final do século XX é a preocupação com a vida terrena, abandonando a primeira fase do neopentecostalismo voltado excessivamente para a salvação pós vida. Com o neopentecostalismo revigorado, solidificou-se a doutrina cristã disruptiva à ideia de recompensa apenas na vida após a morte, de modo a estimular o enriquecimento em vida.

Assim, não há mais a necessidade da renúncia, principalmente material. Pelo contrário, há um incentivo na perspectiva da Teologia da Prosperidade a serviço do lucro que endossa cada vez mais o discurso capitalista e reforça métricas extremamente contestáveis no que diz respeito ao mérito das conquistas – ora regida pelo discurso meritocrático baseado no esforço, ora pelo discurso da dádiva.

A Teologia da Prosperidade é compreendida como uma doutrina religiosa de interpretação das passagens bíblicas que atribuem o sucesso material e o dinheiro à ação de Deus na vida do indivíduo (Mendes, 2018), ideia essa disseminada pelo movimento neopentecostal estadunidense no século XX posteriormente introduzida no Brasil, calcada no

fetichismo material de ascensão econômica e fruição dos bens ainda em vida; ou seja, enriquecer não só passa a permitido, como veementemente incentivado.

Nessa nova conjuntura, além da Teologia da Prosperidade, destaca-se também a Teologia do Domínio, em que se consagra a práxis humana sob uma perspectiva religiosa, meritocrática e de ascensão econômica como bênção, cuja base epistemológica pode ser atribuída à Weber na perspectiva do “espírito capitalista”:

Um dos fundamentos basilares da doutrina neopentecostal são a teologia da prosperidade (TP) e a teologia da dominação (TD). A TP doutrina prega que a obtenção de lucro e riquezas materiais não deve ser vista como um problema moral (como postula o cristianismo clássico) e sim como algo desejável e valorável, sendo o sucesso material e o dinheiro reconhecidos como reflexos da ação de Deus na vida do ser humano (Mendes 2018). Conforme Menezes (2021, p.7), essa doutrina evangélica prega que “males como problemas financeiros ou de saúde são atribuídos à falta de fé e fruto do pecado, e em ambos os cenários a demonstração de fé está atrelada a doações financeiras para a Igreja” (Pini, 2023, p. 4).

Atualmente no Brasil, há uma mistura entre os preceitos religiosos que representam novos movimentos, incorporados dos Estados Unidos. Assim, igrejas como PIB, classificadas como presbiterianas, e Lagoinha (igreja evangélica batista pentecostal), compartilham características fundamentais do neopentecostalismo, como a figura de um líder religioso imponente, teologia do domínio e prosperidade e organização empresarial das instituições religiosas.

É como se houvesse uma hibridização das religiões cristãs, principalmente evangélicas, no Brasil, ora em culto às tradições, ora se modernizando esteticamente para angariar jovens, mas sempre a serviço do capital: ou elas pregam a ascensão econômica por meio da acumulação, que também se reverbera em privilégio financeiro à igreja, como por doações, dízimos etc., ou elas pregam uma renúncia material que deve retornar financeiramente para a igreja (de modo direto, explícito).

Exemplo dessa última prática é extraída do livro do líder religioso fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, Romildo Ribeiro Soares (1985), popularmente chamado de R. R. Soares, uma das principais igrejas neopentecostais do Brasil, em que se nota uma espécie remontada da dialética de acumulação por expropriação ao estilo neoliberal:

O negócio que Deus nos propõe é simples e muito fácil: damos a Ele, por intermédio da sua Igreja, dez por cento do que ganhamos e, em troca, recebemos d’Ele bênçãos sem medida. [...] Quando damos as nossas ofertas para a obra de Deus, estamos nos associando a Ele em seus propósitos. É maravilhoso saber que Deus deseja ser nosso sócio e que podemos ser sócios de Deus em sua missão de salvar o mundo. Ser sócios de Deus, significa que nossas vidas, nossas forças, nossos dons e nosso dinheiro, passam a pertencer a Deus, enquanto que suas dádivas, como a paz, alegria, felicidade e prosperidade passam a nos pertencer. (Soares, 1985, p. 63)

A Teologia do Domínio ou dominionismo, por sua vez, fica evidente no discurso de Silas Malafaia, um dos principais líderes religiosos da igreja neopentecostal do Brasil, famoso pelos cultos presididos na Assembleia de Deus e transmitidos em canais de televisão de grande alcance. Malafaia, que já chegou a apoiar Lula na primeira campanha presidencial, em 2002, é hoje opositor contumaz do Partido dos Trabalhadores e foi um dos principais apoiadores públicos de Bolsonaro. Malafaia demonstra na prática como a Teologia do Domínio ecoa em seus cultos, quando pede aos fiéis que fiquem de pé e proclama:

eu quero ser profeta. A minha oração é que eu seja pastor de uma geração que vai mudar a história. Uma geração que vai fazer a diferença na educação, no entretenimento, na cultura, nas ciências, nas artes, no empresariado, no comércio, no executivo; no legislativo, no judiciário (Costa, 2025, s.p).

Em seu livro *Poder Suave*, Frantjesco Ballerini (2017, p. 13) descreveu a fé como uma das formas de exercício do “poder suave” (*soft power*, em inglês), ao dizer que “a fé, assim como futebol, a ciência, a língua e, finalmente, a cultura, constitui exemplo de poder que seduz – sendo, portanto, o mais eficiente em manipular uma multidão sem precisar aplicar força bruta.” Essa concepção deriva da teoria de “hegemonia dirigente”, proeminente no domínio de cultura e ideias exercido hierarquicamente por uma nação em detrimento das demais, formulada pelo filósofo Antonio Gramsci (1971).

Se antes o processo de influência cultural, econômica, política e comportamental dos Estados Unidos sobre o Brasil era, majoritariamente, massificado pela produção de filmes e rádio, hoje as modulações do comportamento definidas pelos interesses da classe dominante foram incorporadas também pela internet, notadamente pelas redes sociais.

A organização de mídias de extrema direita é descrita por Mudde como uma das características da quarta onda da ultradireita não incorporada às ondas anteriores, justamente em razão dos dois principais fatores que contribuíram para a inclusão deste componente: “(1) a emergência das redes sociais; e (2) o sucesso e a consolidação da direita populista radical” (Mudde, 2022, p. 69).

Nos Estados Unidos, aponta Lacerda (2019), para além do alinhamento com a pauta anticomunista, o crescimento da participação política dos evangélicos teve como conduto o avanço do feminismo e dos direitos dos homossexuais (Lacerda, 2019, p. 30). Esse subcapítulo mostra que as articulações que reforçaram o engajamento político dos evangélicos permanece latente, tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

Em análise sobre a intersecção entre os perfis em redes sociais com maiores alcances no Brasil, o relatório *Extrema direita no Brasil (2024)* evidencia a relevância dos perfis que possuem algum apelo religioso:

Dentre os 10 políticos com maior alcance, temos sete autodeclarados evangélicos e uma católica. Dos 10 políticos, duas são mulheres, Michelle Bolsonaro e Carla Zambelli. (...) No que diz respeito aos homens e mulheres com maior alcance (ou seja, com maior oportunidade de penetração dado serem os com maior número de seguidores), não há surpresas em relação aos demais gráficos: nos dois grupos os religiosos são maioria. No grupo das mulheres, todas aquelas com maior alcance são cristãs e fazem desse seu capital social e/ou político (*Extrema direita no Brasil, 2024*, p. 13)

Com base nos dados disponibilizados pela Câmara Legislativa em 2023, dos 513 deputados que compõem a Câmara dos Deputados, 241 fazem parte da Frente Parlamentar Evangélica. No Senado Federal, o número é de 26 participantes do total de 81 senadores eleitos.

A formação de uma chapa, no Brasil, que se autodenomina religiosa, representa além do que ser religioso no seu âmbito particular; calcifica uma perspectiva religiosa nos rumos da sociedade em que, *a priori*, escolhas pessoais não deveriam influir, sobretudo em países laicos como o Brasil e Estados Unidos.

Por óbvio, o fortalecimento da bancada evangélica reflete nas decisões políticas do país, que passam a ser enviesadas pela vertente religiosa e acabam impactando na política e naturalmente nas relações econômicas e sociais.

Nesse sentido, as questões relativas à sexualidade e família tradicional são internalizadas por este neoconservadorismo contemporâneo, veiculadas também nos movimentos sociais adaptados às redes sociais:

Sara Diamond (2009, p. 165) assume a visão de Rosalind Petchesky (1981, p. 207), segundo a qual o que há de novo na nova direita estadunidense é “o foco nas questões sexuais e reprodutivas”. As questões sexuais, reprodutivas e sobre a família são, segundo as autoras, o cerne do programa político da coalização neoconservadora, e o que a diferencia (Lacerda, 2019, p. 28).

Essa pesquisa incorpora o que Lacerda propõe como neoconservadorismo - “ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristão” - (Lacerda, 2019, p. 29), adicionando o capitalismo como balizador destas dinâmicas sociais que passaram a ser reproduzidas nas redes sociais.

À vista da organização de mídias operar como importante segmento da perpetuação da extrema direita mundial, busca-se compreender como esses grupos (heterogêneos, como se

verá) materializam novas agendas de reprodução da ultradireita essencialmente conservadora na lógica de reprodução do capitalismo.

Segundo pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (ISER, 2024), com base nos dados do Censo, aproximadamente um em cada quatro brasileiros se declara evangélicos, consolidando um crescimento que se intensificou nas últimas quatro décadas, ainda que em ritmo menor desde 2010 (ISER, 2024). Esse contingente expressivo representa uma fração de eleitores que assume importante instrumento de conversão de votos.

Ao considerar o advento da internet e o fator religioso como característica crucial de domínio e mobilização das massas, essa primeira seção analisa duas estratégias de cooptação pela extrema direita acerca da orientação comportamental que reitera a percepção capitalista na atualidade: por um lado, a modernização das religiões, dos líderes religiosos e das próprias estruturas físicas da igreja; e, por outro, um culto às tradições em agendas que resgatam simbolismos estéticos dos papéis bíblicos atribuídos a homens e mulheres, representados por movimentos nas redes sociais como as tradwives, nos Estados Unidos, ou esposas tradicionais, no Brasil.

As pesquisas acadêmicas e científicas que relacionam o capitalismo às instituições religiosas frequentemente têm por objeto de estudo igrejas renomadas nacional e internacionalmente, reconhecidamente acompanhadas por legiões extensas de fiéis. Claro, essas igrejas - como são as evangélicas Assembleia de Deus¹², maior representante do pentecostalismo do mundo, a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja Batista no Brasil, e outras de desempenho expressivo semelhante, mas de origem católica, como o movimento da Renovação Carismática - são irrefutavelmente fontes inesgotáveis de reprodução do capitalismo em sua estrutura - porque passaram a movimentar a economia - e superestrutura, ao fornecer disposições subjetivas favoráveis à racionalidade capitalista.

Essas igrejas - com destaque à Assembleia de Deus - possuem em sua particularidade a afeição ao mundo periférico. Netto afirma que a Assembleia de Deus, é “parte importante de um esforço internacional de evangelização e missionarismo empreendido por inúmeras organizações religiosas, sobretudo em países pobres e/ou rebeldes” (2025, p. 164).

¹² A Assembleia de Deus se originou em Los Angeles, nos Estados Unidos, em 1906. Foi introduzida no Brasil pelos missionários suecos Adolf Gunnar Vingren e Daniel Berg, que viviam nos Estados Unidos. Poucos anos depois (1911), os missionários e os batistas brasileiros firmaram uma nova aliança, a “Missão de Fé Apostólica”, que fundou o pentecostalismo assembleiano posteriormente denominado de “Igreja Assembleia de Deus” (Correa, 2009, p. 930).

Mas foi a partir do neopentecostalismo que instituições religiosas como Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus, fertilizaram o terreno para a Teologia da Prosperidade, que assim como as igrejas pentecostais, estavam localizadas cuidadosamente próximas às áreas periféricas.

Observa-se, assim, um deslocamento relevante nas formas contemporâneas dessa religiosidade orientada pela Teologia da Prosperidade. Se o pentecostalismo clássico e o neopentecostalismo se expandiram prioritariamente entre camadas populares, surgem atualmente instituições e influenciadores religiosos - Reino Church, Igreja United, Paz Church, Igreja We are Reino e Lagoinha, no Brasil, e Hillsong, Lakewood Church e Bethel Church, nos Estados Unidos - voltados às classes médias e altas, bem como aos setores economicamente privilegiados.

Dessa vez, ao contrário das instalações em religiões precárias e remotas, o público-alvo torna-se trabalhadores dos setores de alto impacto econômico. A promessa deixa de ser a saída da pobreza e passa a assumir a forma de maximização da performance econômica, ou seja, elevar os ganhos financeiros e proporcionar uma vida material abundante, com o aval moral da igreja e de deus.

Para ser convincente, a igreja precisa adotar novo estilo visual e comunicacional. Os vídeos avaliados (Tabela 1) denotam que não apenas houve modernização das estruturas físicas das igrejas, mas incorporação de elementos, incluindo neologismos, simbologias e estéticas atreladas a um modo de vida exuberante, que precisa ser compatível ou ao menos fascinante aos potenciais seguidores.

Em tempos de massificação da utilização das redes sociais, nota-se um movimento crescente de aparição de novas igrejas em um projeto deliberado para prospecção de jovens, entre 15 e 18 anos, em que se destacam líderes religiosos trajados de roupas modernas e de grife, linguagem acessível, utilização de jargões e estrangeirismo, arquitetura contemporânea, paredes pretas ou grafitadas, e a criação de conteúdo digital em plataformas massivamente utilizada por jovens, como *Instagram* e *Tiktok* (Letoliveiraoficial, 2024; Maricoalho2, 2025; Ita_yamato, 2025; Wearereino, 2024).

Nessa nova roupagem, a intenção é afastar a concepção tradicional dos templos religiosos, principalmente dos evangélicos, para criar uma atmosfera que aproxima os jovens em idade de início de participação eleitoral, mantendo, contudo, os dogmas, costumes tradicionalistas e a moralização da sociedade.

Pioneira na modernização das aparências, a igreja Hillsong, embora originária de Sydney, na Austrália, ganhou atenção nos Estados Unidos, principalmente quando celebridades

como Justin Bieber e jogadores da NBA, como Kevin Durant e Kyrie Irving, passaram a frequentar os cultos e a darem voz e rosto aos “novos evangélicos” da geração.

Os cultos promovidos por essas novas igrejas evangélicas - como Reino Church, Igreja United, Paz Church, Igreja We are Reino e Lagoinha - aproximam-se esteticamente de shows musicais. O ambiente é marcado por som alto, iluminação cenográfica, paredes escuras e um palco suntuoso, compondo uma atmosfera de espetáculo que transmite simultaneamente excesso e luxo.

Nos vídeos analisados na Tabela 1¹³, palavras em português, como igreja ou louvor, são referenciadas como *church* (igreja) e *worship* (estilo musical de adoração). Para além do empréstimo linguístico, que revela um esforço de associação à cultura estadunidense, a estética do consumo potencializa o apelo do conteúdo produzido. No sétimo vídeo analisado (ver Tabela 1), publicado pelo usuário @letoliveiraoficial, ao apresentar a estrutura do templo, afirma-se que não foi possível “mostrar indo pra (área) kids, que tem um túnel que parece que você tá entrando na Disney” (Letoliveiraoficial, 2024; Maricoalho2, 2025; Ita_yamato, 2025; Wearereino, 2024).

Algumas igrejas possuem até mesmo eventos pagos, com ingressos para área VIP e camarote, que podem ser adquiridos pelo site da instituição. É o caso da Igreja Lagoinha – que também possui sede em Orlando, nos Estados Unidos. No oitavo vídeo analisado, publicado pelo usuário @maricoalho2 (ver Tabela I), observa-se uma infraestrutura que se aproxima mais de um clube privado de alta renda do que de um templo religioso: há área de jogos com pingue-pongue, pebolim e basquete, além de sala de massagem e drenagem, e espaços destinados à maquiagem e ao cuidado com o cabelo (Maricoalho2, 2025).

Há um esforço de aproximação dessas igrejas - que têm estéticas importadas dos Estados Unidos – entre os mais jovens, nas quais, agora, a Teologia da Prosperidade - também advinda dos Estados Unidos - é reorientada pela máxima do lucro, que reflete nos comportamentos observados nos vídeos e nessa repaginação da igreja evangélica, que conta com estruturas luxuosas. O esforço de modernização é necessário para estabelecer uma relação cultural que atraia esses jovens, que geralmente estão em início da vida eleitora.

Mesmo sem assumir um caráter político propriamente - se não o objeto deste estudo se perderia, inclusive - há um esforço organizacional notável de que jovens eleitores sejam aproximados de dogmas religiosos que operam em conformidade ao capitalismo. A Teologia

¹³ Vídeos publicados na plataforma TikTok pelos perfis @letoliveiraoficial (26 fev. 2024), @maricoalho2 (04 mar. 2025), @wearereino (13 dez. 2022; 06 fev. 2024; 14 ago. 2024) e @ita_yamamoto (10 mar. 2025), analisados para a pesquisa em 23 fev. 2025. Os links e dados completos encontram-se no Anexo I.

da Prosperidade não é uma proposição doutrinária recitada expressamente nos vídeos; é, na realidade, a infraestrutura material e estética dos vídeos. Quando o vídeo 8 (Lagoinha Alphaville) mostra área VIP, sala de massagem, drenagem de pernas, mesa de pingue-pongue, sala de maquiagem, almoço servido, isso é teologia da prosperidade encarnada — não como pregação, mas como ambiente. Quando o vídeo 9 (We Are Reino) mostra parede preta, café com nome no copo, energético, dançarinos do TikTok, isso é a estética importada das megachurches americanas (Hillsong, Bethel, Lakewood) operando no terreno simbólico, não no doutrinário.

Dentre as características que remodelam o fascismo na atualidade (o pós-fascismo), Eco (2018) reflete como o movimento, que se orienta pelo autoritarismo e o machismo, não só sobrevive ao decurso do tempo, mas como também se redefine em “trajes civis”.

Mesmo com a modernização dessas igrejas e dos próprios líderes religiosos (com destaque para a aceitação de adornos anteriormente condenados, como tatuagens, piercings e roupas descoladas) o conservadorismo moralista e a ascensão econômica como retribuição divina permanecem como dogmas difundidos.

Não é coincidência e tampouco forçoso reconhecer a relação estreita entre o expressivo número de seguidores e a autodeclaração religiosa dessas figuras, pois constroem audiências às custas das dogmáticas religiosas, em uma realidade em que as redes sociais se tornaram fonte de lucro a partir da monetização de perfis e publicidades, que serão mais ou menos remuneradas a depender do número de seguidores e alcance do perfil.

Michele Bolsonaro, uma das mulheres brasileiras com o maior número de seguidores na rede social do Instagram, com 6.5 milhões de seguidores, encontra na internet uma fonte de renda bastante lucrativa. Para além da monetização do perfil, passou a fazer publicidades para marcas em um perfil que não coincidentemente se fortalece a partir dos recursos religiosos e intencionalmente polêmicos.

Em uma publicação compartilhada no Instagram em 19 de outubro de 2024, os perfis do Partido Liberal Mulheres e de Michele Bolsonaro reforçam o estigma já endossado pela extrema direita reiteradas vezes ao atribuir a religião, figuras bíblicas e demais simbolismos como pertencentes ao espectro político da direita:

Figura 1 – Imagem compartilhada na rede social Instagram por Michelle Bolsonaro



Fonte: Página de Michelle Bolsonaro no Instagram, 2024.

A imagem compartilhada por Michelle Bolsonaro ratifica aquilo que a extrema direita pretende reproduzir como constatação incontestável: evangélico (e por extensão, os cristãos) vota em candidato de direita. Trata-se de um movimento de cooptação do eleitorado através do apelo religioso e mídias sociais, as quais, por sua vez, são mercantilizadas. É um jogo em que não há espaço para perder: enquanto se populariza o discurso fundamentalista religioso, ganha-se com ele. E mais significativo que o ganho financeiro, é o que se atinge a partir da mobilização das massas exercida através da fé, seja para a manutenção de determinado sistema de organização político-econômico, seja para o domínio do espectro político a que interessa à elite.

Não à toa, a religiosidade tornou-se um segmento relevante no mercado editorial. A exemplo disso, os vídeos postados na internet sobre *lifestyle* feminino compartilham, quase que em sua totalidade, o “devocional”, ou seja, a inserção cotidiana de leituras bíblicas ou de obras

¹⁴Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DBUSm8zx9Ma/>> Acesso em: 20 mar. 2026. A imagem retrata a publicação compartilhada conjuntamente no Instagram pelos perfis do Partido Liberal da Mulher e Michelle Bolsonaro, com os dizeres “Jesus não era de esquerda. Ele nos ensinou a cumprir os seus mandamentos...”

como *Café com Deus Pai*, que alcançou o maior número de vendas no Brasil em 2024, conforme ranking (Publishnews, 2026)¹⁵.

Sobre as temáticas compartilhadas pela extrema direita na quarta onda ao redor do mundo, Mudde (2022) categoriza quatro como sendo as principais: imigração, segurança pública, corrupção e política externa. Precisamente no que dispõe sobre o tópico de segurança pública, Mudde contextualiza sobre a necessidade dos grupos de extrema direita no que diz respeito às “escolas voltarem a ensinar disciplina, respeito e valores tradicionais aos jovens, em especial a importância da família heterossexual” (Mudde, 2022, p. 49).

Nessa esteira, sobre a Teoria Marxista da Dependência, para Máira Machado Bichir (2024), a formação das estruturas sociais dependentes relaciona-se aos processos de dominação, exploração e opressão perpetuadas pelo colonialismo, patriarcado e escravização.

A agenda política identitária da direita se apropria dos conceitos de família, casamento e tradição como propriedades ideológicas e as reivindica quando identificam sinais de subversão das ideias imutáveis que criaram para esses institutos (Brown, 2018; Lacerda, 2019), o que impacta nos comportamentos de massa *on-line*.

Em outra rede social, dessa vez, no *Tiktok*, nos últimos 5 anos (2020), o termo “*tradwife*”, podendo ser traduzido do inglês para “esposa tradicional”, ganhou notoriedade entre mulheres que passaram a compartilhar conteúdos romantizando um estilo de vida que reconduz a mulher ao papel de submissão, sob a perspectiva de socialização do gênero inserido no viés tradicional e religioso.

Estee Williams, Ballerina Farm e Nara Smith são produtoras de conteúdo para as redes sociais. Bem arrumadas, a narrativa dos vídeos é sempre atrelada aos cuidados do lar e da família, à valorização de habilidades manuais e à perpetuação de tradições, desde às vestimentas, às falas e às ações. Estee Williams, por exemplo, opta pelo discurso falado: assume que é uma *tradwife* porque acredita nos papéis de gênero - o homem deve sair para trabalhar e prover para a família, enquanto a mulher permanece em casa cuidando do lar e dos filhos. Ballerina Farm mora em uma fazenda com os oito filhos, os quais cuida sem babá e é responsável pelo ensino doméstico. Apesar das poucas falas em seus conteúdos, Ballerina, que não trabalha fora, está sempre cozinhando, cuidando dos filhos e do lar. Enquanto veste roupas simples e camponesas, todo seu arquétipo confere uma atmosfera de fertilidade e docilidade. Em contexto mais luxuoso, Nara Smith um dia acorda doente, mas seu marido e filhos querem *cinamonn roll* – então, é claro, ela vai fazê-los, enquanto exhibe sua aparência de modelo e cita

¹⁵ <https://mobile.publishnews.com.br/ranking/anual>

a receita em um tom de voz baixo e sereno (Naraazizasmith, 2024; Esteecwilliams, 2022; BallerinaFarm, 2024).

Nos vídeos¹⁶ viralizados mundialmente, as mulheres exaltam suas funções enquanto “donas de casa”, trajadas com roupas modestas, em um movimento social que resgata a condição da mulher subserviente que possui a identidade voltada – e quase limitada – ao lar, reconduzindo à uma estética do século passado, em um período marcado pela repressão do gênero feminino enquanto ser político inativo. O tom de voz é baixo, os trejeitos são dóceis, as roupas são modestas e a performance é domesticada, disciplinada e coreografada, enquanto atende-se aos desejos dos filhos e do marido e mantém-se a casa organizada como se fosse praticamente inabitada (Naraazizasmith, 2024; Esteecwilliams, 2022; BallerinaFarm, 2024).

A estética reforçada pelo estereótipo das esposas tradicionais atende aos interesses pautados nos papéis bíblicos destinados aos sexos biologicamente definidos entre feminino e masculino. Nesse sentido, o controle do corpo feminino permanece vinculado aos interesses da extrema direita, resistentes aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como a exemplo, desincentivando o uso de métodos contraceptivos e o direito ao aborto, em que se reforça a lógica de reprodução humana dentro da concepção do casamento tradicional contra à “depravação da esquerda” e valorização da configuração heteronormativa da família (Federici, 2025; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Butler, 2024; Lacerda, 2019).

No Brasil e no mundo, nos anos 1900, mulheres que abdicavam do casamento, da maternidade e do conforto financeiro, ou seja, que afrontavam às normas sociais previstas, eram um prenúncio ao diagnóstico de loucura feminina e à internação compulsória. Na história dos manicômios, o processo de cura de homens e mulheres atravessou questões ligadas aos papéis de gênero. Enquanto os homens tinham acesso às atividades ao ar livre – exercício que comprovadamente contribuía para evolução do quadro -, às mulheres cabia desempenhar, dentro do espaço terapêutico, o trabalho doméstico (Cunha, 1986).

Os movimentos sociais que resgatam a condição da mulher subserviente reconduzem à uma estética dos anos 50, em um período marcado pela repressão do gênero feminino enquanto ser político à margem; é a romantização de um estilo de vida elitista que retrocede a mulher ao papel de submissão tradicionalista na perspectiva religiosa e endossa o estereótipo de feminilidade docilizada e masculinidade viril (Pereira; Abrão, 2024). Se para o papel político são aspiradas características de hiper masculinização, vide Donald Trump e Jair

¹⁶ Vídeos publicados na plataforma TikTok pelos perfis @esteecwilliams (08 set. 2022), @ballerinafarm (04 fev. 2023; 13 ago. 2025) e @naraazizasmith (25 dez. 2024; 23 nov. 2025), com conteúdo relacionado ao movimento *tradwife*. Links e dados completos disponíveis no Anexo I

Bolsonaro, para as mulheres, as agendas aspiram o ideal de feminilidade, domesticidade e disciplina subserviente (Costa, 2025). Esses elementos reforçam o papel de gênero a partir de concepções bíblicas de ordem patriarcal sobre a expectativa social da mulher e, por extensão, do homem, que não se vê livre das amarras do gênero que o obrigam a assumir a posição de provedor, protetor, chefe da família etc.

Nessa lógica veiculada pelo *lifestyle* dessas *influencers*, a perpetuação da sociedade patriarcal interessa ao sistema capitalista na medida em que o trabalho invisível da mulher contribui para que o homem possa livremente exercer seu papel de destaque no mercado de trabalho. A exemplo disso, nessa hierarquia de gênero, o homem se desnuda das preocupações cotidianas inerentes à subsistência: são alimentados por suas esposas, dispõem de um ambiente limpo e salubre sem que necessariamente se esforcem para isso, além da organização com os filhos recair, majoritariamente, sobre a mães.

E com a inclusão no mercado de trabalho, essas mulheres passam a experimentar múltiplas jornadas de trabalho, em que frequentemente seguem reproduzindo os cuidados do lar sob uma pressão social, isto é, o trabalho doméstico não remunerado. O impacto dessa cultura patriarcal é a perda gradual da liberdade feminina, que passa a ser explorada não apenas no mercado de trabalho, mas também no casamento:

(...) o trabalho doméstico, por exemplo, em que predomina um gênero, não é remunerado, e sua versão de mercado lamentavelmente sub-remunerada (cuidado infantil, limpeza doméstica, cuidado domiciliar de saúde, trabalho na cozinha) é executada de modo desproporcional por não brancos e imigrantes (Brown, 2019, p. 24).

Através dessa ordem sistêmica, as mulheres estão mais cansadas e têm menos tempo para se especializarem e se dedicarem às suas carreiras profissionais, de modo que o sistema capitalista permanece se retroalimentando da força de trabalho mais desvalorizada das minorias da qual ele necessariamente carece para o seu pleno funcionamento; segundo Harvey, “alguns segmentos da população são considerados mais descartáveis do que outros, assim mulheres e negros arcam com a maior parte do fardo e provavelmente arcarão ainda mais num futuro próximo” (Harvey, 2017, p. 109).

Por outro lado, a emancipação feminina e de outras minorias é vista como um rompante com os ideais tradicionalistas da extrema direita, que enfrenta essa ascensão social como um ataque ao modelo de configuração familiar tradicionalmente defendida pela direita (Brown, 2018). Assim, assume mais uma das contradições desse sistema: exige-se que as mulheres atendam aos anseios da reprodução social para manter funcionando as engrenagens do capitalismo, mas evita-se contratá-las porque, dada a sua capacidade reprodutiva, a jornada de

trabalho pode vir a ser interrompida com consultas médicas e licença à maternidade. Surge, então, a possibilidade de barganhar essa força de trabalho por menos do mínimo já previsto socialmente, mantendo-se, é claro, os níveis de lucratividade: a diferença salarial assentada no componente gênero resulta na discriminação da remuneração percebida pelas mulheres nos mercados de trabalho no Brasil, conforme dados oficiais (Brasil; Ministério da Mulher, 2024).

A questão do gênero, por si só, institui uma ramificação de diversos outros elementos de ordem pós-fascista que se multiplicam: no aumento do conservadorismo religioso a partir da construção do gênero pensado pela bíblia cristã, no antifeminismo, no ataque às mulheres negras, na supressão de direitos reprodutivos e no discurso homofóbico (Federeci, 2025; Lacerda, 2019; Butler, 2024; Brown, 2018). Segundo Biroli, Machado e Vaggione (2020), essas rearticulações conservadoras (neoconservadorismo) deriva da reação politizada aos movimentos feministas e LGBTQIA+ na América Latina, que forjou rearranjos estratégicos como forma de potencializar as formas de regulação da sexualidade.

Uma vez que o sistema capitalista é fomentado pela exploração baseada na desigualdade, a divisão de gênero é a engrenagem necessária para a manutenção do sistema - é permitir que o capitalismo permaneça florescendo, reprimindo a liberdade da mulher, de modo que ela permaneça desempenhando o papel do trabalho não remunerado, sem que se abduque, no entanto, da maior expectativa do papel social da mulher: a reprodução humana. O corpo é um instrumento do capital e, com isso, a presunção da capacidade reprodutiva das mulheres é basal para o capitalismo, de tal forma que os direitos sexuais reprodutivos das mulheres são intencionalmente questionados em períodos de crise econômica (Fraser, 2020; Federeci, 2025; Butler, 2024).

Com base nessas premissas, ressalvada às particularidades inerentes ao período histórico do qual sobreveio sua teoria, Friedrich Engels (2019 [1998]) criticou as divisões de gênero perpetuadas no sistema capitalista, precisamente ao problematizar a configuração familiar burguesa e a opressão da mulher na sociedade inglesa ao final do século XIX.

Com a reformulação das teorias feministas marxistas aplicadas à Teoria Marxista da Dependência no contexto latino-americano, Aline Recalcatti de Andrade, com base nos aportes de Marini (2000), aponta “o imperialismo como articulador das relações internacionais, reproduzindo e aumentando as contradições internas relacionadas à gênero” (2024, p. 52), ressaltando, nesse sentido, uma das principais contribuições de Arruzza (2015) ao conceber o patriarcado como base estruturante da lógica capitalista, que subsidia os interesses de manutenção e reprodução social sob essa perspectiva.

Para Engels (2009 [1998]), a submissão do papel da mulher no âmbito familiar e social foi conduzida pela transformação da propriedade comunitária em propriedade privada. Nas sociedades primitivas, onde o homem era responsável pela caça, esse processo se intensificou com a consolidação dos rebanhos como propriedade masculina, reforçando sua posição de domínio e subordinação feminina.

Federeci, embora reconheça que os sistemas patriarcais de exploração preexistiram ao capitalismo, com fundamento nos aportes de Marx, igualmente atribui a consolidação do papel social da mulher para extração e produção de riqueza a partir da crise do feudalismo em que ascendeu o sistema capitalista, período histórico em que “a expulsão dos camponeses, a perda de acesso à terra e a inflação atingiram, sobretudo, as mulheres, especialmente as idosas, privando-as de todas as formas de sustento num contexto de desagregação das relações comunitárias” (2025, p. 34), conjuntura essa que deu corpo à marginalização das mulheres, que passaram a ser chamadas de bruxas - principalmente as pobres, velhas e viúvas -, que dependiam da ajuda de vizinhos e eram acusadas de feitiçaria quando desprezadas.

Com isso, afirma Federeci (2025), teve início não apenas a fase da caça às bruxas, mas também o fomento da maternidade compulsória com o “disciplinamento da sexualidade feminina e da relação das mulheres com a procriação”, na medida em que era necessário “impor às mulheres a maternidade forçada e a castidade obrigatória, pois uma sexualidade feminina não controlada e não exorcizada parecia perigosa enquanto elemento subversor da disciplina do trabalho e das relações de classe” (Federeci, 2025, p. 34 e p. 35).

Federeci (2025, p. 54) conclui que “a operária, muitas vezes prostituta, é uma mulher que deixa de oferecer garantias do ponto de vista da reprodução”; assim, o papel das prostitutas na sociedade capitalista não é apenas moralmente reprovável, dado os altos índices de conservadorismo, mas também financeiramente, porque rompe com a função meramente reprodutiva dos corpos biologicamente femininos.

Tais conclusões permitem constatar que desde os primórdios da sociedade capitalista aos homens foi relegado o papel dentro das ciências, na produção do novo, das guerras e do trabalho remunerado, enquanto o controle dos corpos femininos constituiu um elemento estruturante para o aperfeiçoamento das engrenagens de funcionamento econômico. Todo o processo de desenvolvimento do capitalismo envolveu a disciplina de sujeitos. Às mulheres, envolveu, também, a castração de sua sexualidade como prazer, de modo a condicioná-las a ideia de que o sexo tinha como único objetivo a procriação. Nessa seara, reforça-se a ideia de que a mulher para se divertir é uma e a para se casar é o oposto (bela, recatada e do lar).

Revisitar caça às bruxas permite compreender como as mídias digitais são renovadas a partir da transformação do capital. A reprodução do disciplinamento das mulheres é revigorada com os novos mecanismos que instrumentalizam o capitalismo a partir da violência sistêmica e estrutural em uma nova racionalidade capitalista, que não mais é retratada pela tortura e assassinatos públicos legitimados pelo Estado, mas sim pelas subjetividades que redefinem, reorganizam e reestruturam as relações de poder. Embora essa violência não se manifeste mais prioritariamente pela tortura e pela queima em praças públicas, ela não deixa de produzir mortes — sobretudo de mulheres cis e trans —, operando também na conformação de subjetividades e na reorganização das relações afetivas, sociais e familiares, coma supervalorização da família tradicional, na persistência da violência de gênero e na naturalização da atribuição do trabalho doméstico às mulheres (Pereira; Abrão, 2024; Federeci, 2025; Fraser, 2020; Butler, 2024).

Ainda que esse controle nem sempre estivesse atrelado ao fator religioso, o que se observa na atualidade é a permanência dos mecanismos de opressão da sexualidade feminina e moralização de seus comportamentos, agora revestidos de novas formas e discursos normativos, mas orientados pelo mesmo disciplinamento para a reprodução das relações sociais e produtivas do capitalismo. Nesse aspecto, as *tradwives*, por exemplo, reforçam a disciplina estatal burguesa com a centralidade da maternidade e do trabalho doméstico assalariado, em contramão do pensar a sexualidade feminina apenas como instrumento de prazer (Pereira; Abrão, 2024; Federeci, 2025).

Em decorrência da análise aprofundada da história, tornar-se-ia leviano analisar as relações sociais sem que fosse a partir da divisão de gênero que justamente serve como engrenagem para o capitalismo. É dizer: as relações sociais de opressão das mulheres estão calcadas no modo de vida produtiva da economia capitalista.

Por isso, Andrade estabelece que “as contradições e problemas gerados pelo imperialismo afetam a vida das trabalhadoras pela sua opressão no papel dentro da reprodução social” (2024, p. 10). A liberdade feminina é, portanto, uma ameaça ao capitalismo, o que torna a transgressão dos direitos sociais relativos ao gênero e sexualidade parte do projeto político conservador para manutenção das classes que norteiam o sistema vigente.

Essa dinâmica é propulsora do neoliberalismo contemporâneo, que, segundo Armando Boito Jr, ao final do século XX, já ocupava uma função paradoxal ao beneficiar o mercado em detrimento dos direitos sociais:

O neoliberalismo reativa e faz uso novo, isto é, numa situação histórica nova marcada pelo capitalismo monopolista e pela expansão dos direitos sociais, de figuras fundamentais da velha ideologia econômica burguesa (as virtudes da empresa privada

e do mercado), produzidas no capitalismo concorrencial do século XIX, figuras que nunca deixaram de questionar a legitimidade das reformas do capitalismo no século XX. Numa palavra, trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais. (Boito, 1999, p. 80)

Os movimentos sócio-políticos que abordam discussões e problemáticas sobre as construções de gênero (como a “ideologia de gênero”), são rechaçados por grupos direitistas, que reproduzem “uma forma politicamente importante do anti-intelectualismo, que combate o pensamento como um perigo para a sociedade”, e representam um “solo fértil para a horrenda colaboração entre paixões fascistas e regimes autoritários” (Butler, 2024, p. 33).

Com efeito, nos estudos conduzidos pela transição da Idade Média ao modo de produção capitalista (período de “caça às bruxas”), Federici (2025) parte da premissa de que a sexualidade feminina foi, desde o início, um aparato importante de reprodução do capitalismo; a procriação, enquanto objeto de consolidação do desejo capitalista, e o prazer feminino como impulso primitivo absolutamente reprovável.

Os vídeos¹⁷ produzidos pelas *tradwives*, na maioria das vezes, não adotam um discurso verbalizado político; operam nas nuances, no imagético, no reforço de imagem, que mobilizam as massas através de recursos digitais por uma sociedade manipulada psicologicamente (nesse caso, pelo algoritmo, como explica Han), enquanto acredita ser livre, mas projeta comportamentos ideários lastreados no trabalho doméstico assalariado que frequentemente é associado como uma prerrogativa feminina quase biológica (Ballerinafarm, 2024; Esteecwilliams, 2022; Federici, 2025; Naraazizasmith, 2024)).

Esses conteúdos, assim como aqueles utilizados por Michele Bolsonaro como forma de recurso de cooptação, são paradoxalmente fontes de renda altamente lucrativas; apesar de propagarem um estilo de vida limitado a atender as atividades domésticas, os perfis de Nara Smith, Estee Williams e Hannah Neeleman – que juntos somam quase 2 milhões de seguidores só na plataforma Tiktok - são monetizados. Além disso, movimentos das *tradwives* são essencialmente elitistas; primeiro porque suas líderes possuem recursos financeiros suficientes e necessários para que se dediquem exclusivamente aos cuidados do lar, o que não representa a realidade econômica da maioria das famílias; segundo porque as atividades desenvolvidas – na ideia de se fazer tudo “do zero”, como nos vídeos em que Nara Smith produz sua própria pasta de dente e protetor solar – demanda tempo disponível, o que, novamente, na sociedade

¹⁷ Vídeos publicados na plataforma TikTok pelos perfis @esteeecwilliams (08 set. 2022), @ballerinafarm (04 fev. 2023; 13 ago. 2025) e @naraazizasmith (25 dez. 2024; 23 nov. 2025), com conteúdo relacionado ao movimento *tradwife*. Links e dados completos disponíveis no Anexo I

capitalista, é sinônimo de ostentação (Ballerinafarm, 2024; Esteecwilliams, 2022; Federici, 2025; Naraazizasmith, 2024)..

O que a princípio poderia também estimular uma alternativa para a mulher – que passaria a deliberadamente escolher por tornar-se dona de casa – em um projeto emancipatório, demanda, em verdade, a análise desse movimento sob um olhar crítico acerca dos aspectos condicionantes travestidos de liberdade e o controle dos corpos femininos no modelo capitalista.

As *tradwives*¹⁸ revelam um desejo por luxo, é a elitização do tempo disponível. Esse tempo disponível não existe para quem trabalha para sobreviver. Enquanto vendem o sonho de uma vida em que a mulher cumpre sua expectativa social de reprodução, docilidade e cuidador, lucram com isso. As mulheres que as assistem, em contrapartida, estarão iludidas pela disposição de tempo que não lhes resta porque, na verdade, as obrigações domésticas já são responsabilidade indiscutível das mulheres pertencentes às classes sociais menos favorecidas, com a diferença de que essas precisam cumprir duplas ou triplas jornadas de trabalho sem serem reconhecidas social e monetariamente por isso.

Como vimos, as contradições do capitalismo integram as lógicas que sustentam o sistema, os modos e as relações de produção, e se arrastam para os movimentos sociais. A *trend* das *tradwives* pode incutir o desejo por exercer exclusivamente os trabalhos domésticos e agradar maridos e filhos reforçando estereótipos de gênero, mas omite uma série de perspectivas que simplesmente o tornam um sonho incompatível com a realidade brasileira, principalmente, dado que as mulheres frequentemente exercem duplas jornadas de trabalho. Enquanto alocadas em um sistema capitalista, o contrário (abdicção do trabalho remunerado) as levaria a uma sujeição ao homem provedor.

Parte da eficácia da estratégia é a suposta neutralidade das interlocutoras. No primeiro vídeo¹⁹ avaliado (publicado pelo usuário esteecwilliams), a criadora de conteúdo tenta esclarecer a controvérsia em torno do termo *tradwife* (esposa tradicional) e de seu canal, definindo a figura da *tradwife* como a mulher que escolhe viver segundo papéis de gênero tradicionais, em que homens são responsáveis por prover financeiramente e à mulher são relegados os cuidados da casa e da família. Durante sua fala, torna-se evidente a preocupação

¹⁸ Vídeos publicados na plataforma TikTok pelos perfis @esteecwilliams (08 set. 2022), @ballerinafarm (04 fev. 2023; 13 ago. 2025) e @naraazizasmith (25 dez. 2024; 23 nov. 2025), com conteúdo relacionado ao movimento *tradwife*. Links e dados completos disponíveis no Anexo I

¹⁹ Vídeo publicados na plataforma TikTok pelo perfil @esteecwilliams (08 set. 2022); conferir Anexo I.

em desvencilhar sua opção particular de um movimento político específico (Esteecwilliams, 2022).

Quando afirma não se tratar de uma tentativa de retirar direitos das mulheres, mas de uma escolha individual, e que termos como “submissão” e “servir” são mal interpretados, pois, para ela, indicam apenas papéis diferentes, porém igualmente importantes, reafirma-se a necessidade de superar a superficialidade para interpretar adequadamente este movimento (Esteecwilliams, 2022).

A sujeição das mulheres ao trabalho doméstico conduziu os estudos críticos de Federeci (2025), que, ao identificar a naturalização da associação entre o trabalho doméstico e feminilidade, demonstra como a construção da família e a posição atribuída às mulheres em seu interior operacionalizavam a marginalização da figura feminina como reprodutora da força de trabalho, na centralidade das questões envolvendo a família, a sexualidade e a procriação:

Desse modo, a organização capitalista do trabalho é relida como uma linha de montagem que se inicia na cozinha, nos quartos, na casa – ela própria uma fábrica, e uma fábrica fundamental: a família, a sexualidade e a procriação se tornam de fato os pilares de sustentação da organização do trabalho, porque sem trabalhadores o sistema como um todo não funciona. (Federeci, 2025, p. 20).

Por isso mesmo a luta emancipatória não deve se limitar à possibilidade de ser o que quiser desconsiderada a realidade material (como exercer o papel de doméstica dentro de casa), mas sim pela erradicação de um modo de vida produtivo que mina outras possibilidades que não impliquem na desvalorização e subjugação e dependência dessas mulheres às figuras masculinas, dado que, no contexto do sistema de acumulação capitalista, o trabalho doméstico assalariado representa, sim, um pilar indispensável da organização do trabalho.

Mesmo quando passa a ser remunerado, esse tipo de atividade permanece majoritariamente vinculado às mulheres, como evidenciam as ocupações de empregadas domésticas, governantas e cuidadoras de idosos, reafirmando a divisão sexual do trabalho e suas hierarquias, pois “assim como não paga os rios que polui ou às águas de que se apodera, o capitalismo se apropria do trabalho das mulheres como se ele fizesse parte das coisas “naturais” (Federeci, 2025, p. 22):

Trata-se de um enorme campo de trabalho que produz capital, mas invisível, porque se afirma que é da natureza das mulheres cozinhar, limpar e procriar; porque se decreta que há uma relação direta entre o útero, a procriação e o fato de que é a mulher quem cozinha, varre o chão etc (Federeci, 2025, p. 21).

É inegável que os debates acerca do movimento feminista avançaram nos últimos anos em diferentes países do Norte e Sul global. A vertente de maior predomínio, no entanto, é a do feminismo liberal, à medida que capital e patrimônio são termômetros para a perspectiva de

sucesso e ascensão econômica e social feminina que interessa. A educação não é necessariamente importante pois, no capitalismo, as formas de ascender socioeconomicamente não são produzidas por uma lógica igualitária ou mesmo meritocrática, eis que os maiores impérios econômicos passam de geração a geração e permanecem concentrados nas mesmas linhas hereditárias.

Por isso, a missão de desabrochar o mito da liberdade irrestrita plantada pelo capitalismo em sua fase atual (neoliberalismo), que omite aspectos de fundamental importância para a manutenção do sistema, é tão penosa, pois demanda uma racionalidade política emancipatória. Isso porque, a liberdade ecoada pelos neoliberais pressupõe, em verdade, um dinamismo de escolha alheia ao modelo capitalista, que se retroalimenta do binômio abundância e escassez e articula intencionalmente exercícios de controle dos corpos femininos e masculinos.

Em outras palavras, há um conjunto de regras e limites mínimos que interferem na liberdade individual de escolha dentro da dinâmica capitalista, porque a escassez produzida por ela mesma condiciona um indivíduo a sujeitar-se a determinada condição por pura necessidade econômica, que não ocorreria se a desigualdade, inerente ao capitalismo, não imperasse.

Portanto, a condição de escolha pressupõe a oferta de diferentes possibilidades à mulher, o que não traduz a realidade da sociedade capitalista patriarcal. Em verdade, não é uma escolha genuína, porque as oportunidades veiculadas às mulheres são reduzidas, principalmente quando comparadas às dos homens, por exemplo, e não equiparáveis entre si. Há, portanto, uma condicionante (se não várias) na escolha das mulheres.

Essa contradição da aparente liberdade permeada pelo capital é a perspectiva adotada por Karl Marx (2013) ao dizer que as aparências superficiais escondem realidades subjacentes; embora a imagem propagada pelo capitalismo seja a possibilidade de prospecção de todas as classes, há, na prática, crises periódicas de baixo crescimento e estagnação econômica (Harvey, 2017).

Nos arranjos das políticas neoliberais, a privatização das escolas atomizou o acesso à educação e a vulnerabilidade da população não escolarizada, afirma Brown (2019), contribuiu para que os indivíduos sucumbissem às mentiras e conspirações. A despolitização, a restrição e a falta de incentivos resultaram não só na degradação dos níveis de escolaridade, mas igualmente para o demérito das artes liberais que, assegura Brown, “é uma abordagem voltada à ideia de educação interdisciplinar que visa uma vida cívica ativa e livre (...), de modo a fortalecer o pensamento crítico e a comunicação” (2019, p. 14).

A crítica nesse sentido não deve recair sobre uma equivocada percepção de precariedade do corpo docente ou da organização das escolas e universidades por elas mesmas: deve ser direcionada ao Estado, à falta de políticas públicas, ao déficit orçamentário, à falta de novos concursos, à desvalorização salarial e ao descrédito da educação por presidentes como Bolsonaro, pois em uma sociedade deliberadamente desigual, o pensamento reflexivo interessa à quem está à frente do negócio, mas não àqueles pisoteados pelas condições precárias de trabalho e da perda de direitos trabalhistas.

Como visto, as redes sociais vêm permeando aceleradamente o cotidiano da sociedade, que passa a se informar e educar pelas plataformas digitais mesmo que não intencionalmente. As mídias sociais “moldam significativamente a infraestrutura tecnológica central, os modelos econômicos dominantes e a orientação ideológica do ecossistema como um todo” (Van Dijck, Poell & de Wall, 2018, p. 32),

Harvey, como dito anteriormente, explica que “o controle dos meios de comunicação se tornou um aspecto vital para a reprodução de poder da classe capitalista, e as novas tecnologias midiáticas (em especial as redes sociais) são uma grande oportunidade, e também uma armadilha, para a dinâmica da luta de classes” (Harvey, 2017, p. 100).

O entretenimento, anteriormente dominado pelas telenovelas, rádios, teatro e cinema, é liderado hoje pelas redes sociais, que constituem vetores para propagação de imagens e mensagens com efeitos políticos relevantes na sociedade (Ballerini, 2017). Portanto, aqui, há a junção de dois elementos considerados como chaves de manipulação, a fé e a cultura, o que, em decorrência lógica da força quantitativa, assegura uma mobilização duplamente eficaz.

O que se nota, portanto, são estratégias religiosas que abordam aspectos simbólicos, psicológicos e emocionais diferentes, expandidas para outros meios de comunicação, que pretendem penetrar os diferentes âmbitos da sociedade civil e que irão favorecer o mesmo regime político e econômico: o capitalismo. São, em seu íntimo, práticas de orientação de comportamentos que reiteram a percepção capitalista e religiosa no imaginário coletivo, galgando espaço na administração da vida pública.

Por sua vez, a relação de reciprocidade entre a extrema direita e o conservadorismo alimenta o sistema pós-fascista e afronta a democracia. Nessa perspectiva, como visto, Saad-Filho (2023) propõe que a acumulação do capital no neoliberalismo é eivada de diversas contradições, em que se destaca o paradoxo do autoritarismo e a aparição de “líderes espetaculares”, como Bolsonaro e Trump, que surgem para convalidar os interesses de uma sociedade que busca resgatar prestígio econômico, social e moral.

Esses mesmos líderes espetaculares, como Bolsonaro e Trump, que modulam o poder de persuasão de seus discursos por meio do apelo religioso, endossam o discurso capitalista e personificam os ataques à democracia, ao passo que descredibilizam os processos eleitorais e as instituições democráticas de ambos os países a partir de uma dinâmica que vem se remodelando nas últimas décadas.

3.2. A *alt-right* (direita alternativa) como subcultura da extrema direita estadunidense e seus efeitos no Brasil

A subcultura, na definição de Mudde (2019, p. 72), é composta por “grupos, dentro de uma cultura nacional mais ampla, que partilham uma identidade, valores, práticas e objetos culturais”. Mais importante do que afiliações formais e burocráticas, são guiados por símbolos e ideias que orientam um grupo previamente alinhado ideologicamente. Valendo-se da definição do Southern Poverty Law Center (SPLC), a *alt-right* é “um conjunto de ideologias, grupos e indivíduos da extrema direita, cuja principal crença reside na ideia de que a identidade branca está sendo atacada pelas forças multiculturais, as quais se utilizam do politicamente correto e da justiça social para enfraquecer os brancos e a sua civilização” (Mudde, 2019, p. 74).

Para essa pesquisa, mesmo reconhecendo seu caráter internacional, Mudde erroneamente atribuiu o fenômeno da *alt-right* como exclusivamente centrada no mundo anglo-saxão e, especialmente, nos Estados Unidos (2019, p. 75). Esse subcapítulo, contudo, demonstra que a organização dessa subcultura, originária dos Estados Unidos, reverbera incisivamente na realidade política brasileira.

Esta seção aborda a *alt-right* como subcultura digital constitutiva da quarta onda da extrema direita, completando o quadro dos movimentos digitais analisados ao longo do capítulo. Diferentemente das seções anteriores, em que *tradwives* e *igrejas-show* foram examinadas a partir de corpus audiovisual próprio (Anexos I e II), o tratamento da *alt-right* é aqui bibliográfico-conceitual — opção justificada pela natureza das plataformas em que ela opera (fóruns anônimos, Discord, 4chan, comunidades gamer).

A *alt-right*, ou direita alternativa no Brasil, é uma das subculturas da extrema direita mais relevantes desde a sua criação (2008) por seu fundador, o norte-americano Richard Spencer, momento em que ainda era editor da *The American Conservative*. Pouco tempo depois, o movimento migrou para o espaço cibernético, quando Spencer criou o site www.AlternativeRight.com - que mais tarde se tornaria www.Alt-Right.com - e,

posteriormente, foi convidado a tornar-se editor-executivo de uma editora nacionalista e supremacista branca, a Washington Summit Publishers (Lima, 2025).

Assim como a intensificação da própria extrema direita decorreu do decaimento da confiança no Estado, do acirramento da insegurança institucional e das frustrações das classes, a *alt-right* canalizou, ainda, os ressentimentos de um conjunto de homens que atribuía o descontentamento com a vida civil a uma suposta perda do direito masculinistas, graças a uma sociedade progressista.

Estes homens, em grande maioria brancos, cisgêneros, heteronormativos, supremacistas e reacionários, são afetados pela ideia de que a masculinidade está ameaçada e que, portanto, é preciso lutar contra os direitos de mulheres, negros, imigrantes, LGBTQIA+ e outras minorias, embora parte expressiva das frustrações seja ocasionada pela própria dinâmica capitalista – a qual, além de tudo, privilegia justamente a figura do homem que é o estereótipo da direita alternativa.

Pleck oferece uma definição contundente acerca destes grupos:

Um grupo de indivíduos com visões de extrema direita que se opõem fortemente às normas liberais de justiça e igualdade social, e que se opõem à defesa de direitos de grupos tradicionalmente desfavorecidos, como minorias raciais e mulheres. Essa visão parece vinculada à ideia de que, hoje, a discriminação é maior contra brancos e homens. O *alt-right* também parece ter uma profunda desconfiança do establishment mainstream, o que estaria intimamente ligado à visão de que a mídia mainstream e a maioria das instituições governamentais estão promovendo as normas liberais de justiça que eles contestam (Pleck, 2017, n.p.).

Tobias Bernardo e Leonardo Cardoso igualmente relacionam a formação originária dessa comunidade à oposição, por vezes violenta, às coletividades vulnerabilizadas:

A *alt right* é, fundamentalmente, uma ação despolitizante, que ataca a maneira como a população encara o cenário político ao passo que arma, ideologicamente, seus grupos. Para a *alt right*, não existe um problema inerente na forma como a direita organiza seus valores ideológicos, mas sim em figuras específicas (eleitas por eles próprios como símbolos do movimento) que são descartadas ao passo que novas regras são criadas para definir como a ‘real direita’ ou ‘nova direita’ exerce seu poder (2023, s. p.).

Para aprofundar o tema da direita alternativa e suas implicações nas redes transnacionais entre a extrema direita brasileira e estadunidense, duas características parecem particularmente importantes: a intersecção do movimento com a própria internet (cuja característica difere a *alt-right* de outras subculturas da extrema direita, segundo Mudde) e o pensamento conspiratório como força motriz (Bernardo; Cardoso, 2023; Bleakley, 2023; Lima, 2022; Lynch; Cassimiro, 2022; Mudde, 2019).

A ideologia da direita alternativa é majoritariamente difundida em ambientes virtuais, como fóruns, redes sociais e plataformas de jogos. Diferentemente das redes sociais que servem para a articulação da extrema direita associado aos movimentos religiosos contemporâneos (como o Instagram e Tiktok para reprodução dos vídeos das igrejas e das *tradwives* avaliados anteriormente), outros meios midiáticos, como canais do YouTube, Twitter e Discord são espaços que favorecem sobremaneira a radicalização da política na perspectiva da direita alternativa.

O revisionismo histórico também aparece como uma das características atribuídas à direita alternativa por Bernardo e Cardoso (2023). Mesmo que nem sempre estejam associadas, as teorias conspiratórias são frequentemente catalisadoras dessa comunidade:

Não apenas metade da população americana concorda com, pelo menos, uma conspiração de uma lista restrita de teorias de conspiração oferecidas, mas também grandes porções da população exibem uma forte inclinação a acreditar que existem forças internacionais invisíveis e que a história é dirigida por uma maniqueísta luta entre o bem e o mal, particularmente na alta proporção de americanos que acreditam que estamos vivendo no “fim dos tempos” (Oliver; Wood, 2014, p. 963).

Desde a independência dos Estados Unidos, a visão conspiratória permeou o tecido social e político estadunidense de tal modo que contribuiu para difundir no país a crença de que eram o povo escolhido de deus para o projeto de governança do mundo. Surgem, então, a referências religiosas na forma de governar. A origem da visão maniqueísta no país tem como precedente a institucionalização da Religião Civil no seio político, com o propósito de difundir simbologias e rituais que orientam para um sentido sagrado à nação e à vida política, sem atribuição à religião específica:

Segundo Resende (2012), após a independência, surgiu no senso comum dos estadunidenses a ideia de que a Inglaterra havia abandonado o seu papel, projetado por Deus, para com os povos do mundo. Por outro lado, o pensamento puritano imbuiu ao povo da (e na) “América” este papel. A Declaração de Independência afirma que todos os homens nascem iguais e possuem direitos básicos (dados pelo criador), como a liberdade e o direito de buscar a felicidade. A escolha pela independência, segundo o documento, residia na acusação de que o governo inglês buscava controlar ou destruir estes direitos. As referências religiosas e a compreensão do papel de agente divino dos “americanos” aparecem também no primeiro discurso presidencial em 1789. Estes são alguns dos elementos que, segundo Robert N. Bellah, fundamentam a existência de uma “Religião Civil”. De acordo com Bellah (2005), há desde os primeiros anos da república uma coleção de símbolos, crenças e rituais que consagraram e institucionalizaram uma coletividade. Os usos consecutivos de referências religiosas em pronunciamentos ou documentos oficiais não são simples cerimonialismo, mas indicam a continuidade da Religião Civil. Nem Washington, Adams ou Jefferson (três primeiros presidentes) mencionaram “Cristo” ou “Jesus” em seus discursos inaugurais, mas utilizaram diversas denominações para “Deus” (God, Being in whose hands we are, Almighty Being who rules over the universe, Heaven e mais). Conforme apresenta Resende (2012), a Religião Civil nos Estados Unidos não se trata de uma religião em sentido estrito, tampouco se trata de um patriotismo elevado à categoria de fé, mas trata-se de um discurso que mescla elementos religiosos e nacionalistas que balizou a noção de identidade nos Estados

Unidos. Sendo esta Religião Civil construída a partir do puritanismo jeremiada e sua visão de mundo maniqueísta e de traços conspiratórios (Lima, 2022, p. 132).

O pensamento político conspiracionista é, segundo Richard Hofstadter²⁰ (1996), conduzido por exagero, desconfiança e fantasia conspiratória, ao que parece, desde os anos 60, quando as retóricas da “perda de valores americanos” apareciam em voga. A essas teorias, segundo afirmam autores como Oliver e Wood (2014), não devem ser atribuídas um reconhecimento pejorativo, no sentido de que emergem da baixa escolaridade ou pensamento paranoico, porque representam uma maneira de compreensão, influenciada por determinadas tendências psicológicas, dos eventos históricos e políticos do mundo (Lima, 2022).

Lima (2022) sugere que diversos eventos ocorridos nos Estados Unidos ao longo do século XXI apontam para “crises que abalaram a confiança pública no poder do Estado”, como o 11 de setembro, as guerras do Afeganistão e Iraque, além da crise financeira de 2008, contribuindo para o fortalecimento de teorias conspiratórias em tempos de desconfiança institucional (Lima, 2022, p. 135).

Donald Trump, por exemplo, alinhou sua forma de governar com tendências conspiratórias, essas que já mobilizavam os estadunidenses há muito tempo – que emergiram a partir de eventos históricos importantes, como o assassinato de Kennedy, os ataques de 11 de setembro e o Tea Party, movimento que negava a nacionalidade estadunidense de Barack Obama:

Mais recentemente, a presidência de Donald Trump (2017-2022) foi pautada em teorias contra o aquecimento global, contra a legalidade das eleições e mais. Verifica-se que este estilo paranoico evidenciado por Hofstadter em meados dos anos sessenta ainda é presente, e mais, segundo o autor, é recorrente no país, vindo desde a fundação da nação uma série de inimigos internos e externos, figurados do “mal”encarnado. Não faltam exemplos de momentos históricos estadunidenses envoltos em teorias conspiratórias. De fato, desde a fundação das Treze Colônias, até o Trumpismo – passando pelas Guerra da Independência, pela de Secessão e pelo assassinato de Abraham Lincoln – diferentes teorias conspiratórias foram usadas para explicar momentos específicos da história (Lima, 2022, p. 130 e 131). (...)

Antes mesmo de concorrer à Casa Branca, Trump fazia palanque político endossando teorias conspiratórias. Em 2007 apoiou a ideia de que a vacinação causava autismo, (HELLINGER, 2019). Por volta de 2010, passou a levantar a bandeira dos birthers. Quando a Casa Branca enfim publicou a certidão de nascimento de Obama, Trump foi além e ofereceu cinco milhões de dólares a quem pudesse fornecer uma cópia do pedido de inscrição de Obama na universidade. Em dezembro de 2013 chegou a sugerir que um oficial do estado havaiano havia sido assassinado para esconder a verdade (HELLINGER, 2019). Em campanha, afirmou diversas vezes que os Democratas roubariam as eleições. Anos depois, já presidente, declarou em tom de ironia: “longa e brutal onda de frio que poderia quebrar todos os recordes. O que aconteceu com o aquecimento global?”. Em novembro de 2018, Donald Trump respondeu com um “Eu não acredito” quando questionado sobre o relatório National Climate Assessment publicado no final daquele mês. Veículos da imprensa internacional — como CNN, The Guardian e El País — chamaram atenção para a

²⁰ A articulação foi feita por Hofstadter no contexto político do assassinato de John F. Kennedy.

forma como Trump desacreditou suas próprias agências governamentais. (MONGE, 2018). (Lima, 2022, p. 136)

Para Lima “grupos neonazistas, supremacistas e extremistas das direitas que se sentiam deixados de lado ou prejudicados por políticas progressistas implementadas por governos democratas liberais (numa visão conspiracionista de perseguição e fracasso), viram na figura de Trump um representante” (2022, p. 142).

No Brasil, à semelhança de Donald Trump, Jair Bolsonaro adotou de modo recorrente uma retórica conspiratória ao longo de seu mandato presidencial (2019–2022). Durante esse período, minimizou a gravidade da pandemia da Covid-19, questionou a eficácia e a segurança das vacinas - chegando, inclusive, a recusar-se a apresentar seu próprio cartão de vacinação -, lançou suspeitas reiteradas sobre a lisura do sistema eleitoral brasileiro e negou evidências científicas consolidadas acerca do aquecimento global. Esse negacionismo deriva da crítica ao Iluminismo, “que revaloriza o papel da religião e o ocultismo na definição da verdade”, na medida em que subverte o direito à liberdade de expressão para relativizar fatos comprovados (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 97).

As teorias conspiratórias, que ultrapassam o negacionismo, são diversas e, em alguns casos, compartilhadas de forma transacional: “a terra pode ser plana, o nazismo pode ser de esquerda, o liberalismo pode ser compatível com a ditadura, a democracia pode ser autoritária” (Lynch; Cassimiro, 20220, p. 97), existe uma elite perversa composta por políticos e celebridades que bebem sangue de crianças para rejuvenescer (QAnon) e democratas operam um esquema secreto de exploração sexual infantil localizadas em pizzarias norte-americanas (Pizzagate) (Bleakley, 2023).

Esses comportamentos contribuíram para a rejeição da ciência em prol da mobilização de afetos políticos baseados no medo, na paranoia e na construção de inimigos internos e externos, em sintonia com padrões já observados na experiência estadunidense ao longo da história.

Narrativas adulteradas sobre um mesmo fato são apresentadas para desconstituir a história, em nome de se reestabelecer “a verdade”. Consoante Heloísa Fernandes Câmara e Morgana Corrêa Guimarães:

a reconfiguração da democracia e de ambientes virtuais passa por temas como arquitetura das redes, como capturar a atenção dos usuários, a criação de mercado da atenção, o uso dos algoritmos como direcionamento das informações recebidas, a maior circulação de desinformação, a misoginia nas redes, mudanças estruturais que levam à perda de legitimidade dos especialistas (2025, p. 174).

Maria da Penha foi vítima de feminicídio em 1983 por seu ex-companheiro Marco Antônio Heredias Viveiro. O caso foi alvo de investigações nacionais e internacionais, resultando na condenação do agressor e na criação da legislação brasileira de combate à violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha n. 11.340/2006.

Se puramente por ódio às mulheres ou por revisionismo histórico – ou por ambos -, homens forjaram um movimento que, por meio de narrativas falsas, empregou esforços para descredibilizar a vítima e deslegitimar a criação da lei. Contrariando os fatos apurados pela própria justiça brasileira, que condenou o ex-marido de Maria da Penha, esse grupo de homens defendia que, ao contrário da narrativa de Maria da Penha, a vítima teria ficado tetraplégica em decorrência de um assalto, e não da violência sofrida por seu companheiro no âmbito doméstico.

Mais de 20 anos depois do crime, o *streaming* da produtora de extrema direita Brasil Paralelo exibiu um documentário sobre o caso a pretexto de apresentar as versões de ambos os lados e desconstituir o fato de que Maria da Penha teria sido vítima de feminicídio por seu ex-marido. Evidentemente, a tentativa de fragilizar não apenas a palavra da vítima, como as próprias provas constituídas nos autos judiciais e a conclusão alcançada pela justiça, vai ao encontro da narrativa da extrema direita que busca subjugar e silenciar mulheres sistematicamente (Brasi, 2025; Carvalho, 2025).

O documentário foi retirado do ar por determinação judicial, fundamentada na propagação de desinformação sobre o caso, mas, é claro, foi objeto de críticas. O senador Eduardo Girão disse que a decisão judicial representa censura e perseguição à produtora, além de ferir a liberdade de expressão, ideia essa que condensa o pensamento da extrema direita sobre o caso (Senado Federal, 2025).

Além do pensamento conspiratório que engendrou a ideologia política do homem médio estadunidense, com consequências particulares no Brasil mais recentemente (vide negacionismo de Bolsonaro, o descrédito à Lei Maria da Penha e a teoria de que a terra é plana), os temas afetos à masculinidade em sentido amplo parecem intensificar a aliança dos grupos da *alt-right*.

A direita alternativa seduz os homens que se sentem isolados do mundo a partir da mobilização de frustrações e ressentimentos experienciados coletivamente. Segundo a ONU Mulheres, as pautas são legítimas: geralmente esses homens pesquisam na internet - como em fóruns e grupos *on-line* -, conselhos sobre atividade física, namoro e paternidade, mas acabam caindo nas armadilhas da “machoesfera”. Essa comunidade masculinista acredita ser vítima de misandria na sociedade política atual e identifica o feminismo – e as próprias mulheres,

incluindo parceiras afetivas – como inimigas. Os conteúdos são veiculados em redes sociais, podcasts, comunidades *gamers*, aplicativos de namoro e em diversos outros espaços digitais (Onu Mulheres, 2025).

Com efeito, o sujeito, que muitas vezes é lido como um “*normie*”, é atraído pelo senso de comunidade estabelecido por estes grupos e subgrupos²¹ em prol de um objetivo em comum: o direito do homem em detrimento dos direitos das mulheres e outras minorias. Uma vez cooptado por essas redes de mobilização, o indivíduo passa por um processo de radicalização até incorporar as premissas do grupo e, por fim, tornar-se um sujeito político com algum tipo de relevância particular. É a hiper masculinização viril destes homens, em sua maioria jovens, que reunidos no mundo digital, disseminam o ódio ao progressismo, mulheres, feministas, lésbicas e até animais:

O processo de radicalização passa pelos ambientes virtuais e atinge pessoas que, a priori, não parecem radicais e não compartilham das intolerâncias defendidas pela alt-right. Entretanto, por meio de um processo minucioso e estratégico, um *normie* é transformado em ofensor dos direitos de grupos vulnerabilizados (Câmara; Guimarães, 2025, p. 176).

Açoitados por sentimentos quase ingênuos, esses homens ressentidos e, em suas concepções, marginalizados, anseiam por tempos e valores supostamente superiores aos do cenário político e econômico atual - em que pesem não tenham vivenciado o período pretérito que tanto cultuam. Buscam um ideal de virilidade identificado naquelas sociedades descritas por Eco como o fascismo eterno, administradas pelo apego à tradição, rejeição ao novo, nacionalismo, desdém pelas mulheres e minorias (Câmara; Guimarães, 2025; Onu Mulheres, 2025; Vilaça; Andréa, 2021; Maciel, 2021).

A cultura do macho, a política da testosterona, os *redpills*, os *incels*, os alfas - são todas designações que definem um único movimento, o movimento masculinista que acredita na superioridade do homem, e, claro, na inferioridade da mulher. Os estereótipos de gênero, que se alastram interminavelmente, reforçam noções de que homem não chora, a mulher é mais sensível, homem simboliza segurança, a mulher tem o dom do cuidado, os homens são provedores natos, homem joga bola, homem corre riscos, homem usa azul, mulher usa rosa, mulher se depila, o homem tem a última palavra, homem é racional, mulher é emocional, homem é viril, mulher é bela, recatada e do lar - toda essa socialização de gênero que implica na imposição de regras e crenças limitantes atribuídas aos homens e mulheres, que se diferenciam em essência, apresentadas como ordem natural e biológica.

²¹ Incel, trolls.

O conceito de virilidade, que é identificado com “a grandeza - noção essencial -, com a superioridade, a honra, a força - enquanto virtude -, com o autodomínio, no sentido do sacrifício, com o saber-morrer por seus valores” (Corbin, 2013, p. 9), torna-se indispensável a essa coletividade masculinista ferida. Tradicionalmente a virilidade permaneceu atribuída às noções de militarismo, patriotismo e relações estratégicas de poder; em tempos modernos, ser viril não é apenas objeto de desejo, mas o prêmio moral aos homens nesta sociedade orientada pela moralização ideológica de todo e qualquer comportamento (Maciel, 2021).

A estigmatização do gênero se apresenta logo em idade tenra, como diversos estudos já identificaram. As atividades são desde logo definidas, as meninas aprendem desde cedo a cruzar as pernas, os meninos a não chorar, as meninas a brincarem de boneca e os meninos de carrinho (Brougère, 1995; Campos; Silvia, 2014; Lira; Nunes, 2016). Essa dinâmica se perpetua do nascimento à morte e se difunde na homosocialidade que ocorre dentro das redes.

Tomando como referência o universo *gamer*, Heloísa Fernandes Câmara e Morgana Corrêa Guimarães discutem como as concepções de *alt-right* têm se fortalecido na perspectiva do bolsonarismo, que catalisou as frustrações e ressentimentos dessa comunidade como aliadas à sua candidatura. Tática importante dentro desse cenário é o distanciamento do tom político do interlocutor, pois a política, *per si*, é interpretada pejorativamente. Para viabilizar a infiltração das pautas políticas, a narrativa precisa ser jocosa, cômica, sarcástica e, frequentemente, sem compromisso com a realidade.

Como observam as autoras, “Bolsonaro explorou demandas sociais latentes dos membros dos grupos gamers, os quais acreditavam estar perdendo sua representação na estrutura política vigente para grupos minoritários, dando vazão a frustrações e ressentimentos” (2025, p. 187). Nesse contexto, interações diretas nas redes - como o tuíte em que enviou um “forte abraço aos gamers” ao divulgar vídeo em que jogava um game de tiro no PlayStation -, a circulação de jogos amadores nos quais aparecia como protagonista de uma luta contra o “comunismo” e contra grupos vulnerabilizados (por exemplo, *Bolsomito 2k18*), bem como o apoio de influenciadores relevantes do meio, como Sidão do Game, contribuíram para a construção da figura do “Bolsomito”, apresentada como um herói disruptivo, destemido e sem receio do politicamente incorreto:

Um exemplo importante e expressivo da memética bolsonarista é o processo de mitificação da figura do ex-presidente, tornando-o um “totem cultural contra valores associados à esquerda e às degenerações culturais provocadas pelo politicamente correto” (Ferreira, 2023, p. 53), sendo Jair Bolsonaro moldado, para o público jovem, “enquanto o antagonista que não tem medo de enfrentar os inimigos e humilhar adversário e minorias sociais – se aproximando do troll da internet” (Ferreira, 2023, p. 53), isto é, “o ex-presidente faz questão de mostrar que é disruptivo e que não tem medo de ser ‘politicamente incorreto’” (Henn; Velho, 2024, p. 49). Surge,

então, o Bolsomito, atraindo cada vez mais os jovens gamers. Como vimos, os jogos em que Bolsonaro é o protagonista enquadram-se nesse item (2025, p. 190).

Mudde elenca outros canais relevantes para a direita alternativa, particularmente no contexto estadunidense, como o 4chan e o Reddit, onde postagens e propagação de memes misóginos e racistas revigoram a comunidade.

O termo meme foi empregado pela primeira vez pelo autor Richard Dawkin, em 1976, na obra *O gene egoísta*. Para a sociedade atual, meme designa uma expressão cultural, geralmente originária da internet, que pode unir diferentes linguagens - como comportamento, imagem e ideias - cujo conteúdo gera identificação e popularidade. Geralmente em tom de comédia ou sátira, os memes também tornam-se dispositivos discursivos também no meio político e ganham apoio sobretudo nas comunidades *gamers*.

Lamerichs et al (2018, pp. 182-183) categoriza os memes da direita alternativa como *trolling* político, pois corresponde “[...] não apenas como um ato de postar mensagens e memes de ódio, mas como um fenômeno mais amplo por meio do qual os usuários se envolvem em um comportamento influente e tóxico”.

Dentro da atmosfera *gamer*, os integrantes da direita alternativa retroalimentam o ego um dos outros: entre si, validam as ideias supremacistas, reacionárias e misóginas, por meio de comentários, conteúdos e memes que viralizam pela quantidade de likes e compartilhamento. As políticas de usuário permissivas de plataformas como Reddit e Discord, como a anonimidade, facilitaram a conectividade das masculinidades reacionárias, que por vezes coordenam, a partir delas, ações coletivas, como ataques às mulheres.

A pílula vermelha, que tem origem no filme Matrix, foi apropriada pela machosfera e passou a ser articulada em comunidades on-line da direita alternativa como uma analogia para encontrar a verdade e superar a alienação de conglomerados midiáticos tradicionais:

Para a manosphere, ser “vermelhopilado” é despertar para a “misandria” (Marwick; Caplan, 2018), o suposto “racismo reverso” (Zuckerberg, 2019; Strick, 2020), a “lavagem cerebral” dos feminismos (Nagle, 2018; Strick, 2020) e a dominação da “extrema esquerda” (Ging, 2017; O’Malley, Holt & Holt, 2020). A TRP é compartilhada por vários grupos da manosphere que a tem como uma “revelação” para o pensamento masculino; um sistema de crenças; uma rede de misoginia (Bratich; Banet-Weiser, 2019). Além disso, para certos grupos internos, trata-se de uma possível oportunidade de melhoria nas habilidades de sedução sustentadas pela “psicologia evolucionária” de inspiração darwinista e teorias econômicas neoliberais (Valkenburgh, 2018) (Vilaça; Andréa, 2021, p. 17).

Para além da guerra cultural ideológica promovida por estes grupos, a atuação em fóruns on-line da direita alternativa também implicou no cometimento de crimes violentos, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Segundo os autores Vilaça e Andréa (2021), o

massacre de Isla Vista (2014), cometido por Elliot Rodger, representa o marco da radicalização *incel* e da *manosfera*, quando o autor, após publicar manifesto e vídeo justificando sua vingança contra mulheres porque era rejeitado por elas, matou sete pessoas e deixou treze feridos na Califórnia. No Brasil, casos anteriores e posteriores também são associados à misoginia cultivada on-line, entre eles, o massacre de Realengo (2011), em 10 das 12 das vítimas eram meninas; o atentado em Suzano (2019), cujos autores frequentavam fóruns extremistas; e o assassinato da jogadora Ingrid Bueno (2021), ligado a ambientes virtuais misóginos (Vilaça; Andréa, 2021).

Em comum, esses homens eram jovens, frustrados, com participação ativa em canais on-line associados à direita alternativa e nutriam sentimentos avessos às mulheres. O uso das redes sociais potencializa a radicalização do discurso e a mobilização do ressentimento masculino associado à violência de gênero, enquanto as comunidades digitais se consolidam como ferramentas e espaço de legitimação simbólica do discurso que exclui, condena e mata mulheres, enquanto se insere na agenda política.

CONCLUSÃO

A ascensão da extrema direita é um fenômeno de características globais, no qual determinados fatores se revelam mais ou menos importantes de acordo com a região analisada. A quarta onda da extrema direita mundial, que teve início com o século XXI, se difere das

anteriores porque tem como centralidade a internet e, principalmente, as mídias digitais (Mudde, 2022).

O processo de consolidação da extrema direita brasileira sofreu influências norte-americanas bastante expressivas, principalmente com a eleição de Donald Trump, em 2016, e de Jair Bolsonaro, em 2018. Dentro da perspectiva das relações de dependência estabelecidas entre países periféricos e centrais, o Brasil se reveste de características particulares que o colocam em posição subalterna quando comparado às economias do Norte Global, enquanto ocupa, concomitantemente, uma posição hierárquica privilegiada diante de outros países do Sul Global. Assim, o Brasil assume a condição de subimperialista (Luce, 2018).

Para além da questão econômica, mesmo em tempos de transição hegemônica, os Estados Unidos têm fortalecido a transnacionalidade da cultura estadunidense. Muitos movimentos, simbologias e discursos são aderidos mundo afora e, na particularidade do eixo Brasil-Estados Unidos, nota-se uma correlação de reprodução daquilo que é produzido neste último, desde a política, o entretenimento e a própria cultura.

O processo de formação da extrema direita brasileira atual guarda relação com as interferências estadunidenses desde sua consolidação como potência econômica, e, mais precisamente, da ideologia político-econômica neoliberal a partir da crise mundial de 2008, dado que o ressentimento de classes viabilizou a aparição de líderes populistas (ou líderes “espetaculares”, na perspectiva de Saad Filho, 2023) que fomentaram o avanço da extrema direita, na medida em que se pretendia resgatar o *status quo* de uma sociedade que havia retrocedido economicamente através da mobilização, das subjetividades, do medo, dos afetos, do ressentimento e da frustração.

A heroicização de Bolsonaro e Trump representou a consolidação da direita populista radical e se cristalizou a partir da mobilização de afetos produzidos no discurso da “elite” contra o povo”, o “politicamente incorreto”, a crise financeira (Lynch; Cassimiro, 2022), a crise moral, o combate à promiscuidade, o resgate dos valores cristão, a reivindicação do conceito heteronormativo da família e a fabricação de homens e mulheres estereotipados (Lacerda, 2019).

O bolsonarismo importou diversas retóricas da eleição de Trump, como a guerra cultural, o discurso anticomunista e os ataques ao sistema eleitoral. Ambos os países contaram com a ajuda de notáveis articuladores, Steve Bannon (EUA) e Olavo de Carvalho (Brasil), e experienciaram eventos históricos de similaridade impressionante, como a invasão do Capitólio em 2021 nos EUA e os ataques de 8 de janeiro de 2023 no Brasil.

A hipermasculinização da política representada por políticos antissistema, destemidos, viris e patriarcalistas implica, necessariamente, na reprodução de estereótipo da figura feminina. A marginalização da mulher perpassa a vida política e se insere, também, no mundo on-line.

As plataformas digitais não apenas ampliam a circulação de discursos políticos, mas operam também como dispositivos de modulação das subjetividades, em um regime de informação delimitado por algoritmos que reitera as estratégias contemporâneas de dominação (Han, 2022).

Nesse sentido, a mobilização nem sempre se apresenta de forma coercitiva ou violenta, mas operam nas subjetividades, nas estéticas e nas simbologias aparentemente inofensivas, que naturalizam hierarquias de gênero, reforçam papéis tradicionais e contribuem para a socialização associada ao capitalismo contemporâneo.

Ainda que alguns movimentos se fortaleçam pela ideia de liberdade, muitos deles apenas reforçam a adoção de papéis domésticos tradicionais, embora as escolhas feitas na sociedade capitalista estejam condicionadas por estruturas sociais, econômicas e ideológicas previamente definidas para reprodução do sistema, como a naturalização do trabalho doméstico como algo feminino e a maternidade compulsória como ordem natural.

Dentre os processos de fortalecimento da extrema direita brasileira, a religiosidade se revela um fator de convergência entre a direita estadunidense e brasileira. Nesse sentido, os movimentos neopentecostais originados nos Estados Unidos, no século XX, alimentaram o “espírito capitalista” (Weber, 2009), e foram posteriormente incorporados no Brasil e refletidos em diferentes doutrinas religiosas.

Tais movimentos religiosos passaram por processos de evolução e atualmente, as Teologias do domínio e Prosperidade, cujas doutrinas religiosas, sobretudo as de vertente cristã, se revelam artifício de mobilização das massas para a manutenção do sistema capitalista. Esses discursos incutem na sociedade a falsa esperança de que o capitalismo possibilita a prospecção de pessoas pouco ou nada privilegiadas, seja pela lógica meritocrática ou pela retribuição divina, quando, na prática, o que se observa é um movimento de supressão dos direitos sociais e do trabalho em prol da manutenção das elites, orientada pela desigualdade de gênero.

Por consequência, tem-se uma sociedade em crise permanente, que, paradoxalmente, se alimenta do conforto viabilizado pela religião e também pelo uso das redes sociais, onde o neoconservadorismo e a misoginia ganham força. A intersecção dos discursos políticos e religiosidade, embora não represente nenhuma novidade, consolida uma forma de poder

persuasiva e decisiva para a corrida eleitoral em países majoritariamente religiosos, como o Brasil e os Estados Unidos, além de possuir aderência ao cenário descrito por Umberto Eco como o fascismo eterno.

Com diferentes estratégias, as novas agendas da direita apostam em duas principais linhas de cooptação, ambas exercidas pelos canais digitais de comunicação: a modernização dos preceitos e simbolismos religiosos e, de outro lado, o culto à tradição em resgate às estéticas antigas, que no fundo se propõem a mesma motivação política de domínio sob os preceitos do machismo, dominação e manipulação em massa.

Dentro de um espectro maior, as subculturas se revelam movimento importante para articulação de projetos políticos. A *alt-right* (direita alternativa), por exemplo, se difundiu internacionalmente e, embora tenha sido originada nos Estados Unidos, possui ampla aderência no cenário brasileiro por intermédio de fóruns on-line, redes sociais, comunidades digitais e plataformas de jogos, como Youtube, Twitter e Discord.

A *alt-right*, assim como o discurso da direita populista radical em sentido amplo, catalisa as frustrações de homens jovens, geralmente brancos, heterossexuais e cisgêneros, que se sentem ameaçados diante dos movimentos feministas e LGBTQIA+. A *alt-right* nem sempre se organiza de maneira explícita; ao contrário, se reproduz de maneira subjetiva, em tom jocoso, com a reprodução de memes e teorias conspiratórias.

Todos esses movimentos, digitais, revelam uma crescente neoconservadora dentro do setor jovem motivada pela raiva dos movimentos progressistas que são identificados como pautas comunistas. Esses movimentos buscam reafirmar subjetividades, padrões de comportamento, masculinidades e feminilidades, orientações religiosas, que vão moldar o sujeito que se identifica com essa direita, com o sistema capitalista e com líderes espetaculares de pulso firme.

As *tradwives* mobilizam mulheres adultas em torno da família tradicional; a *alt-right* mobiliza homens em torno do ressentimento masculinista; as igrejas-show mobilizam jovens em torno de uma estética de consumo religioso.

Frequentemente, Donald Trump e Jair Bolsonaro evocaram declarações religiosas e pediram a contribuição dos cristãos em uma luta imaginária para o resgate de valores tradicionais e contra a suposta depravação dos campos progressistas. Com a popularização desses discursos, em que se adotam comportamentos de hiper masculinização, as democracias sofrem gradativamente ameaças enquanto abre-se espaço para o autoritarismo, em uma rede de interações que se retroalimenta do discurso conservador, antiprogressista, moralista,

fundamentalista religioso, misógino e autoritário (Brown, 2018; Mudde, 2022; Stefanoni, 2021).

Estabelecidos esses parâmetros, a ascensão da extrema direita brasileira não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou exclusivamente doméstico. Em sentido oposto, trata-se de um processo transnacional da extrema direita a nível mundial, diante das dinâmicas globais capitalistas e globalização de discursos, estratégias políticas e cultura em que os Estados Unidos permanecem na centralidade. A extrema direita preserva o capitalismo porque combate as políticas sociais, gera acumulação por espoliação (Harvey, 2017) e contribui para o acirramento das desigualdades das quais ele se alimenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRADEP – Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político. Urna eletrônica: especialistas garantem nível de confiabilidade no processo eleitoral brasileiro. *ABRADEP*, Brasília, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://abradep.org/midias/noticias/urna-eletronica-especialistas-garantem-nivel-de-confiabilidade-no-processo-eleitoral-brasileiro/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ALENCAR, Yohana Maria Monteiro Augusto de; IFADIREÓ, Miguel Melo; RODRIGUES, Sefora Thayne Barbosa Alencar; NASCIMENTO, Marcos Teles do. Aplicação da interculturalidade nos preceitos constitucionais de liberdade religiosa: uma abordagem crítica ao direito brasileiro. *Revista de Psicologia*, v. 14, n. 50, p. 733–749, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v14i50.2486>. Acesso em: 21 mar. 2026.

ADORN, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. 15. Ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. *Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCar, São Carlos*, v. 7, n. 3, p. 8–35, 2019. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271/250>. Acesso em: 5 jul. 2025.

ALLEN, Anita L. Life without the “X” factor: meritocracy past and present. *Power and Education, London*, v. 4, n. 1, p. 5–18, 2012.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: notas para uma investigação*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ANDRADE, Aline Recalcatti de. Capitalismo e patriarcado: articulações entre relações internacionais e teoria feminista marxista na América Latina. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 9, n. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/65123>. Acesso em: 9 maio 2025.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Estados Unidos: Universidade de Chicago, 1958.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O longo século XX*. 9. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2013.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, n. 23, p. 33-58, 2015.

BALLERINAFARM. TikTok, 13 ago. 2025. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmCVUFeV/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

_____. TikTok, 04 fev. 2023. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmC452Em/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BALLERINI, Frantiesco. *Poder suave (soft power)*. São Paulo: Summus Editorial, 2017.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505–540, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDDdYPtGrWN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLEAKLEY, Paul. *Panic, pizza and mainstreaming the alt-right: a social media analysis of Pizzagate and the rise of the QAnon conspiracy*. *Current Sociology*, v. 71, n. 3, p. 509-525, 2023. DOI: 10.1177/00113921211034896. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/00113921211034896>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BEMVINDO, Vitor. Os impactos da revolução cubana na política externa brasileira (1958-1961). 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. New York: Oxford University Press, 2018.

BERNARDO, Tobias; CARDOSO, Leonardo. *Tour pela internet: onde a nova direita está e os seus legados nas redes digitais brasileiras*. Em *Pauta*, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 24 ago. 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/tour-pela-internet-onde-a-nova-direita-esta-e-o-seus-legados-nas-redes-digitais-brasileiras/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BEYME, Klaus von. Right-wing extremism in Western Europe. *West European Politics*, v. 11, n. 2, p. 1-18, 1988.

BICHIR, Maíra M. A teoria marxista da dependência e a categoria Estado dependente. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 16, n. 2, p. 213–236, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.59406>.

BIROLI, Flavia. *Gênero, neoconservadorismo e democracia [recurso eletrônico] : disputas e retrocessos na América Latina* / Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado, Juan Marco Vaggione. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/download/19883/14368>. Acesso em: 15 mai. 2023.

_____. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp/Editora Unesp, 2018.

_____. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. e021009, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.35578. Disponível em: SciELO. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. AGU processa portal por desinformação sobre caso Maria da Penha. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-processa-portal-por-desinformacao-sobre-caso-maria-da-penha>. Acesso em: 23 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Mulher; Ministério do Trabalho e Emprego. Mulheres recebem 19,4 % a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial. *Gov.br*, Brasília, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. Lula vai fechar igrejas? Conheça as principais mentiras contra o candidato petista. 1 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/01/lula-vai-fechar-igrejas-conheca-as-principais-mentiras-contr-o-candidato-petista/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1995.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo A. Camargo Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

_____. Neoliberalism's Frankenstein: authoritarian freedom in twenty-first century "democracies". *Critical Times*, v. 1, n. 1, p. 60-79, 2018.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. In: Encontro Anual da Anpocs, 33., 2009, Caxambu, MG. Anais... São Paulo: Anpocs, 2009.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução em França. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Censura nunca mais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 23 jul. 2023. Programa de rádio. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/980256-censura-nunca-mais/>. Acesso em: 27 maio 2025.

CAMARGO, Júlia Vieira de. Na mira do mito: jornalistas mulheres como alvos preferenciais do presidente Bolsonaro. São Paulo, 2022.

CATARINAS.INFO. Por que mulheres não deveriam votar em Bolsonaro? Confira 95 motivos. Disponível em: <https://catarinas.info/por-que-mulheres-nao-deveriam-votar-em-bolsonaro-confira-95-motivos/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

CAMPOS, Patrícia Lemos; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Modos de ensinar e aprender a ser menina e a ser menino. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2855>. Acesso em: 3 mar. 2026.

CARVALHO, Luciana Barbosa de. Travessia: para onde a Brasil Paralelo quer nos levar? 2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/24439>. Acesso em: 23 mar. 2026.

CBN. Eduardo Bolsonaro admite que tarifaço foi discutido com governo Trump: 'arsenal diplomático americano'. CBN, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://cbn.globo.com/politica/noticia/2025/07/22/eduardo-bolsonaro-admite-que-tarifaco-foi-discutido-com-governo-trump-arsenal-diplomatico-americano.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CESARINO, Letícia. O Mundo do Averso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

_____. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade (fala na VII ReACT). Anais da *VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (VII ReACT)*, Campinas, SP, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40047992/Populismo_digital_neoliberalismo_e_p%C3%B3s_verdade_fala_na_VII_ReACT. Acesso em: 28 fev. 2026.

CHAUI, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. O que é ideologia. Revisão de José E. Andrade. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

CHANTER, Tina. Gênero. Conceitos-chave em filosofia. Tradução de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHAVES, Wanderson. As agendas culturais da Guerra Fria e o “programa ideológico”: a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais. *Revista Angelus Novus*, São Paulo, n. 9, p. 123–152, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/ran.v0i9.98864>. Acesso em: 21 mar. 2026.

CNN BRASIL. Trump: Black Lives Matter ajudou a instigar assassinatos de policiais. CNN, 19 jul. 2016. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2016/07/18/politics/donald-trump-black-lives-matter/index.html>. Acesso em: 4 jun. 2025.

_____. Lula não disse que vai fechar igrejas caso seja eleito, como sugere mensagem. CNN Brasil, 23 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lula-nao-disse-que-vai-fechar-igrejas-caso-seja-eleito-como-sugere-mensagem/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

_____. Trump assina ação executiva proibindo mulheres trans em esportes femininos. CNN Brasil, 5 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-assina-acao-executiva-proibindo-mulheres-trans-em-esportes-femininos/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

_____. Trump classifica expressão "Vidas Negras Importam" como "símbolo de ódio". CNN Brasil, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-classifica-expressao-vidas-negras-importam-como-simbolo-de-odio/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

COSTA, Julia Moreno. Mulheres na política: da domesticação à adjacência, entre primeiras-damas e *tradwives*. *Ephemera: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto*, Ouro Preto, v. 8, n. 15, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/ephemera/article/view/8035/6112>. Acesso em: 21 mar. 2026.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *TIC Kids Online Brasil: indicadores*. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CORREA, Marina Aparecida de Oliveira dos Santos. O fenômeno mitológico nas igrejas Assembleias de Deus: o mito como meio de sustentação e forma de gerir novas igrejas. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 11/12, p. 925-934, nov./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1189>. Acesso em: 3 mar. 2026.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. 1983. In: Cox, Robert W.; Sinclair, Timothy. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge, 1996.

_____. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. 1981. In: Cox, Robert W.; Sinclair, Timothy. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge, 1996.

COSTA, Petra; OROFINO, Alessandra (dir.). *Apocalipse nos trópicos* [documentário]. Brasil: Busca Vida Filmes et al.; Netflix, 2025. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81989009>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CRAWFORD, Neta C. Institucionalizando a paixão na política mundial: medo e empatia. *Teoria Internacional*, Cambridge, v. 6, n. 3, p. 535–557, nov. 2014. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S1752971914000256. Acesso em: 8 jul. 2025.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no cone sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DUNLAP, David W. 1973: Meet Donald Trump. *The New York Times*, 30 jul. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/times-insider/2015/07/30/1973-meet-donald>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Tradução de Eliana Aguiar. 13. ed. São Paulo: Record, 2018.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*. São Paulo: Boitempo, 2019 [1998].

ESTADOS UNIDOS. *Global Magnitsky Human Rights Accountability Act*. Public Law No. 114-328, Subtitle F of Title XII. Washington, D.C.: U.S. Congress, 2016. Disponível em:

<https://www.congress.gov/114/plaws/publ328/PLAW-114publ328.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ESTEWCWILLIAMS. TikTok, 08 set. 2022. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@esteeccwilliams/video/7141111247033912622>. Acesso em: 23 fev. 2025.

_____. TikTok, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmCqL94P/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CUNHA, Christina Vital da; GHERMMAN, Michel; LEMOS, Beatriz; SANTOS, Laís (coord.). *Extrema direita no Brasil: sujeitos e coletivos pela “restauração nacional”*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2024.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. Silvia. *Caça às bruxas e capital: mulheres, acumulação e reprodução*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2025.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERNANDES CAMARA, Heloisa; CORREA GUIMARAES, Morgana. Radicalização em comunidades gamer no Brasil: como o bolsonarismo conseguiu se infiltrar no universo gamer. *Revista Cronos*, v. 26, n. 2, p. 173-?, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/39272/21522/153369>. Acesso em: 24 jan. 2026.

FERNANDES, Florestan. *Brasil, em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERREIRA DO VALE, Eliara Bianospino. A evolução do Direito Penal, a finalidade da pena e os direitos fundamentais do ser humano encarcerado. *Revista JurisFIB*, Bauru, v. 5, ano V, p. 13-31, dez. 2014.

FONTAINHA, Fernando de Castro; LIMA, Amanda Evelyn Cavalcanti de. Judiciário e crise política no Brasil hoje: do Mensalão à Lava Jato. *Revista da Associação dos Antigos Alunos de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3, jul./dez. 2019.

FUENTES, Carlos. *Valiente mundo nuevo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 30.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FROMM, Erich. *Medo da liberdade (Extra coleção)*. Coimbra: Edições 70, 2023.

G1. EUA suspendem vistos de Moraes, de outros sete ministros do STF e do PGR; Mendonça, Nunes Marques e Fux ficam de fora. G1, 19 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/19/eua-suspendem-vistos-de-moraes-de-outros-sete-ministros-do-stf-e-do-pgr-mendonca-nunes-marques-e-fux-ficam-de-fora.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. Trump ameaça imposto extra de 10% sobre países que se alinhem aos BRICS. G1 – Economia, 18 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/18/trump-brics.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2025.

_____. Trump assinou no 1º dia de governo ordem para que gênero seja só masculino ou feminino; medida afetou visto de Erika Hilton. G1, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/04/17/trump-assinou-no-1o-dia-de-governo-ordem-para-que-genero-seja-so-masculino-ou-feminino-medida-afetou-visto-de-erika-hilton.ghtml>. Acesso em: 5 jul. 2025.

GAZETA DO POVO. Em meio a polêmica com evangélicos, PT fará campanha para esclarecer sobre fechamento de igrejas. Gazeta do Povo, 2 out. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/em-meio-a-polemica-com-evangelicos-pt-fara-campanha-para-esclarecer-sobre-fechamento-de-igrejas/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. 5 ataques de Bolsonaro às mulheres. Gênero e Número, 21 out. 2022. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/bolsonaro-ataca-mulheres-2/#index_6. Acesso em: 5 jul. 2025.

GERBAUDO, Paolo. *The digital party: organization and online democracy*. London: Pluto Press, 2019.

GOTTFRIED, Jeffrey; PARK, Eugenie. *Americans' social media use 2025*. Pew Research Center, 20 nov. 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2025/11/20/americans-social-media-use-2025/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 1*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Selections from the prison notebooks*. Translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 1971.

HOFSTADTER, Richard. *The paranoid style in American politics, and other essays*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Byung-Chul Han; tradução de Gabriel S. Philipson. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. 17 contradições e o fim do capitalismo. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. O neoliberalismo – história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

ISER. Instituto de Estudos da Religião. (2024). Um Brasil mais plural: um primeiro olhar sobre os dados de religião do Censo 2022. <https://iser.org.br/noticia/um-brasil-mais-plural-um-primeiro-olhar-sobre-os-dados-de-religiao-do-censo-2022/>. Acesso em: 23 de fev. 2025.

IGNAZI, Piero. Extreme right parties in Western Europe. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1093/0198293259.001.0001>

ITA_YAMAMOTO. TikTok, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmC4oVUR/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. World economic outlook: a critical juncture amid policy shifts. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 22 abr. 2025. ISBN 9798400289583. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/04/22/world-economic-outlook-april-2025>. Acesso em: 23 jul. 2025.

JOTA, Justiça arquiva definitivamente ação em que Bolsonaro foi réu por incitação ao estupro. Jota, [s.l.], 8 nov. 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/justica/justica-arquiva-definitivamente-acao-em-que-bolsonaro-foi-reu-por-incitacao-ao-estupro>. Acesso em: 5 jul. 2025.

LACERDA, Igor; FREITAS, Ricardo Ferreira; AGUIAR BRENNAND, Jorgiana Melo de. Diversidade para quem? Ascensão e queda das políticas de diversidade, equidade e inclusão no Facebook/Meta. Compos 2025 – 34º Encontro Anual, v. 34, n. 1, p. 1–10, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11264>. Acesso em: 6 jul. 2025.

LACERDA, Mariana Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LAUFER, Rubén; ROMERO WIMER, Fernando. China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia? Curitiba: Editora Appris, 2024.

LETOLOVEIRAOFICIAL. TikTok, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmC4Mf2E/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, João Victor da Mota Uzer. Tradição e conspiração: a Alt-Right e o pensamento conspiratório em defesa da nação nos Estados Unidos. Revista Conjuntura Global, v. 11, n. 1, p. 129-145, 2022. DOI: 10.5380/cg.v11i1.83642. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/83642/46536/347668>. Acesso em: 24 jan. 2026.

LIMA, Michelle Alves. A dimensão ideológica do imperialismo: a religião protestante como arma de guerra psicológica dos EUA contra a América Latina durante a Guerra Fria. 2024. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; NUNES, Maristela Aparecida. Ensinando a ser menina e menino: brinquedos e relações de gênero. *Ensino & Pesquisa*, União da Vitória, v. 14, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/849>. Acesso em: 3 mar. 2026.

LOHAUS, Mathis; VOGELAAR, Wiebke. Who publishes where: exploring geographic diversity of global IR journals, 2020.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18-19, p. 43–65, 2018. DOI: <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v10i18-19.471>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/471>. Acesso em: 2 jun. 2025.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.

_____. *Dialética da dependência*. In: Sader, Emir (org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, UNAM, México, 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. Tradução de Mathias Seibel Luce. In: Ferreira, C.; Osório, J.; Luce, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1977. 8. ed.

MARICOALHO2. TikTok, 04 mar. 2025. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmC4U1cM/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

MARQUES, Gabrielle; SARMENTO, Rayza. As primeiras-damas no contexto eleitoral: uma análise comparativa da imagem pública de Janja Lula e Michelle Bolsonaro. In: GT 10: Mídia, Gênero e Raça. XXIX Encontro de Pesquisa em Políticas Públicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Pará (UFPA), 10–11 maio 2023. Brasília: ComPolítica, 2023. Disponível em: https://compolitica.org/novo/wpcontent/uploads/2023/05/GT10_MarquesSarmiento.docx_compressed-Gabrielle-Marques.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

MURPHY, Ann V. Sexualidade. In: Dreyfus, H.L.; Wrathall, M.A. (orgs.). Fenomenologia e existencialismo. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti e Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2012, p. 441-452.

NASSIF, Tamara; NUNES, Ana Carolina. *Operações comerciais entre Brasil e China sem uso de dólar devem ter início em julho*. CNN Brasil, São Paulo, 2 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/operacoes-comerciais-entre-brasil-e-china-sem-uso-de-dolar-devem-ter-inicio-em-julho/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

NARAAZIZASMITH. TikTok, 25 dez. 2024. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmCVTNQW/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

_____. TikTok, 23 nov. 2025. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmCX3RqU/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

NAKAMURA, João. Leia íntegra da carta de Donald Trump que anuncia taxa de 50% para o Brasil. CNN Brasil, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/leia-integra-da-carta-de-donald-trump-que-anuncia-taxa-de-50-para-o-brasil/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

NEMER, David. Caso Vera Magalhães: Bolsonaro odeia as mulheres porque odeia a democracia. A Pública, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/sentinela/2022/08/caso-vera-magalhaes-bolsonaro-odeia-as-mulheres-porque-odeia-a-democracia/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

NOBRE, Marcos. Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

NOBRE, Felipe; PINI, Andre. M.; MENEZES, Maria Eduarda. O neopentecostalismo no Brasil e a convergência com a ultradireita no populismo reacionário de Jair Bolsonaro. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, v. 11, n. 21, p. 1–16, 2023.

NOBRE, Marcos et al. *O partido digital bolsonarista: concepção teórica, organização e pesquisa geral*. São Paulo: CCI-CEBRAP; DX, 2025. Disponível em: <https://cci-cebrap.org.br/wp-content/uploads/2025/05/O-Partido-Digital-Bolsonarista.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2026.

OLIVER, James Eric; WOOD, Thomas J. Conspiracy theories and the paranoid style(s) of mass opinion. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 4, p. 952–966, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajps.1220>

O DIA. Bolsonaro: “Brasil não pode ser país de turismo gay. Temos famílias”. O Dia, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2019/04/5637122-bolsonaro---brasil-nao-pode-ser-pais-de-turismo-gay--temos-familias.html>. Acesso em: 5 jul. 2025.

O GLOBO. Candidatas à primeira-dama: o que o estilo de Janja, Michelle e Gisele diz sobre elas. O Globo, Rio de Janeiro, 1º out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/candidatasa-primeira-dama-o-que-o-estilo-de-janja-michelle-e-giselle-diz-sobre-elas.ghtml>. Acesso em: 5 jul. 2025.

OLIVEIRA, Octávio Henrique Alves Costa de; ARAUJO, Marcos do Vale; BELFI, Lucca Giannini Palermo Moreno. Anatomia de uma crise: globalização, neoliberalismo e extrema-direita no Brasil. *Cadernos Cemarx*, v. 16, n. 00, p. e022011, 2022. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17393>. Acesso em: 17 maio 2024.

OSÓRIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 13, p. 494-539, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350944882017>. Acesso em: 30 mar. 2025.

PANSARDI, Marcos Vinícius. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. *Crítica Marxista*, n. 39, p. 77-93, 2014. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_30_2056.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. London: Verso, 2013.

PAUTZ, Hartwig. Revisiting the think tank phenomenon. *Public Policy and Administration*, v. 26, p. 419-435, 2011.

PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Gabriela Agostinho; ABRÃO, Jorge Antonio de Moraes. Trad Wife: performatividade e controle do corpo no TikTok. IV Encontro Virtual da ABCiber, 20-21 jun. 2024. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2024/paper/viewFile/2484/1284>. Acesso em: 9 maio 2025.

PUBLISHNEWS. Ranking anual. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://mobile.publishnews.com.br/ranking/anual>. Acesso em: 21 mar. 2026.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAMOS, Gabriela. “Aqui no Brasil não existe isso de racismo”, diz Bolsonaro em Fortaleza. Agência Estado, UOL, Fortaleza, 29 jun. 2018. Disponível em: UOL Notícias – Política. Acesso em: 5 jul. 2025.

RODRIGUES, Nelson. À sombra das chuteiras imortais. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 51-52. (Complexo de vira-latas).

ROMERO WIMER, F., Imperialismo, dependência e transição hegemônica diante da ascensão da China. In: LAUFER, Rubén; ROMERO WIMER, Fernando. *China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia?* (pp. 19-66) Curitiba: Editora Appris, 2024.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na assistência social. *Ser Social*, v. 10, n. 22, p. 129-159, 2008.

SAAD FILHO, Alfredo. *A era das crises: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia*. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

SALBERT, Sara. Governo Trump revoga política sobre abortos de emergência nos EUA. Veja, 4 jun. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/governo-trump-revoga-politica-sobre-abortos-de-emergencia-nos-eua/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SALGADO, Plínio. A aliança do sim e do não. São Paulo: Editora das Américas, [s.d.], p. 224–225.

SÁ NETTO, Rodrigo de. O partido da fé capitalista: imperialismo religioso e dominação de classe no Brasil. São Paulo: Da Vinci Livros, 2024.

SANTOS, Diego Vieira de Jesus. Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais. Revista de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 2014.

SENADO FEDERAL. Girão denuncia “censura” e “perseguição” a produtora por documentário sobre Maria da Penha. Brasília, 20 ago. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/08/20/girao-denuncia-censura-e-perseguiacao-a-produtora-por-documentario-sobre-maria-da-penha>. Acesso em: 28 fev. 2026.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes. Algoritmos preditivos, bolhas sociais e câmaras de eco virtuais na cultura do cancelamento e os riscos aos direitos de personalidade e à liberdade humana. Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, v. 20, n. 35, p. 162–188, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=633875006008>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema direita na atualidade. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 119, p. 407–445, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro a apoiador com cabelo black power: “Tô vendo uma barata”. Correio Braziliense, Brasília, 6 maio 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4922649-bolsonaro-a-apoiador-com-cabelo-black-power-to-vendo-uma-barata.html>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SOARES, Jessé. A guerra contra o Brasil: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro. 1. ed. Curitiba: Estação Brasil, 2020.

SOARES, Romildo Ribeiro. As bênçãos que enriquecem. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 1985.

SOUSA JÚNIOR, Arnóbio Rodrigues de; PINTO, João Antoniel da Silva. As faces do fascismo na atualidade e o papel dos movimentos sociais no processo de sua superação. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 3, n. 8, p. 125–136, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3978748. Disponível em: <https://revistaboletimconjuntura.com.br/boca/article/view/85>. Acesso em: 21 mar. 2026.

STEFANONI, Pablo. ¿La rebeldía se volvió de derecha? / Pablo Stefanoni. - 1ª ed. - Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021.

STEPHANSON, Anders. *Manifest destiny: American expansion and the empire of rights*. Nova Iorque: Hill and Wang, 1995.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF impõe medidas cautelares a ex-presidente Jair Bolsonaro por coação, obstrução e atentado à soberania nacional. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-impoe-medidas-cautelares-a-ex-presidente-jair-bolsonaro-por-coacao-obstrucao-e-atentado-a-soberania-nacional/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.

THE WASHINGTON TIMES. Trump diz que a frase "Black Lives Matter" é um "símbolo de ódio". *The Washington Times*, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.washingtontimes.com/news/2020/jul/1/donald-trump-says-the-phrase-black-lives-matter-is/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SANTOS, Theotônio dos. *Dependencia económica y cambio revolucionario en América Latina*. Caracas: Nueva Izquierda, 1970.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. Necropolítica, racismo e governo Bolsonaro. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, v. 4, n. 42, p. 179–199, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7868>. Acesso em: 5 jul. 2025.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na era da publicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TRAVERSO, Enzo. *Espectros do fascismo: metamorfoses das direitas radicais no século XXI*. Tradução de João Camillo Penna. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

_____. *Las nuevas caras de la derecha. Conversaciones con Régis Meyran*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto do Corregedor – AIJE nº 0600814-85.2022.6.07.0000. Rel. Benedito Gonçalves, 2023. Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/arquivos/voto-corregedor-benedito-goncalves-aije-0600814-85-07-07.2023/@@download/file/TSE-Voto-Corregedor-AIJE-060081485.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

TROVO, Camila Boldrin; CARDOSO, Jair Aparecido. Flexibilização das leis trabalhistas com o advento do neoliberalismo. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, n. 11, p. 1184–1196, out. 2023. ISSN 2358-1557.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The platform society: public values in a connected world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VEJA. Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. São Paulo: Grupo Abril, 6 abr. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

VILAÇA, Gracila; D'ANDRÉA, Carlos. Da manosphere à machosfera: práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizada. *E-Compós*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2021. Dossiê Guerras Culturais. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

VIRCHOW, Fabian. Performance, emotion and ideology: on the creation of “collectives of emotion” and worldview in the contemporary German far right. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 36, n. 2, p. 147–164, 2007.

VOIGTEL, Rafael; ROSENDO, Roberto Cezar; NEY, Vanuza Pereira. A China e o BRICS+ no sistema monetário e financeiro internacional: perspectivas sobre moedas e a construção de uma ordem multipolar. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 9, n. 1, p. 1–28, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/4148>. Acesso em: 21 mar. 2026.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

WEAREREINO. TikTok, 13 dez. 2022. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmC4rePy/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

_____. TikTok, 06 fev. 2024. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmCqyasH/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

_____. TikTok, 14 ago. 2024. Disponível em: <https://vt.tiktok.com/ZSmC4oDQj/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

ANEXO I - TABELA 1 – Vídeos dos movimentos *Tradwives* e Igrejas *Church* extraídos da plataforma Tiktok

Nº	Título / Link do Vídeo	Plataforma	Usuário	Data de publicação	Data de visualização para pesquisa	Visualizações	Curtidas em 23/02/2025	Conteúdo
1	https://www.tiktok.com/@esteecwilliams/video/7141111247033912622	TikTok	Esteecwilliams	08/09/2022	23/02/2025	2,2 mi	79,2 mil	Tradwife
2	https://vt.tiktok.com/ZSmCVUFeV/	TikTok	Ballerinafarm	13/08/2024	23/02/2025	4,7 mi	292,4 mil	Tradwife
3	https://vt.tiktok.com/ZSmCVTNQW/	TikTok	Naraazizasmith	25/12/2024	23/02/2025	8,1 mi	565,3 mil	Tradwife
4	https://vt.tiktok.com/ZSmCX3RqU/	TikTok	Naraazizasmith	23/11/2024	23/02/2025	7,9 mi	665,2 mil	Tradwife
5	https://vt.tiktok.com/ZSmC452Em/	TikTok	Ballerinafarm	04/02/2023	23/02/2025	41,4 mi	4,6 mi	Tradwife
6	https://vt.tiktok.com/ZSmCqL94P/	TikTok	Esteecwilliams	16/02/2023	23/02/2025	1,5 mi	129 mil	Tradwife
7	https://vt.tiktok.com/ZSmC4Mf2E/	TikTok	Letoliveiraoficial	26/02/2024	23/02/2025	5,5 mi	527,8 mil	Igrejas "church"
8	https://vt.tiktok.com/ZSmC4U1cM/	TikTok	Maricoalho2	04/03/2024	23/02/2025	747,2 mil	43,8 mil	Igrejas "church"
9	https://vt.tiktok.com/ZSmC4rePy/	TikTok	Wearereino	13/12/2022	23/02/2025	621,5 mil	28,1 mil	Igrejas "church"
10	https://vt.tiktok.com/ZSmC4oVUR/	TikTok	Ita_yamamoto	10/03/2024	23/02/2025	1,8 mi	104,5 mil	Igrejas "church"
11	https://vt.tiktok.com/ZSmC4oDQj/	TikTok	Wearereino	14/08/2024	23/02/2025	693,4 mil	17,1 mil	Igrejas "church"
12	https://vt.tiktok.com/ZSmCqyasH/	TikTok	Wearereino	06/02/2024	23/02/2025	554,3mil	32,7 mil	Igrejas "church"

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Tik Tok em 23 fev. 2025, com base em vídeos datados de 2022 a 2025.

QUADRO COMPLEMENTAR – IDENTIFICAÇÃO DOS CRIADORES E DESCRIÇÃO DOS VÍDEOS

Nº	Criador/perfil	Quem é	Descrição do vídeo
1	Estee Williams	Influenciadora dos EUA, uma das mais conhecidas do movimento tradwife; defende publicamente o estilo de vida da esposa tradicional.	Fala diretamente à câmera explicando o que é ser uma tradwife — vídeo-manifesto, sem cozinhar.
2	Ballerina Farm (Hannah Neeleman)	Ex-bailarina formada pela Juilliard e mórmon; vive numa fazenda em Utah com o marido — herdeiro da JetBlue — e os oito filhos; transformou a vida no campo na marca Ballerina Farm.	De cabelo trançado e avental, prepara uma receita (quiche de linguixa) na cozinha estilo fazenda, ao lado dos filhos.
3	Nara Smith	Modelo nascida na Alemanha, casada com o modelo Lucky Blue Smith; mórmon; viralizou cozinhando “do zero” em looks glamourosos com narração suave.	Em vestido rosa-claro, prepara cinnamon rolls para o marido e os filhos enquanto narra o preparo (vídeo publicado no Natal).
4	Nara Smith	(idem linha 3)	Em vestido florido com babados, prepara o almoço pedido pelo marido — salada com frango e queijo, tudo do zero — narrando o passo a passo.
5	Ballerina Farm (Hannah Neeleman)	(idem linha 2)	Prepara um bolo de Dia dos Namorados na cozinha da fazenda, com os filhos; a legenda divulga as flores da marca Ballerina Farm.
6	Estee Williams	(idem linha 1)	Montagem de cenas — cozinhando, se arrumando, limpando a casa, preparando a lancheira — apresentadas como atributos da tradwife, ao som de Coldplay e com texto sobre “viver a própria verdade”.
7	Leticia Oliveira	Criadora brasileira de comédia cristã; frequenta a Igreja da Paz (Paz Church).	Jovem de calça preta e blusa branca faz um tour pela Igreja da Paz, mostrando templo, auditórios, recepção e área kids “tipo Disney”.
8	Mari Coalho	Influenciadora evangélica que mistura fê, beleza e lifestyle; frequenta a Igreja Lagoinha (Alphaville).	Mostra as dependências da Igreja Lagoinha, com destaque para a “área VIP” exclusiva dos voluntários (jogos, massagem, maquiagem e comida farta).
9	We Are Reino	Perfil da Reino Church, megaigreja evangélica jovem de Balneário Camboriú, apelidada de “a igreja dos ricos”, com forte cultura de influencers.	Retrata a igreja como ambiente jovem e descolado — recepção e boas-vindas, café com nome no copo, energético, estrutura de show e momento de adoração.
10	Ita Yamamoto	Perfil brasileiro de humor cristão; boa parte do conteúdo gira em torno da CCB (Congregação Cristã no Brasil).	Em quadro de humor, entrevista jovens no desafio “diga qual é a sua igreja sem dizer o nome”, brincando com os clichês de cada denominação (chega a citar o pastor Silas Malafaia).
11	We Are Reino	(idem linha 9)	Jovem entrevista outros frequentadores da igreja, todos com roupas modernas, em tom descontraído e com bordões e piadas internas compartilhados pelo grupo.
12	We Are Reino	(idem linha 9)	Vídeo descontraído (Balneário Camboriú) mostrando jovens se cumprimentando e a convivência do grupo; o texto reforça “não somos igreja porque fazemos coisas, somos igreja porque estamos juntos”.

ANEXO II - Transcrição dos vídeos

1º vídeo (tradução livre): Ok, estou aqui para fazer um vídeo de esclarecimento por causa da grande controvérsia sobre o termo tradwife e o objetivo por trás dele, assim como o objetivo do meu canal e do que eu posto. Se você não está familiarizado com o termo, uma tradwife é uma mulher que escolhe viver uma vida mais tradicional, com papéis de gênero considerados ultra-tradicionais: o homem sai para trabalhar e prover para a família, enquanto a mulher permanece em casa cuidando do lar e dos filhos, se houver. A percepção de que o movimento tradwife seria algo organizado não é correta. Ninguém está impondo isso; as pessoas apenas vivem esse estilo de vida e o apresentam online. Acreditamos que nosso propósito, como indivíduos, é ser cuidadoras do lar. Isso não significa tirar conquistas das mulheres. Muitas pessoas tentam atribuir um significado negativo ao termo, mas ninguém está dizendo que todas as mulheres devem ficar em casa — trata-se de uma escolha pessoal. As tradwives também acreditam na submissão ao marido e no serviço à família, o que costuma gerar críticas, pois os termos “submeter” e “servir” fazem algumas pessoas entenderem que a mulher seria inferior ao homem, o que não é a intenção. A ideia é que homens e mulheres possuem papéis diferentes, porém igualmente importantes. Ter valores tradicionais não nos torna pessoas ruins. É 2022: mulheres deveriam poder escolher ser donas de casa sem julgamento.

Legenda:

What it means to be a Tradwife.

#fyp #tradwife #homemaking #housewife #traditional #tradwifecontroversy #womenschoice

Tradução livre da legenda:

“O que significa ser uma tradwife (esposa tradicional).”

2º vídeo: sem conteúdo falado, apenas sons de preparo cuniário.

Legenda: Breakfast sausage quiche with a simple green salad from the garden.

Cheesy Sausage Rice Recipe Market >

Breakfast Sausage Quiche with Garden Salad Recipe

Discover a delicious breakfast sausage quiche paired with a fresh garden salad. Perfect for a morning feast! #breakfastquiche #sausagequiche #salad

3º vídeo:


Mesmo que eu tenha acordado doente esta manhã, meu esposo e meus filhos queriam rolos de canela (cinnamon roll), e quem sou eu para dizer não a isso? Comecei a fazer o meu dough com a combinação de almeja com leite, um pouco de açúcar, ovos, farinha e um grande pedaço de sal. Uma vez que tudo se uniu, deixei isso a ferver por cerca de uma hora e meia. E enquanto isso estava acontecendo, fiz o meu açúcar de canela com a combinação de açúcar amarelo com canela. Depois de cerca de uma hora e meia, ele dobrou de tamanho, então eu espalhei com alguma farinha, rolei e espalhei alguma manteiga por todo o meu dough, antes de espalhar o açúcar de canela. Usei as minhas mãos para esticá-lo bem antes de cortar meus rolos de canela e rolar eles. Uma vez que eles foram rolados, coloquei eles no meu pano de forno amarelo e deixei eles se levantar por mais 45 minutos antes de colocá-los no forno. E 20 minutos depois, eles pareciam pura perfeição. (0:50) Como o meu marido precisa de açúcar de canela em seus rolos de canela, (0:54) eu fiz um açúcar de creme de creme de vanila salgado. Uma vez que tudo parecia suave, coloquei uma quantidade generosa em cima dos meus rolos de canela. E sim, valeu a pena.

4º vídeo: Eu perguntei ao meu marido o que ele queria para o almoço de hoje, ele disse que não estava muito com fome e tudo o que ele queria era uma pequena salada de queijo com alguma proteína. Então eu comecei a batizar o meu frango, fazendo uma rápida manteiga de limão com alho, dando uma boa mistura e colocando tudo na pele do meu frango. Eu também me lembrei do quão irritante é lidar com o alho, então eu usei o meu óleo de alho em cima da pele, misturei com sal e depois pulei no forno por cerca de 45 minutos enquanto comecei a batizar o meu frango. Combinei água, leite, açúcar, sal e flores. Deixei aquecer por cerca de 2 horas e depois o formei em uma bola redonda. Deixei aquecer por cerca de 30 minutos enquanto comecei a preparar o meu queijo. Levei-o das sementes, dei uma boa limpeza e o coloquei de lado antes de assar o meu frango. Deixei assar por cerca de 30 minutos e depois deixei esfriar por cerca de 15 minutos antes de espalhar tudo, começando com meus croutons. Deixei um bocadinho do meu óleo de alho assado, sal e açúcar. Deixei assar até que fossem amarelos e vermelhos, o que demorou cerca de 20 minutos. Enquanto isso, comecei com o meu recheio de queijo. (Comecei com manchovias, ovo e alguns outros ingredientes. Massajei o meu alho com metade do recheio antes de tirar o meu frango de pão. Então era hora de colocar! Coloquei o meu alho com meus croutons e mais recheio de frango. E nesse ponto ele estava com fome e pensou que eu era absolutamente divina.

5º vídeo: sem conteúdo falado, apenas barulhos dos itens utilizados para cozinhar.

Legenda: Make a Valentines cake and buy her some Ballerina Farm flowers. ballerinafarm.com; em tradução livre: Faça um bolo de Dia dos Namorados e compre para ela algumas flores da Ballerina Farm. ballerinafarm.com

6º vídeo: vídeo: sem áudio, apenas música do Coldplay, escrito “while the world continues to condemn traditional wives... I’ll continue to live my truth”; em tradução livre: enquanto o mundo continua a condenar as esposas tradicionais... eu continuarei a viver a minha verdade.

Legenda: Being a traditional wife is my greatest blessing 
#NextLevelDish #fyp #viral #tradwife #traditionalwife #traditionalgenderroles #housewife #homemaker #wiveswhostayhome #megawife #makewivesgreatagain #obedientwife #femininenotfeminist #traditional #sandwichmaker #traditionalmarriage #housewivesofamerica

7º vídeo: Gente, hoje eu vim mostrar pra vocês a minha igreja. Vocês vivem me perguntando, Letícia, que igreja você é? Além de eu falar, eu vou mostrar. Aqui é a Paz Church. Vem. Gente, a gente entra aqui, temos as nossas irmãs das placas. Boa noite! Venha, venha, venha, venha! Aqui é o nosso raio de entrada. Onde o pessoal fica esperando aguardar o culto. Ou a pessoa vai vir no próximo culto do próximo horário e fica esperando aqui. Aqui temos o nosso balcão de informações, não é não? Isso aí! Qual que é a informação da semana? Tem várias aqui. Tem os cultos da semana e outros também. E outros também. A gente pega as pessoas assim. Chega gravando. Gente, eu vou mostrar pra vocês a primeira coisa, que é o templo. Venha! O pessoal tá ensaiando, que eu cheguei mais cedo pra gravar isso aqui. Esse é o nosso templo. Olha que lindo, gente! Esse aqui, galera, é o nosso templo. Onde as pessoas adoram ao Senhor. Temos ali o irmão. O pessoal tá ensaiando e a gente aqui atrapalhando. (0:56) Esse aqui é o Auditório 1. É o que costuma acontecer. (0:59) Temos o Auditório 2. Vamos lá. Auditório 2. Vamos ver se tá aberto. Tá aberto. Não tem gente. Mas olha aqui. Eu nem sabia que tava tendo coisa. Ainda bem que eu entrei falando baixo. Imagina se eu entro. E é aqui. Meu Deus, é mais que vergonha. Pastor Eibe ainda que tava lá dentro. Gente, esse vídeo ficou mais longo do que eu imaginei. Então, se vocês querem parte 2, porque eu nem cheguei a mostrar indo pras kids que tem um túnel, que parece que você tá entrando na Disney. E não é nem meme. Então, se vocês quiserem parte 2, comenta aí.

Legenda: Tem tanta coisa que tive que dividir em partes, vocês vão ficar passado com o restante #fyp

8º vídeo: Revelando a tão famosa área VIP aqui da igreja Lagoinha de Alphaville. Mas o que não te contaram é que essa área VIP é só para os voluntários aqui da igreja.

Essa área aqui é a área dos jogos, onde todos os voluntários podem jogar e se divertir. Aqui a gente tem mesa de pingue-pongue, mesa de pinbolim e até basquete. Vamos ver se eu consigo fazer uma cesta.

E sim, menina, essa sala tem direito até à massagem. Sem noção que a gente tem até uma mesa de drenagem para as pernas.

A Lagoinha não brinca em serviço com os voluntários. Aqui a gente tem área de maquiagem e também de cabelo. Agora entendi porque as voluntárias dessa igreja sempre estão bem bonitas.

E a melhor parte, a parte da comida. Aqui todos os voluntários têm acesso ao almoço, jantar e também a lanchinhos. Fala sério se esses voluntários não são mimados por essa igreja.

Temos fruta e tudo isso aqui é para servir a todos que também servem aqui na igreja. E além da comida, temos refrigerante, temos suco e até café.

E para finalizar, todo o auge para os voluntários comerem em comunhão.

E agora, nessa semana de carnaval, está acontecendo o Aviva 2025. E para vocês terem uma noção, por dia aqui na conferência servem mil pessoas.

Então agora para finalizar com uma das nossas voluntárias, eu queria perguntar para você o que você acha que é essa sala de voluntários?

É um momento de comunhão.

Está sendo muito bom, é maravilhoso a gente poder sentar.

A gente está participando desse avivamento aqui dentro, né?

E compartilhar também as experiências, o crescimento da igreja.

Então assim, é um momento muito bom de não só estar lá servindo, mas de a gente estar próximo do outro, de estar podendo passar todo o aprendizado e crescer com a igreja também.

Muito bom, obrigada.

Obrigada.

Legenda: Area VIP na igreja?

Sim, cuidando de quem serve na linha de frente da igreja de Jesus!

#lagoinha @Lagoinha Alphaville

9º vídeo: Você é Igreja da Parede Preta.

Sempre tem gente na recepção pra te receber com um sorriso.

Cafezinho antes da reunião com o seu nome escrito no copo, isso faz toda a diferença.

Energético, bem geladinho pra você ficar ligadinho com a gente e não passar calor.

A foto de todos os voluntários e sempre tem um maluco no meio.

Os dançarinos do TikTok.

Começou!

No momento de adoração todo mundo canta junto.

Momento da palavra.

Sempre enfatizamos que Jesus é o centro, ensinando as pessoas viverem o ordinário de forma extraordinária, com liberdade, relevância e muita profundidade.

Eis que acaba a reunião, mas ninguém nunca quer ir embora kkkk.

Tem até coreografia para a galera dançar.

Só no passinho kkkk.

Os músicos também são animados.

Até quem não sabe dançar desenvolve o dom.

Eis que aparece pastor kkk pulando de alegria.

Todo mundo pulando de alegria.

Somos muito felizes na presença de Jesus.

10º vídeo: Me fala qual é a sua igreja, sem falar o nome da sua igreja.

Meu Deus, tá, é polêmico.

Nosso pastor foi um grande evangelista há muito tempo atrás e ele foi um dos primeiros que começou na televisão, trazendo mensagem e ele não usa um chapelão.

Caraca!

Eu arrasei, eu arrasei.

Eu sei, eles são quadrados.

Me fala qual é a sua igreja, sem falar o nome da sua igreja.

Meu pastor é o Silas Malafaia.

Alguma coisa que tem lá? Então vamos ver se eu vou ser bom o suficiente.

É isso.

Quem é de lá vai entender.

Me fala qual é a sua igreja, sem falar o nome da sua igreja.

Parede preta, também tem parede branca porque tem os velha guardas ainda, né?

Que não gostam.

Mezanino em cima.

É! Aleluia!

Assim.

Meu Deus!

Deu pra entender?

Eu acho que sim.

Worship.

Pode crer.

Entendeu?

Entendi.

É de worshipera, entendeu?

Entendi, entendi.

Deu pra entender?

Deu pra entender.

Ninguém vai conhecer.

Igreja do reino inglês.

O problema de você ser crente de uma igreja que ninguém conhece, entendeu?

Mas eu sou crente.

11º vídeo: uma frase que só quem é da Reino fala

Vivendo o ordinário de forma extraordinária (...)

Somos um estilo de vida (...)

Aqui também é igreja de preto (...)

Você tem que segurar na mão do crente que tá do seu lado porque ele tem que pagar sua janta (...)

Quem se antecipa governa (...)

Isso faz parte da nossa cultura (...)

12º vídeo: sem conteúdo falado; texto exibido “isso não é igreja, isso é”, enquanto vários jovens se cumprimentam. Legenda: Não somos igreja porque fazemos coisas, somos igreja porque estamos juntos.

We are Reino. 

#wearereino #Jesus #balneariocamboriu #cristaosnotiktok #Deus #viralvideo #foryourpage
#foryou